



A COLUNA PRESTES E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1920 – AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

MATEUS FERNANDEZ XAVIER

Brasília
Julho de 2011

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Relações Internacionais
Programa de pós-graduação em Relações Internacionais

A COLUNA PRESTES E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1920 – AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa

MATEUS FERNANDEZ XAVIER

Brasília
Julho de 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Relações Internacionais
Programa de pós-graduação em Relações Internacionais

A COLUNA PRESTES E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1920 – AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

MATEUS FERNANDEZ XAVIER

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa (orientador)
Instituto de Relações Internacionais – UnB

Prof. Dra. Tânia Manzur (membro)
Instituto de Relações Internacionais – UnB

Prof. Dr. Virgílio Arraes (membro)
Departamento de História – UnB

Brasília, 15 de julho de 2011

(...) quanto ao Governo Argentino seria fácil um gesto de boa amizade, vedando terminantemente tudo isso, como de certo o faríamos, invertidos os papéis. Direito de refúgio levado esse grau de tolerância é antes um pleno consentimento à atividade revolucionária contra a paz constitucional do Brasil. (...) As amizades sinceras nas horas amargas é que se comprovam e se afirmam.

Félix Pacheco, 1924¹.

Solamente los idiotas están muy seguros de lo que dicen y de eso estoy completamente seguro.

Rubén Aguirre no papel de Profesor Jirafales.

¹Pacheco a Toledo, tel. n° 77, RJ, 20 nov., 1924, AHI, 208/03/01.

A minha mãe, Maria Dolores Fernandez, a Aldayr de Souza, a meu avô, José Antelo Fernandez, e a Lívia Carvalho Bergamaschine dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A constatação da existência de significativa lacuna nos estudos de política externa brasileira sobre a década de 1920 e o fato de o governo Artur Bernardes ter sido caracterizado por grande agitação interna despertaram interesse para o estudo dos anos compreendidos entre 1922 e 1926. A decisão de pesquisar sobre a Coluna Prestes foi tomada quando tive ciência da grande agitação ideológica dentro das Forças Armadas brasileiras, entre 1900 e 1930. Uma vez que a marcha revolucionária de Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Luiz Carlos Prestes, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e João Alberto passou por regiões próximas à fronteira do Brasil com a Argentina, atravessou território paraguaio para ingressar no Mato Grosso e exilou-se na Bolívia, concluir que esse movimento produziu impactos internacionais parecia ser algo plausível.

A decisão de dar maior atenção às relações com a Argentina ocorreu após alguns estudos preliminares apontarem para o fato de que esse país abrigou a base de operações logísticas dos revolucionários, por fornecer grande potencial à implementação de rede de abastecimento de armas, munições e víveres. Em 2010, ao visitar o Arquivo Histórico do Itamaraty, pude constatar grande quantidade de correspondência existente a respeito do tema. A redação do presente trabalho começou logo após a leitura do material recolhido no Rio de Janeiro.

Ao longo de dois anos, muitos me ajudaram na consecução do empreendimento desta dissertação. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a meu orientador, Antônio Carlos Lessa, pela confiança depositada no projeto apresentado e pela pronta ajuda disponibilizada. Os conselhos e as orientações sobre pesquisa em arquivo foram de grande valia à minha visita ao Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). As observações quanto ao conteúdo da dissertação foram essenciais para a estruturação e o desenvolvimento desse trabalho.

À minha família agradeço pela confiança e pelo suporte fornecidos. A minha mãe agradeço pelo exemplo de vida e por seu caráter. A Aldayr, por tudo o que fez pela minha formação. A meu avô, pela presença e pelos incentivos ao estudo, dados desde minha infância. A Lívia Bergamaschine, pela paciência e pelo apoio para superar momentos difíceis.

Aos amigos de Relações Internacionais, de Ciências Sociais, do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, da Agência Nacional de

Telecomunicações e do Ministério das Relações Exteriores agradeço pelo companheirismo e pelos momentos juntos. A meus superiores na ANATEL, Walter Calil Jabur, Affonso Feijó e Adeílson Nascimento, agradeço pelo incentivo dado aos estudos para o mestrado e pela flexibilidade que possibilitou conciliar minhas necessidades acadêmicas e meus deveres institucionais na Agência.

Agradeço aos professores Juliana Campos de Andrade, José Flávio Sombra Saraiva, Norma Breda, Eugênio Vargas Garcia, Virgílio Arraes, Francisco Doratioto e Henrique Menezes pela ajuda fornecida à pesquisa realizada. À primeira, minha gratidão pela paciência e pela atenção dispensada entre 2007 e 2010. Sem sua ajuda, a vitória alcançada em julho de 2010 não seria possível. Aos professores Saraiva e Norma Breda, pelas indicações de leitura e pelas conversas sobre meu tema de pesquisa. Ao professor Eugênio Garcia sou grato pela orientação dada durante minha visita ao AHI. Aos professores Virgílio Arraes e Francisco Doratioto agradeço pela atenção dada a meu projeto de pesquisa e pelas observações levantadas com relação a estrutura e objetivos iniciais da dissertação. Ao professor Menezes meu muito obrigado pela ajuda na elaboração do projeto de pesquisa, que deu ensejo ao ingresso na Universidade de Brasília.

Aos colegas do Programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, aos amigos Daniel Mangabeira, Günther Mros, Luciano Muñoz e Jonas Paloschi, companheiros de trajetória, e aos funcionários do Instituto de Relações Internacionais da UnB, Odalva e Gustavo, meus agradecimentos.

Por fim, minha gratidão aos membros da banca, por disponibilizarem seu tempo para a apreciação deste trabalho.

Mateus Fernandez Xavier

Brasília, 14 de junho de 2011.

SUMÁRIO

Resumo -----	10
Summary -----	11
Introdução -----	12
Capítulo 1 – A DÉCADA DE 1920 NO BRASIL – SOCIEDADE, ECONOMIA, POLÍTICA EXTERNA E A CONFIGURAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO ----	17
1.1 Sociedade e política doméstica -----	20
1.2 A política externa brasileira na década de 1920 -----	31
1.3 A configuração do Exército Brasileiro -----	40
1.4 Conclusão -----	46
Capítulo 2 – AS REBELIÕES DA DÉCADA DE 1920 – AS ORIGENS DA COLUNA PRESTES -----	50
2.1 O Primeiro 5 de Julho – A revolta no Rio de Janeiro -----	51
2.2 O Segundo 5 de Julho – A revolta em São Paulo -----	55
2.3 Agitações e levantes em outros pontos do país -----	64
2.4 As revoltas no Rio Grande do Sul e a formação da Coluna Prestes -----	69
2.5 Conclusão -----	76
Capítulo 3 – A MARCHA DA COLUNA PRESTES E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA DOMÉSTICA -----	78
3.1 A marcha da Coluna Prestes pelo país -----	78
3.2 Do Paraguai ao Maranhão -----	83
3.3 Do Maranhão a Minas Gerais -----	91
3.4 De Minas Gerais à Bolívia -----	98
3.5 Conclusão -----	105
Capítulo 4 – AS RELAÇÕES BRASIL - ARGENTINA E AS INFLUÊNCIAS DA COLUNA PRESTES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA -----	108
4.1 A Argentina em 1920 e sua política externa -----	108

4.2 O Itamaraty no combate à Coluna Prestes e aos movimentos que deram origem à marcha rebelde – a repercussão na política externa brasileira -----	117
4.2.1 A repercussão dos levantes no exterior e as reclamações estrangeiras -----	118
4.2.2 O levantamento de dados e informações pela rede diplomática do Brasil e as despesas extraordinárias -----	126
4.2.3 O combate ao tráfico de armas e víveres pelo Itamaraty e a cooperação argentina - -----	136
4.3 Conclusão -----	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	152
Fontes -----	158
Anexos – Mapas sobre a marcha da Coluna Prestes -----	164
Mapa 01 – Cerco a São Luiz Gonzaga/RS -----	164
Mapa 02 – Marcha entre Rio Grande do Sul e oeste do Paraná -----	165
Mapa 03 – Marcha entre Paraguai e sertão de Goiás -----	166
Mapa 04 – Marcha entre Goiás e Maranhão -----	167
Mapa 05 – Marcha em Maranhão e Piauí -----	168
Mapa 06 – Marcha entre Ceará e Pernambuco -----	169
Mapa 07 – Marcha de travessia de Pernambuco -----	169
Mapa 08 – Marcha pela Bahia e por Minas Gerais -----	170
Mapa 09 – Trajetória da Coluna Prestes pelo Brasil – marcha de ida e volta -----	171

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo apontar influências da Coluna Prestes sobre a política externa brasileira da década de 1920. Por meio da análise do contexto político, social, econômico e internacional do país, foi possível compreender as condicionalidades impostas à atuação externa do Brasil. A apresentação da configuração do Exército Brasileiro e dos movimentos subversivos que tiveram origem no interior dessa instituição também forneceu elementos importantes para o estabelecimento da relação existente entre a Coluna Prestes e as medidas tomadas pelas chancelarias de Félix Pacheco e, em menor medida, de Otávio Mangabeira. Por meio da correlação de dados e informações levantados foi possível perceber como o Ministério das Relações Exteriores foi utilizado como instrumento de repressão a movimentos que contestaram a ordem oligárquica da República Velha.

Palavras-chave: Coluna Prestes; política externa brasileira; movimentos revolucionários; repressão; Ministério das Relações Exteriores.

SUMMARY

This dissertation attempts to describe some influences that the ‘Coluna Prestes’ had on the Brazilian foreign policy during the 1920 decade. Analyzing the political, social, economic and international context of that period, it was possible to understand which limits of action affected Brazilian international movements. The description of the Brazilian Army configuration and the analysis of the insurgent revolutionary movements that were triggered by ideologies of this institution, furnish important information on the impacts of ‘Coluna Prestes’ over the chancelleries of Félix Pacheco and, to a lesser extent, of Otávio Mangabeira. Correlating all data obtained, it is possible to perceive how the Ministry of External Relations was used as an instrument of repression against the movements that opposed the oligarchic order of the República Velha.

Key-words: Coluna Prestes; Brazilian foreign policy; revolutionary uprisings; repression; Ministry of External Relations.

INTRODUÇÃO

A República Velha (1889-1930) foi período histórico que se iniciou de maneira conturbada. Ao golpe militar contra o Império, seguiu-se uma série de agitações e levantes que foram responsáveis pela renúncia de Deodoro da Fonseca e pelas medidas autoritárias de Floriano Peixoto. A fase final da República Oligárquica apresentou as mesmas características, sendo anos de mudanças sociais significativas e de rebeliões cívico-militares. Certa estabilidade foi alcançada nos anos compreendidos entre os governos de Campos Sales (1898-1902) e de Epitácio Pessoa (1919-1922), quando condições básicas de governabilidade foram obtidas pelos Presidentes que assumiram entre esses dois mandatos.² Essa ordem começou a ser abalada ainda durante o governo de Epitácio Pessoa. A ordem política estruturada por meio da Política dos Governadores, por não dar margem a oposições, excluiu da vida política nacional outros atores sociais que começavam a despontar economicamente, em decorrência do processo de industrialização pelo qual a economia brasileira atravessava e que havia começado no século XIX e se intensificado nas décadas de 1910 e 1920. O mesmo pode ser dito para aqueles setores que surgiam decorrentes da maior complexidade que a sociedade brasileira ia adquirindo com seu incipiente processo de urbanização. Por meio de revoltas e levantes, camadas médias urbanas, militares e oligarquias dissidentes passaram a contestar a ordem então vigente.

A eleição de Artur Bernardes, em março de 1922, demonstrou o clima tenso do contexto brasileiro do início da década de 1920. No meio militar, o descontentamento com a situação política do país consubstanciou-se em revoltas e levantes armados após o fechamento do Clube Militar pelo Presidente Epitácio Pessoa ao final do seu mandato. O levante do forte de Copacabana e as rebeliões em São Paulo e no Rio Grande do Sul, que se uniram posteriormente, para a formação da Coluna Prestes, são exemplos importantes. O ano de 1922 também se destacou pelo surgimento do Partido Comunista Brasileiro e pela Semana de Arte Moderna. Enquanto o primeiro se fortaleceu como alternativa aos princípios anarquistas, o Modernismo rompeu com os padrões estéticos até então vigentes no país, sendo ambos os fatos reflexos das agitações sociais e ideológicas do período.

² A Presidência do Marechal Hermes da Fonseca foi conturbada em certa medida, mas nada que se compare aos mandatos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Artur Bernardes e Washington Luis. Os três primeiros atuaram no início desse período histórico, enquanto os dois últimos, já ao final.

As principais exigências dos movimentos militares e civis de contestação desses anos foram as implementações do voto secreto, da justiça eleitoral, da educação pública obrigatória, da moralidade política e administrativa e da maior independência do Legislativo e do Judiciário. Além de estarem presentes nas Forças Armadas, tais reivindicações já faziam eco nas camadas médias urbanas e também adquiriam, com o tempo, apoio de algumas oligarquias dissidentes. O ano de 1930 foi o auge do processo de aproximação entre esses três grupos. Para combater insurgências civis e militares do período, Artur Bernardes utilizou-se de medidas centralizadoras, como a decretação do estado de sítio, obtendo, assim, grande poder de atuação.

No que tange à política externa brasileira, o governo de Artur Bernardes também foi caracterizado por agitações. Segundo Eugênio Vargas Garcia, o legado de Artur Bernardes para a política externa foi um dos piores do período da República Velha. Após Bernardes, o Brasil encontrava-se politicamente isolado na América do Sul, malvisto na Europa e ignorado pela política externa dos Estados Unidos, em função das tensões criadas pela atuação nacional na Liga das Nações e no âmbito sul-americano. Como se verá, foi nesse contexto de distanciamento em relação aos vizinhos sul-americanos que a chancelaria de Félix Pacheco buscou cooperação com Argentina, Paraguai e Uruguai no combate aos revolucionários da Coluna Prestes.

O movimento rebelde causou repercussão principalmente na América do Sul. As missões diplomáticas do Brasil em Assunção, Buenos Aires, Montevidéu e La Paz mandavam, ao Rio de Janeiro, informes, telegramas e outras correspondências diplomáticas com frequência, dando ciência ao governo federal de todas as ações do movimento revolucionário naqueles países. A busca por víveres, suprimentos e armamentos nos países vizinhos era fundamental para a continuidade da marcha rebelde, e o governo federal o sabia. Dessa maneira, durante o mandato de Artur Bernardes, a política externa brasileira para a região platina foi caracterizada por significativo esforço junto às nações vizinhas, para neutralizar o empreendimento logístico da Coluna e amenizar as más repercussões advindas do combate ao movimento.

Percebe-se que a década de 1920 foi período dos mais complexos da história recente do país. Não obstante, a historiografia tem dado pouca atenção a esse contexto em contraste com a abundante produção acadêmica sobre a década de 1930 e o que ficou conhecido como Período Vargas. Uma das razões para isso pode ser decorrente do fato de que, com relação à estrutura burocrática do Estado, muitas mudanças

engendradas por Getúlio Vargas persistem, em grande medida, até os dias de hoje, tendo significativo impacto sobre o desenvolvimento econômico e social do país ao longo do século XX³.

Sendo assim, pode-se melhor compreender por que o período entre 1930 e 1945 exerce atração sobre muitos intelectuais. Com a difusão de trabalhos e pesquisas acadêmicas cujo foco recai sobre a Era Vargas, os anos anteriores a 1930 sofrem algumas simplificações explicativas. Há muitos exemplos nesse sentido: as diversas rebeliões ocorridas na década de 1920, encetadas pelas Forças Armadas e pelas Forças Públicas estaduais passaram a ser agrupadas em conceito denominado “tenentismo”; as relações entre os governos estaduais e as lideranças regionais, assim como entre as oligarquias regionais e a população do interior, foram apresentadas como pertencentes a uma estrutura de poder denominada “coronelismo”; as relações políticas entre governo central e governos estaduais foram explicadas pela expressão “Política dos Estados”. Toda essa nomenclatura seguida de simples definições atende à finalidade dos trabalhos que se atêm a períodos posteriores a 1930. No entanto, quando a análise recai sobre as décadas de 1910 e 1920, tais conceitos tornam-se significativamente pobres quando não se demonstram as bases factuais nas quais estão fundados.

Sendo a década de 1920 o principal período abordado no presente trabalho, os fatos históricos que deram suporte à criação dos conceitos supracitados serão tratados com maior destaque ao longo da dissertação. Para compreender os impactos da Coluna Prestes e dos movimentos que a originaram sobre a política externa brasileira, é importante entender, previamente, a situação política, social e econômica do Brasil à época desses levantes revolucionários. A elucidação do contexto histórico da década de 1920 possibilita melhor interpretação sobre a atuação dos principais atores desse período. Dessa maneira, será possível compreender as principais ideologias que orientaram as Forças Armadas e os rebeldes da Coluna Prestes – já que muitos de seus comandantes eram militares – além de estabelecer as diretrizes essenciais que pautaram a política externa brasileira no período em análise.

Como o objetivo desse trabalho não é o de explicar de modo exaustivo o surgimento e desenvolvimento das principais ideologias existentes dentro das Forças Armadas, mas apontar os principais parâmetros, diretrizes, valores e diferenças existentes entre cada uma dessas ideologias, houve necessidade de excluir pontos

³ FAUSTO, 2008, p. 313-315; JANOTTI, 1999, p. 118.

significativos do desenvolvimento das ideias existentes no meio militar. Assim, o Hermismo e a Política de Salvações da década de 1910 não receberam atenção detalhada, por exemplo. Destaque-se o fato de que ainda que sejam aspectos importantes dentro da trajetória do pensamento militar do começo do século XX, esses aspectos não são fundamentais aos objetivos dessa dissertação

O sentido do presente trabalho pode ser encontrado nas epígrafes escolhidas. A frase de Félix Pacheco demonstra a exasperação do chanceler brasileiro com relação ao governo argentino em 1924. Tendo em vista o agitado contexto doméstico do Brasil à época, Artur Bernardes esperou cooperação mais assertiva por parte da Argentina, sem, no entanto, obtê-la. Como se verá, o governo de Buenos Aires não negou ajuda à causa brasileira, mas as ações portenhas, fundamentadas em aspectos legalistas, estiveram longe das medidas desejadas pelo governo brasileiro e, por isso, irritaram bastante as autoridades nacionais.

A citação de Rubén Aguirre traduz a realidade do historiador. Não há verdades que durem eternamente, mas, sim, afirmações e interpretações temporárias a respeito dos acontecimentos históricos. Partilha-se, assim, da perspectiva de que o saber histórico é alterado com o passar do tempo, na medida em que mais fontes, mais recursos e mais pesquisadores se disponibilizem a tratar de determinado tema. O papel da Coluna Prestes na história social, política e internacional do Brasil não está, pois, esgotado, e, ainda que pequenas contribuições, como a presente dissertação, sejam produzidas, o assunto não será exaurido. No interessante debate feito por Barbara W. Tuchman com as ideias do inglês Edward Hallet Carr, o presente trabalho compartilha dos ensinamentos do mestre inglês, ao considerar que “a crença num núcleo irreduzível de fatos históricos que existem independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda, mas muito difícil de vencer”.⁴ À resposta dada por Tuchman de que “as provas me parecem mais importantes do que a interpretação, e os fatos são história, quer sejam interpretados ou não”⁵, vale a pena lembrar um aforismo de Goethe, segundo o qual “the highest wisdom is to realize that every fact is already a theory”⁶.

A presente dissertação destaca a Coluna Prestes e os movimentos militares revolucionários que lhe deram origem, tendo como base os contextos social, político e

⁴ CARR, Edward H. *apud* TUCHMAN, 1995, p. 18.

⁵ TUCHMAN, 1995, p. 19.

⁶ GOETHE, Johann W. *apud* ELMAN; ELMAN, 2003, p. ix

econômico brasileiros da década de 1920. Após compreensão da situação subjacente ao Brasil, durante o conturbado contexto da época, define-se como esse movimento foi percebido pelas ideologias dominantes dentro do Exército Brasileiro e, assim, busca-se entender como a marcha da coluna rebelde e suas reivindicações produziram impactos sobre a política externa brasileira, tendo especial atenção as relações com a Argentina.

O trabalho está dividido em cinco partes. O primeiro capítulo versa sobre o contexto político, econômico e cultural e explica como o Exército Brasileiro estava estruturado na década de 1920, citando as principais ideologias que perpassavam essa organização e expondo as diretrizes de política externa do período. O segundo capítulo é dedicado às revoltas e aos levantes ocorridos entre 1924 e 1927, tanto os que precederam a Coluna Prestes, dando condições para o surgimento dessa marcha, quanto os que ocorreram depois da formação da Coluna. O terceiro capítulo tem como objetivo descrever a trajetória da Coluna revolucionária pelo país em sua marcha de mais de 25.000 quilômetros. As principais dificuldades e combates enfrentados pela Coluna são apresentados, assim como as perspectivas e as decisões dos rebeldes ao longo da campanha. O quarto capítulo faz breve explanação do contexto político e econômico da Argentina na década de 1920 e dos impactos da Coluna Prestes no âmbito internacional, com destaque para as relações entre Brasil e Argentina. São examinadas as divergências entre Buenos Aires e Rio de Janeiro no que tange a matérias de política externa e de rearmamento das Forças Armadas.

Para compreender a influência dos movimentos revolucionários e da Coluna Prestes sobre a atuação do Ministério das Relações Exteriores e sobre a formulação da política externa brasileira, entre 1924 e 1927, o presente trabalho utilizou como principal fonte os telegramas trocados entre, de um lado, as missões do Brasil na região platina e, de outro, a Secretaria de Estado no Rio de Janeiro. Assim sendo, privilegiou-se a visão do Estado com relação à política externa do período. A última parte é composta por breve conclusão que encerra a presente dissertação.

CAPÍTULO 01 - A DÉCADA DE 1920 NO BRASIL – SOCIEDADE, ECONOMIA, POLÍTICA EXTERNA E A CONFIGURAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O período denominado pela historiografia brasileira de República Velha (1889 – 1930) foi configurado por anos de grande instabilidade política e social. Desde os governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto até a Revolução de Trinta e a ascensão de Vargas ao poder, o país vivenciou diversas revoltas e sublevações de cunho militar, além de inúmeras contestações civis.

A Proclamação da República deu início a período histórico em que os militares começaram a transformar em ações políticas suas ideias e valores. O positivismo de Augusto Comte, difundido nos meios militares por Benjamin Constant, foi exemplo disso⁷. Em 1891, a falta de estabilidade política agravou-se com o fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca. Capitaneada por Custódio de Mello, houve a primeira Revolta da Armada, que conseguiu tirar Deodoro da Fonseca da Presidência da República. O vice-presidente à época, Floriano Peixoto, passou a exercer a chefia do Executivo sob o título de “presidente em exercício”, ao invés de convocar novas eleições, como previa a Constituição de 1891. O “marechal de ferro”, tal como ficou conhecido, enfrentou vários distúrbios sociais e militares, entre os quais se destacam as duas Revoltas da Armada no Rio de Janeiro e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. A vitória de Floriano Peixoto sobre os federalistas do sul ocasionou a mudança do nome da cidade de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis.

A situação de agitação durante a República Velha foi amenizada após a implementação da “Política dos Governadores” ou “Política dos Estados” no governo Campos Sales – 1898-1902. Essa complexa estrutura político-social adaptou-se, de maneira eficaz, à configuração social da época e conseguiu garantir boa sustentação aos governantes que se seguiram, dando-lhes o mínimo de governabilidade necessária para exercerem seus mandatos⁸.

A Política dos Estados pode ser entendida como uma estrutura de poder que funcionava da seguinte maneira: o governo federal dava suporte financeiro e apoio aos governos estaduais que, em contrapartida, comprometiam-se a garantir as bases para a eleição de bancadas parlamentares de apoio ao governo federal. No âmbito estadual, essa mesma lógica repetia-se, garantindo ao governador do estado o apoio dos líderes

⁷ CARVALHO, 2005, p. 38-40.

⁸ FAUSTO, 2008, p. 258-259; LEAL, 1997, p. 278-280.

locais, denominados coronéis. Como recompensa, os ditos coronéis recebiam verbas e outros recursos provenientes da esfera estadual⁹.

A fim de garantir os votos necessários à eleição dos deputados indicados pelos coronéis, os eleitores recebiam favores diversos, como empregos públicos, instrumentos de trabalho para suas pequenas propriedades e leitos em hospitais. Aqueles que não se submetiam a tal dinâmica por bem eram coagidos pelos líderes locais. Sendo o voto aberto, não havia meios de essas camadas populares mais humildes e sem instrução esquivarem-se das pressões advindas dos coronéis¹⁰.

Ao contrário do que possa parecer, o centro desse elaborado sistema não era a esfera federal nem a estadual, mas, sim, o município e o poder local exercido nesse âmbito. Victor Nunes Leal considera que o surgimento do “coronelismo” foi decorrente de compromisso entre, por um lado, o poder cada vez maior do Estado e, por outro, as forças em decadência de setores privados locais. Assim, embora a presença do Estado se tenha fortalecido em todo país, ao final do século XIX e ao início do século XX, esse ator social ainda não tinha forças suficientes para fazer valer seus interesses em todas as partes da nação, em especial nas áreas rurais.

Victor Nunes Leal considera que o avanço da urbanização enfraqueceu o “coronelismo”, no entanto o fenômeno de crescimento de cidades sempre ocorreu de maneira diversa, no território nacional, assumindo, em alguns lugares, maior intensidade do que em outros. Desse modo, o “coronelismo” ainda é sistema presente nos dias atuais, apesar de estar condenado a desaparecer da vida política do país, em algum momento. Os compromissos assumidos pelos coronéis em decadência e o poder público em processo de fortalecimento foram os principais responsáveis pela sustentação da configuração da “Política dos Estados”, conforme Nunes Leal analisou:

A superposição do regime representativo em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do “coronelismo”. Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do “coronelismo” é tão importante que sem ela dificilmente se poderia

⁹ LEAL, op. cit., p. 278-281.

¹⁰ LEAL, op. cit., p. 280-282.

compreender o do ut des que anima todo o sistema. O regime federativo também contribuiu, relevantemente, para a produção do fenômeno: ao tornar inteiramente eletivo o governo dos Estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas eleitorais estáveis, que determinaram a instituição da “política dos governadores”, repousavam justamente no compromisso “coronelista”. (LEAL, 1997, p. 278-279)

Desconsiderando o interregno do Governo do marechal Hermes da Fonseca - 1910-1914 – marcado pela política salvacionista¹¹, o Brasil apresentou relativa estabilidade política e social em seus governos estaduais e em seu governo central, entre 1900 e 1920. Ironicamente, a maior fraqueza dessa estrutura de poder adveio da estabilidade auferida pelo compromisso entre coronéis e políticos estaduais e federais. Como a rede de apoios criada entre líderes locais, governos estaduais e governo central não dava margem para que setores de oposição pudessem expressar suas demandas e tentar alcançar o poder, a frustração política acentuou-se entre diferentes grupos sociais que não encontravam espaço no aparelho eleitoral do Estado para seus anseios¹². Com o decorrer dos anos, essa engenhosa estrutura política concebida e consolidada com a Política dos Estados começou a não ser capaz de absorver novos atores que surgiram da crescente diversificação da sociedade brasileira. As oligarquias dissidentes, as camadas médias urbanas, o Exército Brasileiro, a Marinha e a incipiente burguesia industrial reclamavam maior participação na vida política do país.

Como esses atores não conseguiam ser bem-sucedidos – a Campanha Civilista de Ruy Barbosa, em 1910, e a Reação Republicana de Nilo Peçanha, em 1921, são exemplares nesse sentido – começaram a indispor-se com a dinâmica da política nacional e passaram a procurar outras maneiras para dar vazão a seus objetivos que não a via institucional dominada pelos grupos das oligarquias tradicionais. Por meio de revoltas e levantes, camadas médias urbanas, militares e oligarquias dissidentes passaram a contestar a ordem estabelecida¹³.

¹¹ A “Política de Salvações” ou simplesmente “salvacionismo” foi conjunto de medidas tomadas pelo marechal Hermes da Fonseca quando de sua presidência, com objetivo de moralizar a vida política nacional. Tais ações receberam forte apoio de setores militares descontentes com as oligarquias dominantes e geraram grandes agitações em diversos estados que sofreram intervenções do poder federal. Exemplo dessas ações e de sua falta de sucesso foi a “Guerra do Cariri” entre a tradicional oligarquia cearense chefiada por Antonio Nogueira Acioli e os setores liderados por Franco Rabelo. Para mais detalhes do Salvacionismo e da Guerra do Cariri cf. CARONE, 1974; FAUSTO, 2008; JANOTTI, 1999.

¹² IGLESIAS, 1993, p. 221-228; LINHARES, 1990, p. 319.

¹³ FAUSTO, op. cit. p. 295-303; 305-313; 315-318; GARCIA, 2006, p.26.

1.1. SOCIEDADE E POLÍTICA DOMÉSTICA

A eleição de Artur Bernardes demonstrou o clima tenso vigente no contexto político da década de 1920. O político mineiro era candidato com apoio das oligarquias dominantes de Minas Gerais e São Paulo. Seu opositor, Nilo Peçanha, era candidato pela Reação Republicana e recebeu suporte de oligarquias dissidentes de estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, e de setores do Exército ligados a Hermes da Fonseca¹⁴.

A oposição tentou mobilizar as massas urbanas do país, percorrendo grande número de cidades e baseando-se em promessas de voto secreto, moralização do sistema eleitoral do país e austeridade fiscal com vistas ao combate da inflação. Os privilégios que o café recebia pela política econômica federal também foram criticados, na medida em que deixavam outros produtos nacionais sem a mesma proteção. A ideia dos grupos de apoio a Nilo Peçanha não era acabar com a Política de Valorização do Café, mas, sim, expandir tal mecanismo a outros produtos.¹⁵

A agitação no contexto eleitoral cresceu ainda mais, após o episódio das cartas falsas publicadas no jornal *Correio da Manhã*. De suposta autoria de Bernardes e contendo teor agressivo e difamatório ao marechal Hermes da Fonseca, uma das cartas continha os seguintes trechos:

Ilmo. Raul Soares.

Saudações afetuosas.

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda a energia, de acordo com minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epiácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epiácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas.

A situação não admite temporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.

Abraços do

Artur Bernardes (APULCHRO, apud CARONE, 1974a, p. 56¹⁶)

¹⁴ CARONE, 1974a, p. 56-57; FAUSTO, op. cit. p. 305-307.

¹⁵ FAUSTO, op. cit. p. 306.

¹⁶ APULCHRO, Xisto. **A verdade histórica (da convenção de junho de 1921 à revolução de julho de 1922)**, Rio de Janeiro, s/e, 1922, p. 303.

A carta fazia alusão ao banquete promovido por Hermes da Fonseca por ocasião de sua posse na presidência do Clube Militar. Mesmo depois de alguns dias de descoberta a farsa e de os responsáveis por ela terem confessado a autoria, forte oposição militar surgiu à candidatura do oligarca mineiro¹⁷. Temendo uma situação de revolta generalizada, levantou-se a hipótese de desistência da candidatura, mas Bernardes rejeitou-a e acabou sendo eleito¹⁸. Em junho de 1922, setores militares tiveram nova indisposição contra as políticas das tradicionais oligarquias. Após intervenção federal em Pernambuco, o Clube Militar lançou protesto contra esse ato. Em resposta, Epitácio Pessoa determinou repreensão e prisão do marechal Hermes da Fonseca, além do fechamento do Clube Militar¹⁹.

A partir de então, alguns setores das Forças Armadas passaram a pregar, abertamente, insubordinação e levantes contra o governo. O discurso do tenente Gwaiier Azevedo em sessão no Clube Militar revela bem o clima de animosidade que o episódio das cartas falsas e o iminente fechamento do Clube Militar geraram sobre setores militares à época.²⁰

Outro episódio que bem ilustrou o clima tenso do período foi a chegada de Artur Bernardes à capital da República, o Rio de Janeiro. Segundo relato de Afonso Arinos de Melo Franco, uma multidão hostil misturou-se à comitiva de políticos e militares que receberam o político mineiro. Impropérios, ameaças de agressões físicas, vaias, trancos nos carros, gritos, gracejos e todo tipo de desrespeito a autoridades, a políticos e ao presidente foram cometidos na ocasião. A cena foi marcante para Melo Franco, que a tem como recordação de infância e classifica-a como revoltante²¹.

A esse contexto somou-se a insatisfação de setores da sociedade brasileira alijados do processo de decisão política desde início do século: operários, camadas médias urbanas, forças armadas e crescente número de oligarquias dissidentes demandavam a implantação do voto secreto, a criação de uma justiça eleitoral, a disponibilização de educação pública obrigatória, a independência do Legislativo e do

¹⁷ MCCANN, 2007, op. cit. p. 336.

¹⁸ CARONE, 1974b, p. 347.

¹⁹ CARONE, 1974b, p. 337-341; FAUSTO, op. cit. p. 305-307.

²⁰ MCCANN, 2007, 304-305 e 340. Parte do discurso do Tenente Gwaiier está reproduzida mais à frente, no item 1.4. CONCLUSÃO.

²¹ CARONE, 1974b, p. 339; SODRÉ, 1979, p. 202.

Judiciário em relação ao Executivo e maior moralidade política e administrativa no país.²²

Ao longo do final do século XIX e no início do XX, a sociedade brasileira tornou-se mais complexa. Os processos de urbanização e industrialização fizeram surgir classe operária nas maiores cidades da época, como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, que tiveram suas populações aumentadas de 239.820 para 1.322.643 e de 691.565 para 1.896.998, respectivamente, entre 1900 e 1939²³. A grande maioria desses operários era composta por imigrantes europeus com destaque para os italianos. Junto com suas idiossincrasias culturais, os trabalhadores chegavam ao país, trazendo as principais ideologias difundidas em seus contextos de origem. Foi assim que ideias anarquistas e socialistas chegaram às cidades brasileiras, no início do século XX²⁴.

A princípio, o anarquismo foi a ideologia hegemônica entre o operariado nacional, no entanto seu anticlericalismo e antimilitarismo contribuíram para reduzir sua penetração na sociedade brasileira. Ademais, em 1917, a rebelião operária generalizada ocorrida na cidade de São Paulo demonstrou que os líderes anarquistas não sabiam o que fazer depois de o governador ter abandonado a capital em suas mãos. A partir desse episódio, o anarquismo no Brasil passou a perder influência para outras ideologias, com destaque para o comunismo²⁵.

Em 1922, na cidade de Niterói, foi fundado o Partido Comunista do Brasil. A década de 1920 foi marcada pela ascensão da influência dessa ideologia sobre setores das camadas médias urbanas da sociedade brasileira, como operários, profissionais liberais e intelectuais. Além disso, alguns elementos das Forças Armadas também aderiram ao comunismo, apesar de nunca terem constituído parcela significativa do Exército ou da Marinha. Desse período até a década de 1980, a ideologia comunista teve relevante importância na política brasileira²⁶.

Outro setor da sociedade que teve origem nos processos de industrialização e urbanização foram as camadas médias urbanas. Esse conjunto de agentes nunca teve grande coesão em suas ações, pelo fato de ser composto por diferentes grupos cujos interesses eram diversos. Desse modo, filhos de famílias proprietárias decadentes,

²² CARVALHO, 2006, p. 89-95; IGLESIAS, op. cit. p. 225; FAUSTO, op. cit. p. 300, 313-315; LINHARES, op. cit. p. 318-319.

²³ LINHARES, op. cit. p. 310.

²⁴ CARONE, 1972, p. 191-193; FAUSTO, op. cit. p. 297-303; GARCIA, op.cit., p. 510-515; LINHARES, op. cit. 320-321.

²⁵ CARONE, 1972, p. 212-216; FAUSTO, op. cit. p. 297-298.

²⁶ CARONE, op. cit. p. 325-326; FAUSTO, op. cit. p. 305-307; LINHARES, op. cit. p. 320.

profissionais liberais, pequenos proprietários de fábricas, comerciantes, funcionários públicos e intelectuais compunham o crescente setor médio da sociedade e passaram a reivindicar maior participação na vida política do país. Com relação às consequências da heterogeneidade na composição desse setor social, Sônia Regina de Mendonça expôs, de maneira elucidativa, o modo pelo qual as camadas médias urbanas se portavam nas décadas de 1910 e 1920:

Tal característica²⁷ explicaria, em si mesma, a dubiedade de seu comportamento político e visão de mundo. Dessa feita, se podemos constatar nos representantes dos setores médios críticas efetivas ao regime político – sobretudo ao longo da década de 1920 – também é verdade que seu conteúdo inscrevia-se nos estritos limites do universo liberal de que partilham, pugnando, no máximo, pela purificação de seus princípios, sem que isso equivalesse, necessariamente, nem à plena realização da democracia, nem à possibilidade de alianças com os demais setores subalternos. Como aponta Fausto, o único dos segmentos passível de ser aproximado a setores médios que teve expressão política efetiva no período – os tenentes – desenvolveu um programa elitista, ratificando o caráter legalista do liberalismo brasileiro. (MENDONÇA in LINHARES, 1990, p. 320²⁸)

Os referidos “tenentes” foram outro ator social relevante do período. Sendo constituído por jovens oficiais das Forças Armadas e das Forças Públicas estaduais, o movimento denominado “tenentismo” representou ações de um grupo específico de militares vinculados a uma ideologia em voga, naquele período, no Exército Brasileiro. Por isso, não pode ser considerado como conjunto de ações que representava a política institucional de nenhuma das Forças Armadas²⁹.

É necessário registrar que tal posicionamento não encontra apoio em alguns autores que entendem as Forças Armadas como expressão dos anseios e das demandas das camadas médias urbanas da época. Nelson Werneck Sodré e Anita L. Prestes defendem que as ações dos jovens militares refletiam a visão de mundo que as camadas médias tinham a respeito do contexto da década de 1920, conforme exposto por ambos:

Numa fase em que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, pesava no conjunto das forças renovadoras a burguesia e, entre as suas camadas, a pequena burguesia se destacava como a mais combativa. Pertenceria ao grupo militar, nesta, a função de vanguarda, função que se iniciou nos fins do século XIX e que persistiu até depois da Revolução de 1930, embora com alternativas e desvios, como aquele de que

²⁷ A característica em questão refere-se à heterogeneidade da composição das camadas médias urbanas.

²⁸ MENDONÇA, Sônia Regina. **A consolidação da República oligárquica**. In LINHARES, Maria Yedda (org). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 320.

²⁹ CARVALHO, 2005, p. 14; MCCANN, op. cit., p. 326, 336-340.

resultou a campanha civilista, dividindo a pequena burguesia. (SODRÉ, 1978, p. 209)

(...) Os “tenentes” eram parte de uma corporação militar com interesses próprios, mas essa instituição não estava afastada da sociedade e dos seus problemas por uma muralha chinesa; ao contrário, os militares não só provinham, em sua maioria, dos setores médios dessa sociedade, como mantinham estreito contato com as populações civis, com a vida nacional. É nesse complexo emaranhado de relações sociais que devem ser compreendidas as suas posições e atitudes, o seu comportamento político. (PRESTES, 1997, p. 73)

De outro modo, por entender que a denominação “instituição total”³⁰, de Erving Goffman (1987), aplica-se às Forças Armadas, consideraram-se essas instituições como autônomas em relação às camadas médias urbanas:

A sociologia tem mostrado exaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Erving Goffman chama de instituições totais. Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida se seus membros, constroem identidades mais fortes. (CARVALHO, 2005, p. 13)

É muito comum ouvir-se a afirmação de que os “tenentes” foram os representantes da classe média urbana. Ela é explicável pela aparente analogia entre setores intermediários da sociedade e do Exército e pelo inegável prestígio do “tenentismo” na população urbana até o fim da década de 20. Entretanto, considerar o “tenentismo” um movimento representativo de classe seria uma simplificação de sua natureza. (...) Acima de tudo, devemos lembrar que os “tenentes” eram tenentes, ou seja, integrantes do Exército. Sua visão de mundo formou-se sobretudo por sua socialização no interior das Forças Armadas. Essa visão era específica deles, assim como as queixas contra a instituição de que faziam parte. (FAUSTO, 2008, p. 314-315)

Adotou-se o entendimento de José Murilo de Carvalho³¹, que mostra a existência, no Exército Brasileiro, naquele momento, de três grupos com diferentes ideologias. Assim sendo, ainda que tivessem aspirações políticas coincidentes com as dos setores médios, a atuação dos militares rebeldes, durante a década de 1920, representou ideário de um segmento específico das Forças Armadas, tal como será visto no item 1.3³².

Outro fato relevante na composição sociopolítica da década de 1920 foi o crescente poder que oligarquias dissidentes começaram a obter. Segundo Boris Fausto,

³⁰ Para mais detalhes a respeito das características das “instituições totais”, cf. GOFFMAN, 1987, p. 15-108.

³¹ CARVALHO, 2005, p. 38-43.

³² DRUMMOND, 1999, p. 15.

nesses dez anos, a evolução política de São Paulo e do Rio Grande do Sul teve sentidos opostos. Enquanto, no sul, o Pacto de Pedras Altas marcou o princípio da aproximação entre setores da elite gaúcha, depois de anos de disputas entre chimangos e maragatos, em São Paulo, as lideranças políticas cindiram-se. Em 1926, o Partido Democrático foi criado, sendo composto por dissidentes do Partido Republicano Paulista. Em Minas Gerais, o poderoso Partido Republicano Mineiro também apresentou dissidências ao longo da década de 1920, culminando na cisão com relação às eleições de 1930.³³

Em um contexto político caracterizado pela divisão das tradicionais oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais, pela união e pelo fortalecimento das elites de estados, como Rio Grande do Sul e Pernambuco, e pelo surgimento de novos atores, grandes transformações não tardaram a acontecer. Os levantes civis e militares desse período foram o prenúncio da Revolução de 1930.

A agitação desse período não ficou restrita à política. Grandes mudanças também ocorreram na cultura e na economia. A década de 1920 é considerada como marco na evolução artística nacional. Uma onda de renovação cultural deu ensejo ao movimento modernista no Brasil, tendo como ponto de inflexão a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922. Antonio Candido definiu, de modo claro, o que esse movimento significou para a intelectualidade brasileira:

(...) O nosso Modernismo importa essencialmente, em sua fase heróica, na libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, que são trazidos triunfalmente à tona da consciência literária. Este sentimento de triunfo, que assinala o fim da posição de inferioridade no diálogo secular com Portugal e já nem o leva mais em conta define a originalidade própria do Modernismo na dialética do geral com o particular.

(...)

Parece que o Modernismo (tomado o conceito no sentido amplo de movimento das idéias, e não apenas das letras) corresponde à tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro. Nele, e sobretudo na culminância em que todos os seus frutos amadureceram (1930-40), fundiram-se a libertação do academicismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências de educação política e reforma social; o ardor de conhecer o país. A sua expansão coincidiu com a radicalização posterior à crise de 1929, que marcou em todo o mundo civilizado uma fase nova de inquietação social e ideológica. (...) A alegria turbulenta e iconoclástica dos modernistas preparou, no Brasil, os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 30. (...) (CANDIDO, 2000, p. 110, 114-115)

³³ CARONE, 1974a, p. 56-58; FAUSTO, op.cit., p. 316-321.

Nesse contexto de efervescência cultural, surgiram diferentes vertentes do Modernismo. Como exemplos de movimentos nacionalistas expressos por meio da estética, pode-se citar o Verdeamarelismo, o Movimento da Anta. Na esfera política, o Integralismo foi exemplo de nacionalismo. Os elementos recalcados de nossa sociedade ganharam destaque em movimentos, como Pau Brasil e Antropofagia, que valorizaram o negro, o mestiço e a malandragem do povo brasileiro. Importante papel também foi desempenhado pelos romancistas que se concentraram em elaborar obras de denúncia social, destacando-se José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, entre outros.³⁴ Muitos expoentes dessas correntes ideológicas obtiveram destaque na vida política e cultural do país, nas décadas seguintes, demonstrando como o contexto dos anos 20 foi importante para a concepção de nova maneira de percepção do Brasil e de seu povo.

No campo econômico, o período em análise teve relevância no que se refere às atividades comerciais e bancárias. Depois da Primeira Guerra Mundial, a Grã Bretanha começou a apresentar declínio relativo em sua predominância financeira e comercial no mercado brasileiro. Os espaços deixados pelos britânicos foram, aos poucos, ocupados pelos norte-americanos. Durante toda década de 1920, empresas e bancos dos EUA ganharam importância no mercado brasileiro e, na década seguinte, consolidaram-se como os principais agentes econômicos estrangeiros do país.³⁵

O movimento de transferência do centro hegemônico do sistema capitalista de Londres para Washington, já evidenciado pelo Barão do Rio Branco durante sua chancelaria – 1902-1912 – ganhou contornos claros nos dez anos limitados pelos governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luis. O número de empresas britânicas que deixaram de ser concessionárias de serviços públicos no Brasil ou foram vendidas a outros atores econômicos presentes em nosso mercado foi tão significativo quanto a crescente entrada de capitais norte-americanos.³⁶

Em termos macroeconômicos, até 1914, o Brasil adotou o Padrão-Ouro como meio de estabilizar a taxa de câmbio. Logo após o início da Primeira Guerra Mundial, a Caixa de Conversão, responsável por garantir o funcionamento do sistema, foi fechada, refletindo, na prática, o abandono da paridade Mil-Réis-Ouro. Como a maior parte das receitas do governo dependia de impostos sobre importações, a redução no volume do

³⁴ JANOTTI, 1999, p. 88-89.

³⁵ GARCIA, op. cit., p. 132-145 e 275-345.

³⁶ GARCIA, op. cit., p. 149-152 e 333-334.

comércio internacional entre 1914 e 1918 teve impacto direto sobre as receitas do Estado. A assinatura do 2º *funding loan* foi decorrente dessa situação.³⁷

Com a Primeira Guerra Mundial, o processo de industrialização foi acelerado. Na impossibilidade de adquirir bens manufaturados do resto do mundo, a indústria nacional passou a suprir parcela da demanda doméstica. Como não se registraram entradas significativas de bens de capital no período, pode-se concluir que a expansão da atividade industrial do país foi realizada sobre capacidade ociosa previamente instalada.³⁸

À época, o café era o principal produto brasileiro, e a receita da esfera federal era baseada em taxas sobre a importação de produtos. A esfera estadual era responsável pela arrecadação de impostos sobre as exportações. Assim sendo, tanto a receita do setor privado quanto a do setor público dependiam da venda do café no mercado mundial. Os produtores tinham suas receitas atreladas diretamente às suas exportações, e o Estado dependia do café por via indireta. Caso os cafeicultores brasileiros não tivessem capacidade financeira para importar, o governo, por consequência, deixaria de arrecadar. Deste modo, interessava a ambos os agentes econômicos uma política de valorização do café, tal como iniciada pelo Convênio de Taubaté, em 1906 e repetida em 1917.

As oscilações do comércio mundial deixavam tanto o governo quanto os cafeicultores em situação vulnerável, e a criação de uma política de valorização do café que tivesse caráter permanente passou a ser considerada pelas autoridades federais e pelas oligarquias estaduais. Durante algum tempo, a questão sobre quem deveria arcar com os custos de manutenção de tal política foi discutida, recaindo essa responsabilidade sobre o Governo Federal, que, pouco depois, repassou-a ao estado de São Paulo.³⁹

Apesar de dificuldades financeiras enfrentadas pelo governo de Epitácio Pessoa, o mandato de Artur Bernardes começou em contexto de recuperação econômica. Segundo Winston Fritsch, esse quadro favorável foi criado pelos efeitos anticíclicos que a política de valorização do café gerava e não pela adoção consciente de medidas estabilizadoras pelo Governo.⁴⁰

³⁷ FRITSCH, 1992, p. 41-42.

³⁸ FRITSCH, op. cit., p. 43-44; FURTADO, 2000, p. 210-211.

³⁹ FRITSCH, op. cit., p. 55.

⁴⁰ FRITSCH, op. cit., p. 50.

Em outro sentido, ainda que houvesse um quadro de recuperação econômica, Artur Bernardes teve dificuldades a enfrentar no início de seu mandato:

O governo Bernardes herdava, entretanto, um balanço de pagamentos extremamente vulnerável e crônica crise fiscal que atingira gravemente a capacidade de financiamento do Banco do Brasil e que condicionaria a definição de seu programa de política econômica. O ponto básico do programa de Bernardes seria a realização de uma reforma monetária que transformasse o Banco do Brasil em banco central, retirando do Tesouro os poderes de emissão de moeda. A estabilização das receitas de exportação com vistas ao fortalecimento da posição externa (...) seria cumprida pela institucionalização de novo e ousado programa, dito “permanente”, de defesa dos preços do café. (FRITSCH, 1992, p. 51.)

A política econômica conduzida por Artur Bernardes pode ser considerada como ortodoxa em função das medidas monetárias e fiscais tomadas. No final de 1924, tal característica ficou evidente, após o governo federal passar para o estado de São Paulo a responsabilidade pelo programa de valorização do café. Como resultado final, apesar de terem tido alto custo social por levar a perdas no nível de emprego e no índice do produto⁴¹, as medidas tomadas pela equipe econômica de Bernardes alcançaram seus principais objetivos: a taxa de câmbio apreciou-se, e a inflação diminuiu.⁴²

O governo de Washington Luis foi caracterizado pela continuação da ortodoxia na esfera econômica, embora tenha alterado algumas diretrizes fiscais e monetárias estabelecidas entre 1922 e 1926. O ponto culminante da austeridade ortodoxa apresentada pela equipe de Washington Luis foi o retorno ao Padrão-Ouro, por meio da criação da Caixa de Estabilização⁴³. A insistência do governo federal em não abrir mão do sistema de paridade fixa entre o Ouro e o Mil-Réis foi um dos fatores que contribuiu para agravar os efeitos da crise de 1929 sobre a economia brasileira, tendo sido abandonado somente após a instauração do governo provisório, em 1930.⁴⁴

Diante de contexto caracterizado pelo surgimento de novos atores políticos, sociais e econômicos, a manutenção da ordem então vigente passou a ser problemática. Contestações nas esferas política e cultural foram constantes ao longo da década de 1920. No campo econômico, as medidas ortodoxas adotadas pelo governo federal contribuíram para desacelerar as atividades produtivas internas, gerando impacto direto sobre a vida dos trabalhadores urbanos. Somou-se a esse quadro doméstico a

⁴¹ MCCANN, op.cit., p. 312.

⁴² FRITSCH, op. cit., p. 55-56.

⁴³ As funções cambiais da Caixa de Estabilização eram praticamente as mesmas da extinta Caixa de Conversão, que vigorou até início da Primeira Guerra Mundial.

⁴⁴ FRITSCH, op. cit., p. 60-62.

insatisfação de parcela significativa de militares, que passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e a criticar abertamente a política nacional dominada pelas tradicionais oligarquias.

Assim sendo, percebe-se que o contexto da época foi marcado por uma série de agitações civis e militares que fizeram o Executivo federal promover medidas duras e intransigentes, a fim de manter a ordem. Para fazer frente a tais insurgências, Artur Bernardes utilizou-se de prerrogativas autoritárias e de políticas centralizadoras, como a decretação do estado de sítio durante grande parte de seu governo, dando margem a medidas extremadas.⁴⁵ De outro modo, o fato de esse presidente ter realizado uma série de reformas na Constituição demonstrou que, apesar de possuir viés autoritário, o governo não era refratário às pressões advindas dos novos atores sociais e, de alguma maneira, respondia aos questionamentos que surgiram, mesmo porque os interesses de quem comandava a política e dos novos atores não eram totalmente estanques quanto possa parecer.

No contexto socioeconômico, o processo de industrialização foi bom exemplo de processo no qual interesses diversos se interpenetravam. Ao longo do primeiro conflito mundial, houve aumento na produção industrial sem que houvesse incremento na importação de bens de capital. Conclui-se, desse modo, que o crescimento da produção nacional foi baseado em capacidade industrial previamente instalada e que se encontrava ociosa antes da guerra, tal como já exposto.

A existência de capacidade industrial ociosa, em 1915, revela que houve investimentos nesse setor da economia ao longo das últimas décadas do século XIX e nos primeiros decênios do século XX. Isso ocorreu, porque grandes fazendeiros utilizaram parcela dos ganhos provenientes das exportações de café para investirem em atividades industriais, minimizando riscos sobre seu capital produtivo. Assim, quando a cafeicultura entrava em crise, as atividades industriais aumentavam e, quando os lucros advindos do café eram elevados, parcela desse capital era investida na compra de maquinarias.⁴⁶

⁴⁵ A criação da famosa colônia penal de Clevelândia, na região onde hoje é o estado do Amapá, demonstrou a tendência autoritária do presidente à época. Essa colônia penal foi instalada em região distante da capital federal e tinha características insalubres. Grande parte dos presos enviados para o local morreu em decorrência de problemas de saúde ocasionados pelas condições de Clevelândia. Ademais, o fato de tratar suspeitos e detidos políticos como condenados da justiça também evidenciou a arbitrariedade reinante à época. Para maiores detalhes Cf. MEIRELLES, 1997, p. 444-447; 629-632.

⁴⁶ FURTADO, op. cit. p. 210-211.

Em diversos casos, o mesmo indivíduo produtor de café no interior do país possuía fábricas em cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Por essa razão, a ideia de luta de classe entre o setor rural e o setor urbano industrial não faz sentido para o Brasil⁴⁷. Como Celso Furtado demonstrou em *Formação Econômica do Brasil*, grande parte do capital formador da indústria nacional derivou do complexo agrário-exportador. À época, as tarifas externas estipuladas pelo governo federal beneficiaram tanto os exportadores de café quanto os industriais. As medidas governamentais que deram ensejo à “socialização das perdas” beneficiaram o setor agrário-exportador e o setor industrial, ao garantir aos cafeicultores menores prejuízos e ao elevar os custos dos bens importados.⁴⁸

A Revolução de 1930 é outro exemplo que corrobora a complexidade do jogo de interesses da década de 1920. Enquanto as tradicionais oligarquias de São Paulo e Minas Gerais se mantiveram unidas, os novos atores da esfera política permaneceram alijados do processo decisório nacional. A sucessão de Washington Luis permitiu o surgimento de cisão entre Minas e São Paulo, abrindo espaço para nova composição de forças. Assim, oligarquias dissidentes, camadas médias urbanas e militares descontentes uniram-se para levar adiante o movimento liderado por Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Destaca-se que, em primeiro momento, os industriais foram contra a Revolução de 1930:

Os grandes industriais contavam com a proteção do PRP, no qual estavam representados. Não tinham também razões para simpatizar com a oposição, pois eram um dos alvos de suas críticas. Por isso, não é de se estranhar que as associações industriais tenham apoiado abertamente a candidatura de Julio Prestes.

(...)

É bem verdade que, logo após a vitória dos revolucionários, os industriais do Rio de Janeiro trataram de se aproximar do governo, mas isso não quer dizer que Getúlio Vargas fosse o representante do empresariado. Apenas mostra que, antes ou depois de 1930, a aproximação com o Estado era fator decisivo para o fortalecimento da burguesia industrial.

Esses fatos são suficientes para mostrar que é simplista a tese segundo a qual a Revolução de 1930 significou a tomada direta do poder por esta ou aquela classe social. Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. (FAUSTO, 2008, p. 326)

Após delinear as principais características culturais e econômicas da época e de ter demonstrado a complexidade da composição político-social do Brasil na década de

⁴⁷ LINHARES, op. cit. p. 319-320.

⁴⁸ FURTADO, op. cit. p. 203-220.

1920, passa-se à análise da política externa do período, com destaque para o mandato de Artur Bernardes.

1.2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920

Até por volta de 1990, a década de 1920 não havia recebido tanta atenção pelos estudiosos da política externa brasileira, diferentemente da produção historiográfica a respeito das agitações políticas, culturais e econômicas do período. A grande carência de trabalhos acadêmicos sobre a atuação externa brasileira nesse contexto só agora começa a ser sanada, por meio de autores, como Eugênio Vargas Garcia, Norma Breda dos Santos e Amado Luiz Cervo.

Segundo Eugênio Vargas Garcia, a década de 1920 foi caracterizada por três eixos de ação da política externa brasileira: os Estados Unidos, a Europa e a América do Sul. A análise da ação externa, nesse período, deve levar em conta:

(...) um contexto interno de crise política e institucional, prevalência do modelo agroexportador, dificuldades econômicas, dependência do capital estrangeiro e limitada capacidade estratégico-militar. Convém assinalar que a formulação e a execução da política externa estavam dominadas por pequeno círculo de elite, basicamente atores ligados ao Ministério das Relações Exteriores e a setores do governo federal. (GARCIA, 2006, p. 25)

Relevante também para compreender a ação externa brasileira do período é perceber como o processo decisório de política externa à época era centrado no Presidente da República e em grupos de interesses políticos e econômicos, tal como ocorria em outros setores da política, durante a República Velha.⁴⁹

Claro está que, embora os cafeicultores paulistas não “controlassem” o Estado, o peso relativo do setor cafeeiro tinha de ser levado em conta pelo governo federal, independente da origem estadual do Presidente da República. (...) a conduta internacional do país não deixava de espelhar certa relação de compromisso com os setores que dominavam parcela expressiva da riqueza nacional. (GARCIA, 2006, p. 27)

Eugênio Vargas Garcia afirma que, nesse contexto, é possível contestar a capacidade de a política externa encetada refletir aspirações nacionais, uma vez que lhe faltava legitimidade e poucos eram os atores que conseguiam influenciar seu processo de formulação. As agitações sociais e políticas ocorridas ao longo da década de 1920

⁴⁹ CARONE, op. cit. p. 267-271; GARCIA, op. cit. p. 25-26.

demonstraram como o sistema político encontrava-se fechado à participação dos novos atores sociais que ganhavam força.⁵⁰

Além desses fatores, para melhor compreender a atuação externa do país durante essa década, é necessário entender os impactos sobre a projeção mundial do Brasil decorrentes da participação nacional na I Guerra Mundial. O modo como os formuladores da política externa do período interpretaram essa nova projeção do país também é importante para analisar como as diretrizes da atuação externa brasileira foram estabelecidas.

O Brasil foi o único país da América do Sul a participar do conflito mundial de 1914-1918. As razões para engajar-se em atividades bélicas no Atlântico e na Europa foram várias, entre as quais se destacaram a ideologia pan-americanista, em ascensão no país, desde a Proclamação da República; os ganhos econômicos e de cooperação que o esforço de guerra acarretaria; a possibilidade de apreender dezenas de navios alemães ancorados nos portos nacionais; o prestígio internacional; a possibilidade de participar das negociações de paz em Versalhes e, assim, influenciar o novo ordenamento mundial que surgiria desse evento.⁵¹

O Brasil participou da I Guerra Mundial, enviando 13 oficiais aviadores que se integraram à RAF; uma missão composta de 100 médicos-cirurgiões à França; um corpo de estudantes e soldados do Exército para fazer a guarda do Hospital do Brasil. Formou-se, ainda, a Divisão Naval de Operações de Guerra – DNOG – composta pelos cruzadores *Bahia e Rio Grande do Sul* e pelos contratorpedeiros *Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina*, sob comando do contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin.⁵²

Antes de entrar em combate, a DNOG foi acometida por surto de gripe espanhola, sendo esse fator responsável pelo atraso na incorporação das forças navais brasileiras ao efetivo aliado. A DNOG entrou no Mediterrâneo um dia antes da assinatura do armistício e não chegou a travar nenhum combate contra forças inimigas⁵³.

Como exposto, o contexto em análise foi caracterizado por uma transição hegemônica da Inglaterra para os EUA em termos comerciais e financeiros. Frente a esse fato, a chancelaria brasileira não foi refratária a tais mudanças estruturais do

⁵⁰ GARCIA, op. cit. p. 25-26; PRESTES, 1997, p. 61-63.

⁵¹ CERVO, op. cit. p. 211-217; GARCIA, op. cit. p. 44-45.

⁵² CERVO, op. cit. p. 209-210; Relatório do MRE, 1917-1918, p. 109-116.

⁵³ GARCIA, op. cit. p. 210-211; MCCANN, op. cit. p. 279.

sistema internacional. A busca por melhor posicionamento nas novas ordens econômica e política que, então, surgiam foi encetada com vigor pelos chanceleres que estiveram à frente do MRE, ao longo da década de 1920, tendo início na Conferência de Paz de Versalhes.

Havia o sentimento de que era chegada a hora de o Brasil alçar uma projeção internacional que não fosse meramente regional, mas, sim, universal. Segundo o pensamento dominante à época, a participação brasileira na “Grande Guerra” – posteriormente denominada “I Guerra Mundial” – e na consequente conferência de paz de 1919 seria sinal de que uma inserção universal para o país era possível e tinha bases concretas. Com a decisão de criar uma organização internacional cujos objetivos eram regular as desavenças entre os países e garantir a paz mundial, o assento permanente no conselho desse órgão seria somente o reconhecimento do restante do mundo de novo patamar alcançado pelo Brasil no sistema internacional.

O fato de que a projeção brasileira se elevava com os anos era indiscutível. O que se mostrou inadequado para alguns pesquisadores atuais e, à época, para atores internacionais foi o grau de relevância que os formuladores da política externa daquele momento, principalmente Félix Pacheco, creditavam ao Brasil. Além disso, a atuação externa brasileira sofreu oscilações decorrentes do humor de alguns presidentes, já que opções políticas ou preferências diplomáticas eram elaboradas de acordo com necessidades de cada momento.⁵⁴

Lutando por um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, o Brasil pareceu demonstrar não ter calculado bem seu peso na esfera internacional, no período Entre – Guerras e acabou por gerar crise de certa relevância no âmbito da Liga, ao vetar a entrada da Alemanha na organização e, depois, anunciar sua retirada do Conselho e da própria Liga.⁵⁵ Mesmo tendo sido aconselhado por seu representante em Genebra, Afrânio de Mello Franco, a recuar em sua empreitada, o presidente Bernardes levou até as últimas consequências seu pleito, abrindo margens para a construção de uma imagem negativa do país no concerto europeu de nações.⁵⁶

Amado Luiz Cervo não discorda de José Carlos de Macedo Soares, ao apresentar a tese deste último de que a atribulada gestão de Félix Pacheco era uma maneira de tentar neutralizar as repercussões das revoltas internas tanto na esfera internacional

⁵⁴ BREDA DOS SANTOS, 2003, p. 89-88; CERVO, op. cit., 226-228; GARCIA, op. cit., p. 25-26.

⁵⁵ CERVO, op. cit., p. 224-227; GARCIA, op.cit., p. 412-414; SILVA, 1998, p. 149-150.

⁵⁶ CERVO, op. cit. p. 227; GARCIA, op. cit. p. 392-402.

quanto no âmbito doméstico.⁵⁷ Eugênio Vargas Garcia demonstrou também como o corpo burocrático do Ministério das Relações Exteriores – MRE – foi utilizado para tentar neutralizar os efeitos e as repercussões danosas que os movimentos domésticos de contestação tiveram no exterior.⁵⁸

Exemplo dessa constatação pode ser encontrado, ao analisar a marcha da Coluna Prestes. Esse movimento causou repercussão principalmente na América do Sul. As missões diplomáticas do Brasil em Assunção, Buenos Aires, Montevideu e La Paz mandavam ao Rio de Janeiro informes e outras correspondências diplomáticas com frequência, dando ciência ao governo federal de todos os passos dos jovens oficiais⁵⁹. A busca por víveres, suprimentos e armamentos nos países vizinhos era fundamental para a continuidade da marcha dos rebeldes, e o Executivo bem o sabia. Dessa maneira, a política externa platina do Brasil, durante o mandato de Bernardes, empreendeu significativo esforço junto às nações vizinhas, para neutralizar o empreendimento logístico da Coluna e amenizar as más repercussões advindas do combate contra ela.⁶⁰

Subjacente ao uso da política externa como forma de desviar atenção do conturbado contexto social interno e de combater e neutralizar as ações de movimentos rebeldes, como a Coluna Prestes, existiram outros interesses e objetivos que produziram efeitos na formulação e na implementação da política externa do período. Esses aspectos devem ser levados em consideração para melhor compreender a lógica da gestão de Félix Pacheco e permitir situar, de maneira adequada, o esforço empreendido contra a Coluna nesse conjunto.

Ainda que fosse suscetível a alterações causadas pelo Executivo, a diplomacia das oligarquias apresentou algumas diretrizes que não se modificaram ao longo da República Velha. A transferência da ideologia do patronato político do âmbito interno para o externo é exemplo disso. A falta de distinção entre público e privado foi outro ponto que também perpassou a produção da política externa do período, estando presente nas relações com os Estados Unidos à época – os pedidos brasileiros de apoio

⁵⁷ CERVO, op. cit. p. 226-227.

⁵⁸ CURVO, 2005, p. 89-93; GARCIA, op. cit. 491-492 e 601; AHI 202/02/01, AHI 208/02/03; AHI 208/02/04; AHI 208/02/05; AHI 208/02/06; AHI 208/03/01, AHI 208/03/02, AHI, Lata 46, maço 378.

⁵⁹ GARCIA, op. cit. 548; AHI 202/02/01, AHI 208/02/03; AHI 208/02/04; AHI 208/02/05; AHI 208/02/06; AHI 208/03/01, AHI 208/03/02, AHI, Lata 46, maço 378.

⁶⁰ GARCIA, op. cit. p. 541-552; AHI 202/02/01, AHI 208/02/03; AHI 208/02/04; AHI 208/02/05; AHI 208/02/06; AHI 208/03/01, AHI 208/03/02, AHI, Lata 46, maço 378.

norte-americano durante a Conferência de Paz em Versalhes foram baseados na crença de amizade entre os dois países.⁶¹

Levadas à sua dimensão internacional, essas relações de compadrio e camaradagem eram dominadas pelo primado da cortesia, a cordialidade protocolar, a retórica floreada, a forma sobre o conteúdo, o discurso como norma e fundamento para a ação. Era grande a importância ligada às considerações de status e prestígio para a obtenção de reconhecimento internacional (...). (GARCIA, 2006, op. cit. p. 580)

Buscando reconhecimento internacional, a atuação externa do Brasil deixava transparecer sentimentos de inferioridade em relação às grandes potências europeias e buscava autoafirmação perante elas. A política externa nacional lutava contra a hierarquia no âmbito internacional, por meio da defesa do princípio da igualdade jurídica entre os Estados, mas esforçava-se para diferenciar o país das demais nações da América do Sul.⁶²

A ideologia pan-americana destacou-se como diretriz que perpassou a política externa brasileira durante a década de 1920, tendo forte presença na visão de mundo dos formuladores de nossa diplomacia. Tal conjunto de valores forneceu unidade lógica para os discursos diplomáticos dos diferentes chanceleres, além de gerar uma visão de mundo a respeito do contexto internacional para as elites dirigentes. Para Eugênio Vargas Garcia:

A crença na natureza distinta e (superior) da América em relação à Europa e ao resto do mundo era de certo modo instrumental como dispositivo retórico para a política externa brasileira, pois: a) colocava a aproximação com os Estados Unidos em plano mais elevado que o mero alinhamento; b) embasava a cordialidade com os países vizinhos e o apaziguamento com a rival Argentina; e c) servia para elevar as credenciais do Brasil na Europa ou, alternativamente, para negar o Velho Mundo quando a oportunidade para tanto se apresentasse. (GARCIA, 2006, p. 579)

Assim sendo, a vontade de obter reconhecimento para a projeção universal brasileira era impregnada de princípios do patronato político e da confusão entre público e privado, ambos vigentes em nossa esfera doméstica. A esses fatores somaram-se valores pan-americanos impregnados às concepções das elites brasileiras, fazendo que o

⁶¹ FAORO, 2001, p. 830-833; GARCIA, op. cit. p. 579-580 e 583-586.

⁶² BREDA DOS SANTOS, op. cit. p. 105; GARCIA, op. cit. p. 580.

grupo controlador da formulação da política exterior tivesse visão de mundo deturpada e errônea no que tange ao peso do Brasil no sistema internacional.⁶³

As principais áreas de atuação da diplomacia brasileira no período em análise foram os Estados Unidos, a América do Sul e a Europa, sendo as relações com os dois primeiros polos bastante influenciadas pela ideologia pan-americana. Com os Estados Unidos, a crença de “relação especial” começou com o advento da República, em 1889, ganhou força com a chancelaria do Barão do Rio Branco e persistiu por mais alguns decênios, na concepção diplomática brasileira. Na década de 1920, o pan-americanismo ainda era forte, mas a visão que os formuladores de nossa política externa tinham a respeito das relações com os Estados Unidos era dissonantes da vigente na diplomacia norte-americana. Embora primasse pela neutralidade e pela manutenção de equilíbrio entre Brasil e Argentina, na América do Sul,⁶⁴ os Estados Unidos trataram o Brasil como afilhado político em ocasiões, como a Conferência de Paz de 1919.

“Na cultura política oligárquica, a ‘amizade’ pressupunha compromissos e obrigações mútuas entre os membros da comunidade. A amizade entre iguais significava aliança, a amizade entre desiguais proteção em troca de lealdade.”⁶⁵ Enquanto o Brasil compreendia sua relação com os EUA como sendo entre iguais, os norte-americanos, quando cobravam o preço por sua proteção, não recebiam o que esperavam, e esse quadro gerava dissonâncias nas relações entre os dois países, fazendo que ambos tivessem dificuldades para compreender as ações externas um do outro. As expectativas norte-americanas de lealdade brasileira não se confirmaram, porque, durante a década de 1920, a política externa brasileira não se caracterizou por atitude de “alinhamento automático” com os EUA. A recusa do Brasil em assinar o Pacto Briand-Kellog – ou Tratado de Paris – e a decisão de não se retirar da Liga das Nações, em primeiro momento, demonstraram tal assertiva.⁶⁶

No âmbito da América do Sul, a diplomacia brasileira não se pautou por preocupações econômicas, uma vez que, nos anos de 1920, o comércio exterior do país era feito majoritariamente com os EUA e com a Europa. As principais preocupações do Brasil com relação à sua vizinhança passavam por questões estratégicas e políticas.

⁶³ BRENDA DOS SANTOS, *op. cit.* p. 103-104; GARCIA, *op. cit.* p. 578-581; SILVA, *op. cit.* p. 150.

⁶⁴ GARCIA, *op. cit.* p. 224-225. O objetivo norte-americano de manter equilíbrio entre Brasil e Argentina, na América do Sul, continuou a orientar o Departamento de Estado dos EUA pelo menos até o fim da década de 1940, conforme os estudos de Gerson Moura atestam. MOURA, 1991, p.34-38.

⁶⁵ GARCIA, *op. cit.* p. 585.

⁶⁶ CUNHA, 2008, p. 30-32; GARCIA, *op. cit.* p. 585-587.

Nesse período, a rivalidade com a Argentina foi acentuada em função do desejo brasileiro de reequipar suas Forças Armadas.⁶⁷

Desde o final da I Guerra Mundial, o Brasil percebeu a obsolescência de suas Forças Armadas e a necessidade de modernizar o treinamento dispensado a elas. Levando esse fato em consideração, a diplomacia brasileira passou a buscar, no exterior, meios para reaparelhar suas tropas e dar-lhes adestramento adequado. A Missão Militar francesa e a Missão Naval norte-americana, chefiadas respectivamente por Gamelin e Vogelgesang, foram tentativas empreendidas pelo governo brasileiro para sanar as deficiências de defesa que o país enfrentava.⁶⁸

Os efeitos dos esforços brasileiros para modernizar suas Forças Armadas foram danosos à imagem externa do país. Após a I Guerra Mundial, tópicos sobre desarmamento e limitação da capacidade bélica dos países dominavam a agenda internacional. Desse modo, a diplomacia nacional trabalhou no sentido oposto ao do restante do mundo e suscitou desconfianças em sua vizinhança.

Desde a chancelaria de Rio Branco, a rivalidade com a Argentina já se havia intensificado. O temor de uma “relação especial” entre Brasil e Estados Unidos e o desejo do primeiro em reequipar-se militarmente despertaram temores nos argentinos. Próximo da realização da Conferência Pan-Americana de 1923, o Brasil propôs uma Conferência Preliminar em Valparaíso, entre Argentina, Brasil e Chile, para debater questões relativas a armamentos e equilíbrio naval entre os três países e, com isso, tentar apaziguar os ânimos de Buenos Aires. Com o fracasso da proposta brasileira, o país ganhou imagem armamentista em sua vizinhança e viu-se isolado politicamente.⁶⁹

Diferentemente do entorno sul-americano, a política externa brasileira tinha como principais preocupações na Europa questões comerciais e financeiras. O envolvimento do Brasil em assuntos políticos no Velho Continente não possuía outros objetivos além da busca por prestígio internacional.⁷⁰ Como visto, ao não conseguir o lugar permanente no Conselho da Liga das Nações, a diplomacia brasileira saiu da Europa com imagem arranhada e afastou-se de questões políticas do Velho Continente até a eclosão da II Guerra Mundial.

⁶⁷ GARCIA, op. cit. p. 587-588.

⁶⁸ GARCIA, op. cit. p. 196-202; 209-216; 587-588.

⁶⁹ GARCIA, op. cit. p. 218-221; 587-588; PARADISO, op. cit. p. 109-110.

⁷⁰ BREDA DOS SANTOS, op. cit. p. 88-89; GARCIA, op. cit. p. 589.

Estrategicamente mal-concebida, a diplomacia “entre-amigos” das oligarquias gerou um descompasso entre as expectativas brasileiras e a realidade da política mundial, pautada por outras regras. A percepção incorreta do funcionamento do meio internacional levou a políticas deslocadas e, às vezes, inatingíveis. (GARCIA, 2006, p. 581.)

No que se refere ao quadriênio compreendido entre 1922 e 1926, o legado de Artur Bernardes para a política externa foi um dos piores entre os presidentes da República Velha. Após Bernardes, o país encontrava-se isolado politicamente na América do Sul, em decorrência das questões armamentistas, e malvisto na Europa, tanto por ocasião do veto à entrada da Alemanha na Liga das Nações quanto pela posterior retirada brasileira da organização, em razão do não atendimento de seu pleito a um assento permanente no Conselho. Além disso, o país via-se ignorado pela política externa dos Estados Unidos, o que aumentava a percepção de isolamento brasileiro no cenário internacional.⁷¹

Como visto, na área econômica, o decênio de 1920 foi caracterizado pela competição entre o capital inglês e o norte-americano. Dotado de inserção liberal na economia mundial, o Brasil presenciou a tradicional preponderância inglesa ceder espaço aos investimentos dos Estados Unidos, tendo, inclusive, contribuído para isso. O objetivo brasileiro, ao atuar desse modo, foi reduzir sua dependência em relação à Grã-Bretanha. Tendo outro ator econômico relevante para poder barganhar, o país pôde auferir benefícios que, dificilmente, obteria caso permanecesse na mesma situação da Argentina, qual seja, a de dependência financeira e comercial em relação aos britânicos.⁷²

Vale lembrar que, na década de 1920, a disputa entre Grã-Bretanha e Estados Unidos ocorreu somente no âmbito econômico, tendo a preponderância política dos britânicos sobre o Brasil cedido lugar aos EUA ainda no século XIX. Por sua vez, os interesses comerciais e financeiros da Grã-Bretanha sobre o mercado brasileiro encontravam-se bem consolidados até a I Guerra Mundial, e, somente após 1918, começa a haver dificuldades em manter o *status quo* em face da competição norte-americana e dos problemas domésticos que a economia britânica enfrentou após o conflito mundial.⁷³

Sendo o Brasil país exportador de bens-primários, seria natural que as oligarquias dominantes à época utilizassem a diplomacia para expandir os mercados de

⁷¹ GARCIA, op. cit. p. 597-599.

⁷² GARCIA, op. cit. p. 590-596; GILPIN, 2002, p. 149-152; PARADISO, 2005, p. 97.

⁷³ BUENO, 2003, p. 29-37; GARCIA, op. cit. p. 592-593.

seus produtos. Isso foi feito, sem, porém, constituir vetor principal da política externa produzida. A década de 1920 foi caracterizada por maior envolvimento de nossa chancelaria na Liga das Nações, na resistência às propostas de limitação de armamentos e no combate aos rebeldes do que na promoção das exportações nacionais.⁷⁴

Será justamente na “diplomacia anti-revolução” das oligarquias que o esforço de combate à Coluna Prestes é enquadrado. Nesse sentido, o padrão de atuação externa utilizado pelas oligarquias da época:

(...)representou, por fim, esforço derradeiro para a manutenção de determinadas estruturas político-sociais vigentes no Brasil. O despertar do nacionalismo brasileiro, o comunismo, o tenentismo, as vanguardas modernistas e as novas idéias que iam surgindo no pós-guerra colocavam em xeque o modo de vida e as aspirações da elite agroexportadora, a um só tempo aristocrática, liberal e cosmopolita. A política externa, ao invés de se reduzir ao ornamentalismo, serviu então como instrumento repressivo nas mãos da elite dirigente do Brasil oligárquico. (GARCIA, 2006, p. 600)

Será como instrumento repressivo, manipulado por grupos da elite nacional que a política externa do período afetará a Coluna Prestes. Voltando a atenção para o contexto doméstico e compreendendo os movimentos ideológicos que perpassavam o arcabouço organizacional das Forças Armadas, pode-se entender como a atuação dessa instituição em âmbito nacional sofreu restrições não somente provenientes do contexto social moldado pela política dos governadores, mas também provenientes de seu próprio interior. Na medida em que esses grupos internos expressavam suas idéias, a organização agia no âmbito nacional e, por conseqüência, produzia reflexos nas políticas do Ministério das Relações Exteriores.

Como exemplo podem-se citar a atuação da chancelaria brasileira perante os efeitos das manifestações tenentistas no exterior – notadamente a Coluna Prestes –, e a cooperação militar internacional, com missões estrangeiras ao país. Cada um desses fatos vinculou-se a um grupo específico da força terrestre do Brasil, que não tinha condições de, efetivamente, representar o todo da organização⁷⁵.

Após delinear as principais características da sociedade e da vida política no Brasil e as diretrizes da política externa durante a década de 1920, passa-se a apresentar as estruturas das Forças Armadas à época e a configuração ideológica de cada grupo de seu interior.

⁷⁴ GARCIA, op. cit. p. 591.

⁷⁵ CARVALHO, 2005, p. 13-14.

1.3. A CONFIGURAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ao longo de sua história, o Exército Brasileiro sofreu com deficiências instrumentais, táticas e técnicas no recrutamento e no adestramento de sua tropa. Esse fato começou durante o Império, quando a Guarda Nacional era controlada por líderes locais e conseguia, por esta razão, auferir mais recursos econômicos e políticos do que o Exército⁷⁶.

O advento da República trouxe modificações na estrutura do Exército, uma vez que, em 1918, a Guarda Nacional foi extinta. Apesar de o fim da Guarda Nacional ter representado um fortalecimento do Exército Brasileiro, o surgimento das Forças Públicas Estaduais continuou a servir de contraponto. Do ponto de vista dos vizinhos brasileiros, as Forças Públicas eram consideradas uma ameaça, mas também algo positivo. Tais grupos eram tidos como perigosos, porque possibilitavam ao Brasil constituir um exército de reserva que poderia ser eventualmente utilizado contra os países sul-americanos. No entanto, na medida em que essas Forças Públicas representavam um contraponto à unidade nacional do Exército, elas contribuía para enfraquecer essa instituição, impedindo o desenvolvimento de um governo central forte que pudesse ampliar, de modo eficaz, suas influências para além das fronteiras.⁷⁷

Entre 1889 e 1930, significativos esforços para modernizar a força terrestre brasileira foram realizados,⁷⁸ sem, contudo, conseguir diminuir, de maneira significativa, a distância existente entre o exército nacional e os principais exércitos do mundo. Somente na década de 1940, em decorrência da cooperação com os Estados Unidos, o Brasil conseguiu reequipar e instituir programa de treinamento moderno às suas tropas.⁷⁹

Nelson Werneck Sodré e Luis Carlos Prestes ilustram bem a situação do Exército na década de 1910 e 1920⁸⁰:

⁷⁶ Para um estudo detalhado a respeito da Guarda Nacional e suas relações com a sociedade, cf. URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

⁷⁷ MCCANN, 2007, p. 294-295.

⁷⁸ MCCANN, op. cit., p. 306-307, 311, 327-329. É importante ressaltar que, no lugar da Guarda Nacional, surgiram as Forças Públicas Estaduais, que, na prática, constituíam, em alguns casos, contrapontos ao Exército. No entanto, pelo menos na esfera federal, o Exército era o único ator a receber recursos para fins militares, enquanto as Forças Públicas deveriam ser sustentadas por membros federados. Esse fato em si já representava significativo avanço nas dotações orçamentárias da Força Terrestre. MCCANN, op.cit., p. 294-295.

⁷⁹ CARONE, 1972, p. 348-352; CARVALHO, op.cit., p. 22-24; SODRÉ, op. cit. p. 198.

⁸⁰ MCCANN, op. p. 329-330.

A instrução estava abandonada: predominavam a ordem unida, tipo das que impressionam esteticamente e dão coesão à tropa'; a de combate não existia; as unidades estavam desfalcadas ou mesmo sem efetivos e sem verbas: "De norte a sul chovem telegramas sobre a situação precária da força, sem cobertores, sem capotes, sem fardamento, sem quartéis, sem viaturas, prés retardados, instrução nula'. A cavalaria não tinha cavalos, a artilharia não tinha canhões, a infantaria não tinha fuzis: a norma fora liquidar a instituição: ela estava praticamente liquidada. (SODRÉ, 1979, p. 195⁸¹)

Eu conheci bem aquilo ali (...). E via o que é que aqueles oficiais faziam. Chegavam de manhã, às seis da manhã, vinham para o quartel, davam uns gritos lá com o cabo ou sargento, depois vinham para o cassino⁸² e ali ficavam jogando, falando mal da vida alheia, até a hora do almoço. (...) Depois que almoçavam, iam pra Companhia, assinavam o expediente e voltavam para o cassino e ficavam olhando para o relógio e xingando o comandante porque não saía. (...) Botavam um cabo ou um sargento para dar instrução. Era isso só. E o resto era falar mal da vida alheia. (PRESTES apud PRESTES, 1997, p. 75⁸³)

O recrutamento de oficiais realizado no Exército foi caracterizado por atingir as parcelas mais carentes da sociedade. Os filhos das camadas mais abastadas geralmente preferiam alistar-se na Marinha – reconhecida por ser uma força armada mais nobre – ou servir à Guarda Nacional, que possuía serviço militar mais brando e com poucos impactos nos afazeres da vida civil.⁸⁴

Nas décadas de 1910 e 1920, o ingresso no Exército era visto por muitas famílias humildes como oportunidade de dar melhores perspectivas a seus filhos⁸⁵. Vários oficiais da liderança da Coluna Prestes tinham esse perfil, conforme José Murilo de Carvalho e Edgard Carone demonstram:

Não existem bons dados sobre a origem social dos oficiais durante a Primeira República. Mas, das várias biografias e autobiografias publicadas, pode-se perceber que a quase totalidade dos líderes tenentistas, por exemplo, era proveniente de famílias pobres. Estão nessa situação os dois Távoras, Luis Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto. Alguns como os Távoras, confessadamente entraram para o Exército como o único caminho disponível para continuarem os estudos, dada a insuficiência das rendas familiares. (CARVALHO, 2005, p. 17)

Assim com raras exceções, as famílias de João Alberto, Luis Carlos Prestes, Siqueira Campos e centenas de outras, são da baixa classe média ou de

⁸¹ Sodré atribuiu algumas passagens a Pandiá Calógeras, intercalando-as com outras de sua autoria. Como não foi possível distinguir esses trechos, segue a referência feita por ele no meio da passagem: CALÓGERAS, Pandiá. **Problemas de administração**. 2ª ed.. São Paulo, s/e, 1938, p. 101 e 119.

⁸² No quartel, o local destinado a descanso, recreação e almoço dos oficiais é denominado “cassino”.

⁸³ Depoimento de Luis Carlos Prestes à autora.

⁸⁴ CARONE, 1972, p. 353 e 367; CARVALHO, op.cit., p. 17-19;

⁸⁵ MCCANN, op.cit., p. 308.

ramos decadentes de grandes famílias. O mesmo sucede por todo o Brasil. Vocaçãõ e necessidade explicam a preferênciã, e isso nãõ somente nos Estados mais pobres, onde existem menos condições de ascensãõ – Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Na verdade o problema nãõ é particular, mas geral. (CARONE, 1972, p. 353)

No que tange à formaçãõ dos oficiais, no início do séclo XX, a influênciã do pensamento positivista era grande no meio militar do Brasil. As escolas preparatórias dos oficiais tinham grande ênfase na preparaçãõ intelectual dos alunos, relegando as tarefas práticas a nível quase nulo. Assim, quando esses oficiais chegavam aos quartéis, a instruçãõ à tropa era deixada aos cuidados de um cabo ou sargento quando nãõ era simplesmente ignorada. Isso gerava crescente afastamento entre parte da oficialidade e tropa, dificultando o adestramento dos soldados e diminuindo a eficiênciã do Exército.⁸⁶

Nesse contexto, era premente a necessidade de reformar o Exército tanto no que se refere a recursos materiais quanto no que tange às ideias subjacentes a essa instituiçãõ⁸⁷. Esse esforço começa a ocorrer em 1907 e 1908, quando Hermes da Fonseca era ministro da Guerra de Afonso Pena. Entre outros, os relatórios feitos por esse militar dão destaque para a necessidade de remodelar a administraçãõ do Exército, instituir o serviço militar obrigatório, construir fábricas de pólvora e cartuchos, adquirir armamentos e materiais diversos, renovar os quadros e aperfeiçoar o ensino.⁸⁸

Além desses pontos, fator importante que permitiu a abertura de novas perspectivas à jovem oficialidade brasileira foram as verbas do Ministério da Guerra destinadas ao financiamento da ida desses militares ao exterior, para aprender com os modernos exércitos europeus por meio de contato direto. Barão do Rio Branco, chanceler à época, foi responsável pelas negociações e subsequente envio de pequenas turmas de oficiais para estágios no exército prussiano, entre 1906 e 1910.⁸⁹ Esses intercâmbios permitiram maior estreitamento dos laços de cooperaçãõ militar entre os dois países, tendo seu auge quando da visita de Hermes da Fonseca à Prússia e da

⁸⁶ CARONE, 1972, p. 346.

⁸⁷ CURVO, 2005, p.32.

⁸⁸ CARONE, 1972, p. 348-349; MCCANN, op. cit., p. 329-331.

⁸⁹ Posteriormente, os jovens oficiais que permaneceram durante algum tempo na Prússia e retornaram ao país com ímpetos reformistas foram denominados “jovens turcos”, em alusãõ à coalizãõ de grupos reformistas presentes no Império Otomano, no período anterior à I Guerra Mundial. Esse grupo de jovens oficiais brasileiros foi caracterizado pela forte tendênciã legalista e pelo desejo de reformar as Forças Armadas brasileiras em termos institucionais e doutrinários, sendo enquadrados na segunda ideologia estabelecida por José Murilo da Carvalho, conforme será visto adiante.

assunção de compromisso em contratar uma missão militar alemã para instruir as tropas brasileiras.⁹⁰

A boa cooperação militar entre os dois países traduziu-se em aplicação dos critérios e das teorias militares prussianos no Brasil. A princípio, vários setores do Exército resistiram à aplicação dos novos métodos. Entre 1910 e 1915, Estevão Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger e outros oficiais lutaram para impor as novas regras de disciplina, combate e instrução à rotina vigente no Exército Brasileiro. Além disso, forte esforço de divulgação desses princípios também foi realizado por meio da *Revista dos Militares*, de 1910 a 1913, e de *A Defesa Militar*, de 1913 em diante.⁹¹

Para o quadriênio entre 1914 e 1918, o General José Caetano de Faria foi nomeado Ministro da Guerra. Nesse período, uma série de reformas baseadas nas teorias defendidas pelas alas mais jovens da oficialidade foi efetivada. A velocidade com que foram implementadas tais mudanças foi decorrente do trabalho feito anteriormente por esse general quando de sua condição de chefe do Estado-Maior do Exército.⁹²

Entre todas as medidas tomadas para reestruturar e modernizar o Exército, o fato mais significativo da década de 1910 foi a vinda da Missão Militar Francesa ao país. Apesar da simpatia do governo brasileiro pelo exército alemão – aspecto demonstrado ao longo das décadas de 1900 e 1910 – a derrota da Prússia na Primeira Guerra Mundial inviabilizou qualquer tipo de cooperação com as Forças Armadas desse país, em detrimento de outras nações. A França foi escolhida por ser uma das potências vencedoras e por contar com apoio de parcela considerável da oficialidade brasileira. Os “jovens turcos” fizeram restrições, mas não conseguiram impedir a vinda dos militares franceses, que foram recebidos com frieza por eles, mas com entusiasmo por outra parcela do Exército. Apesar do ceticismo dos “jovens turcos”, os resultados gerados pela Missão estrangeira foram positivos à instituição⁹³. “A presença da Missão Militar Francesa representa a superação completa da mentalidade positivista representada pela Escola Militar da Praia Vermelha e pelo profissionalismo da Escola Militar do Realengo”⁹⁴.

Assim, a década de 1920 foi período caracterizado pela existência de diversidade ideológica nos quadros do Exército. A superação do positivismo ocorreu ao mesmo

⁹⁰ CARONE, 1972, p. 349-350.

⁹¹ CARONE, 1972, p. 350.

⁹² CARONE, 1972, p. 351.

⁹³ MCCANN, op. cit., p. 317-318 e 326.

⁹⁴ CARONE, 1972, p. 352.

tempo em que os “jovens turcos” defendiam seus princípios, e nova perspectiva a respeito do papel do Exército na sociedade brasileira começava a surgir.

Segundo José Murilo de Carvalho, havia três grupos com diferentes ideologias dentro da força terrestre. A primeira girava em torno da ideia de “soldado-cidadão” e caracterizava-se, principalmente, pelo aspecto de que, além das obrigações militares, todos os membros do Exército tinham o dever de exercer papel cívico ativo na esfera política. Tal corrente surgiu ao fim do Império, esteve vinculada aos defensores do positivismo e incitou participação política generalizada por parte da tropa, tanto de praças como de oficiais. Essa visão ressurgiu na década de 1920 por meio dos ideais dos jovens tenentes rebeldes⁹⁵. Nesse contexto, o positivismo não era mais necessário para fundamentar a atuação desses militares. O argumento utilizado era o de a “força armada é hoje parte integrante do povo.”⁹⁶

O problema dessa perspectiva era o enfraquecimento da hierarquia do Exército proporcionado por sua prática. Quando necessária, a atuação do militar poderia ocorrer mesmo em oposição a seus superiores, já que os ideais da pátria estariam acima de tudo. “A ideologia do soldado-cidadão representava tendências sociais renovadoras, mas implicava o enfraquecimento da corporação.”⁹⁷ “Os tenentes pregavam uma intervenção reformista a ser feita pelo militar independente da organização, ou mesmo contra ela.”⁹⁸

Em oposição a isso, a segunda ideologia defendia que, para haver uma profissionalização militar adequada, era necessário distanciar o Exército da vida política nacional e não permitir que militares ocupassem cargos públicos⁹⁹. Os jovens oficiais que realizaram estágio de dois anos no exército alemão, entre 1906 e 1910, e que receberam instrução da Missão Militar Francesa possuíam forte cunho reformista e, em sua maioria, permaneceram à margem das contestações de seus pares, durante a década de 1920. Esses defensores da figura do “soldado profissional” tinham em Leitão de Carvalho seu representante típico. Ao contrário da corrente ideológica anterior, essa

⁹⁵ CARVALHO, 2005, p. 38-40. A vasta maioria dos oficiais participantes da Coluna Prestes agiu motivada por essa primeira ideologia. Os rebeldes opuseram-se a seus superiores e às autoridades civis da época em prol de princípios que julgavam como sendo de interesse nacional.

⁹⁶ TAVORA, Juarez. **A guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927. 1º vol. p. 89. *apud* CARVALHO, 2005, p. 39.

⁹⁷ CARVALHO, 2005, p. 40.

⁹⁸ CARVALHO, 2005, p. 42; MCCANN, *op. cit.*, p.326.

⁹⁹ MCCANN, *op. cit.* p. 338.

perspectiva fomentava a unidade da instituição, fortalecendo o Exército¹⁰⁰ e possibilitando o surgimento da terceira ideologia presente naquele contexto.¹⁰¹

Esse terceiro conjunto de ideias reunia algumas características das duas anteriores, mas diferenciava-se pelo caráter centralizador e hierárquico. Os militares adeptos de tal posicionamento admitam a indispensabilidade de profissionalizar o corpo do Exército e a necessidade de eventuais intervenções na vida política e social do país. No entanto, o que dava singularidade a eles era a concepção de que somente por meio de uma intervenção centralizada e planejada pelo alto escalão – no caso o Estado-Maior do Exército – seria possível uma política da instituição Exército ao invés de várias políticas realizadas no interior dessa Força Armada. Essa racionalidade teria o objetivo de extinguir a ideia de intervenções de cunho contestatório para dar lugar a uma intervenção controladora.¹⁰²

Os principais defensores dessa ideologia foram, a princípio, Bertoldo Klinger e Góes Monteiro. Em 1930, esse grupo conseguiu fazer desaparecer as intervenções contestatórias, cooptou grande parte dos tenentes rebeldes e deu ensejo às intervenções controladoras. Os exemplos dessas atuações foram a Revolução de 1930, capitaneada por B. Klinger; a instituição do Estado Novo, em 1937; a redemocratização do país, em 1945, ambas lideradas por Góes Monteiro; em certa medida, o rompimento da ordem constitucional de 1964. Na década de 1960, muitos dos tenentes que atuaram na Coluna Prestes e defenderam as intervenções contestatórias ocupavam posições de comando no Exército e apoiaram as intervenções controladoras.¹⁰³

Vale destacar o fato de que Luis Carlos Prestes não aceitou o comando militar do movimento revolucionário de 1930 em função de sua conversão ao comunismo. Enquanto se encontrava exilado na Argentina, após sua participação na Marcha Revolucionária, Prestes teve contato com literatura comunista e passou a defender, até o fim de sua vida, os ideais marxista-leninistas. Assim, na década de 1930, esse revolucionário já era marxista, não se enquadrando, pois, em nenhuma das três correntes propostas por José Murilo de Carvalho.

Deste modo, o período entre 1922 e 1926 abrangeu grande debate ideológico no interior da força terrestre nacional. O aumento da percepção militar de que a participação política do Exército era necessária não somente à sociedade, mas também

¹⁰⁰ MCCANN, op. cit. p. 334.

¹⁰¹ CARVALHO, 2005, p. 40-41; MCCANN, op. cit. p. 339.

¹⁰² CARVALHO, 2005, p. 41-43.

¹⁰³ CARVALHO, 2005, p. 42-43.

ao desenvolvimento do país gerou uma série de atuações institucionais desse ator entre 1930 e 1964. É interessante notar que, na maior parte do século XX, o Exército Brasileiro não conseguiu apresentar-se como ator coeso no aspecto ideológico. A existência dessas três correntes de pensamento, durante a República Velha, e a oposição entre a chamada “linha dura” e o denominado “grupo da Sorbonne”, durante o período entre 1964 e 1985, podem demonstrar bem tal percepção.

1.4. CONCLUSÃO

Após a exposição do contexto político, social e econômico do período em análise e das principais diretrizes que pautaram a política externa brasileira, é possível perceber que a agitação presente no interior das Forças Armadas não foi decorrente somente de fatores internos à vida militar. O esforço por reformar e reestruturar o Exército Brasileiro nas décadas de 1900 e 1910 conseguiu dar maior agilidade a essa instituição, mas, ainda assim, seus resultados permaneceram longe do ideal desejado pelas parcelas mais jovens da oficialidade. José Murilo de Carvalho aponta para o fato de que a predominância numérica de tenentes, a caracterização de baixo grau de controle hierárquico e um quadro institucional de lentas promoções favoreceram as rebeliões e o envolvimento desses oficiais em lutas políticas de caráter contestatório.¹⁰⁴

Não conseguindo dar vazão a suas reivindicações políticas e sociais e sendo impulsionados pela insatisfação com a situação profissional na carreira militar, os jovens tenentes passaram a contestar a ordem vigente na República Velha de modo violento, recorrendo a armas e a rebeliões. O Levante do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, foi o princípio de uma série de rebeliões militares e civis contra o sistema de poder representado pela Política dos Estados.

Em discurso no Clube Militar, pouco antes da revolta dos 18 do Forte, o tenente Asdrubal Gwaiier de Azevedo produziu discurso que ilustra bem a tensão que pairava não só sobre a sociedade da época, mas também no interior do Exército Brasileiro:

*Ten. Gwaiier: Está direito, V. Exa. submeterá o requerimento à votação, Sr. Presidente. Os jornais noticiam que o Sr. Presidente da República, para enxovalhar o Exército, vai mandar amanhã seus agentes fecharem o Clube Militar, baseado numa lei que fecha as sociedades de anarquistas, de cáftens e de exploradores de lenocínio. Maior injúria não se pode fazer. Suprema afronta jogada às faces do Exército Nacional.
Maj. Figueiredo: O Sr. Presidente da República tem toda a razão.*

¹⁰⁴ CARVALHO, 2005, p. 36-37.

Ten. Gwaier: V. Exa. concorda que o Presidente da República feche o Clube Militar baseado naquela Lei?

Maj. Figueiredo: Concordo.

Ten. Gwaier: Então V. Exa. é cáften? É explorador do lenocínio? É anarquista? Queira me desculpar porque, francamente, eu não sabia.

Maj. Figueiredo: Eu respondo a V. Exa como homem. Respondo sua audácia.

Ten. Gwaier: À vontade. Escolha o lugar e marque hora. Sob minha honra de militar o juro, lá estarei.

Marechal Presidente: O Sr. Ten. Gwaier vai modificar essa linguagem. V. Exa. está convidando seus superiores para brigar.

(...)

Ten. Gwaier: Sr. Presidente, se eu soubesse que os defensores do governo epítacista aparteariam o Ten. Brito com tanta rudeza de linguagem e grosseria, não teria tocado na prisão daquele oficial, para não assanhar os gaviões e os abutres que rasgam a dignidade alheia.

Ten. Pacheco: Gavião é V. Exa.

Ten. Gwaier: Sou o gavião e V. Exa. é a rolinha.

Gen. Potiguara: Está se dirigindo a mim?

Ten. Gwaier: V. Exa. aparteu o Ten. Brito com grosseria?

Gen. Potiguara: Não. Mas estou solidário com os apartes dados a V. Exa.

Ten. Gwaier: Então permita que lhe diga: V. Exa. também é um corvo faminto que procura raspar a honra alheia.

Gen. Potiguara: Protesto! Isto revolta, senhores oficiais!

Ten. Gwaier: O que revolta é V. Exa. emprestar seus galões e a força que comanda a um bandido como o Sr. Epitácio Pessoa, deixando ele livremente cavalgar o Exército, fechando o Clube Militar baseado numa lei infame, injuriosa e opressora.

Gen. Potiguara: V. Exa. se atreve a chamar o Sr. Presidente da República de bandido?

Gen. Hastinfilo: Eu lhe repilo, tenente.

Ten. Gwaier: Ele não é somente bandido, é ladrão também. Está provado.

(...)

Ten. Gwaier: Até quando sofreremos tão grandes ignomínias? Unamo-nos e teremos os aplausos da Nação inteira, toda ela mais ou menos ferida pela perfídia, pela inépcia... (protestos — muito bem!)... pela prepotência de um presidente cretino, infame e déspota.

Gen. Potiguara: Cretino é V. Exa.

Ten. Gwaier. Cretino é V. Exa. Não estamos no Contestado, onde V. Exa. mandava fuzilar a torto e a direito. Isto é um costume seu, e muito antigo.

Coronel Santa Cruz: Eu estou revoltado com a linguagem desse oficial.

Ten. Gwaier: V. Exa. está revoltado porque não pode me pegar no 1º Regimento de Cavalaria, para me raspar a cabeça, como faz com os soldados.

Cel. Santa Cruz: Isto é uma infâmia.

Ten. Gwaier: V. Exa. pode me informar por que todo mundo o conhece por “Rapa-Coco”?

(...)

Gen. H. Moura: V. Exa. está preso!

Ten. Gwaier: Perdeu boa ocasião de ficar calado. Se eu, dizendo tudo isso, não soubesse que seria preso, seria idiota.

Gen. José de Lima: V. Exa é um indisciplinado!

Ten. Gwaier: É verdade.

(...)

Gen.: Setembrino: Fosse eu presidente do Clube, esse oficial não continuaria a falar.

Ten. Gwaier: V. Exa. podia ser, mas não com meu voto. Poderia ser presidente do Clube Militar um oficial general que, na campanha do Contestado, de parceria com os peculatórios, roubou a nação em 2.600 contos, assinando recibos fantásticos de víveres e deixando os soldados morrer de fome?

Gen. Setembrino: V. Exa. provará isso?
Ten. Gwaier: Pois não! Os documentos existem.
Almirante Souza e Silva: Se dessem uma comissão a V. Exa. não há dúvida que se calaria imediatamente.
Ten. Gwaier: Não julgue o meu critério pelo de V. Exa. V. Exa. é um concessionário que dorme regaladamente nas gavetas dos fornecedores de carvão para a Esquadra e teve o despudor de engolir 1.600 contos, a pretexto de abastecer de combustível o depósito da Ponta do Galeão, onde o Almirante V. de Matos, militar digno e respeitado por todos os títulos, indo lá nada encontrou nem mesmo sombra de combustível.
Alm. Souza e Silva: Isto é uma balela.
Ten. Gwaier: O Sr. Almirante V. de Matos declarou ou não tudo isso que eu acabei de afirmar? Faça o favor de responder, pois eu apelo para sua dignidade de militar e para o seu passado.
Alm. V. de Matos: O que V. Exa. disse é uma verdade e ele não me desmentirá.
Ten. Gwaier: Veja Sr. Presidente, eu não estou caluniando.
Gen. Potiguara: Caluniador V. Exa. o é.
Ten. Gwaier: Foi também V. Exa. quem mandou encher de palha 15 vagões que deviam levar roupas para nossos soldados no Contestado; e, em vez de 30 volumes de granadas, remeteu 30 volumes de pedras. Foi finalmente V. Exa. que, como o General Setembrino, fluidificou 20 mil pares de botas de montaria do Exército, que nunca foram vistos em ponto algum do planeta, a não ser nas algibeiras de V. Exa. vastas como o oceano (protesto — muito bem!) (O presidente chama a atenção dos oficiais).
Gen. Lima: Ladrão pode ser V. Exa.
Ten. Gwaier: V. Exa. manifestou-se sem ser chamado. Também terá que ouvir sua fé de ofício. Ei-la! V. Exa. construiu uma estrada de ferro da Fábrica de Pólvora com o célebre túnel pelo qual as locomotivas só puderam passar depois de arrancadas as suas chaminés, porque não foi prevista altura suficiente, sendo que a via férrea era tão bem feita que os trens gastaram 74 horas para percorrer 120 quilômetros. Desminta-me se é capaz.
Gen. Ache: Torna-se necessária uma reação de nossa parte porque esse oficial está nos enxovalhando!
Ten. Gwaier: V. Exa. também tem rabo comprido.
Gen. Ache: V. Exa. que aponte uma irregularidade minha.
Ten. Gwaier: Vou satisfazer V. Exa. com todo o prazer. V. Exa. na França, requisitou dinheiro do Tesouro para pagar dívidas contraídas na França e na Alemanha em consequência de jogo e libertinagem, aliás, libertinagem senil, em que V. Exa. se contentava com os elogios das proxenetas à artificial eternidade do vigor brasileiro. Isto está no relatório do embaixador do Brasil enviado ao Ministério do Exterior.
Gen. Ache: O embaixador é um infame.
Ten. Gwaier: Não sou culpado, entenda-se com ele.
Gen. Ache: V. Exa. é um oficial degenerado, provocador destas cenas vergonhosas.
Ten. Gwaier: Dignas, entretanto, de vossa presença.
Gen. Andrade Neves: O Sr. General Ache está muito acima das injúrias desse oficial energúmeno.
Ten. Gwaier: Antes ser energúmeno do que ser um devasso como V. Exa., que já desviou fundos de subscrições públicas em proveito de suas numerosas concubinas. (Protestos. Muito bem!)
 (...)
Ten. Gwaier: Sr. Presidente, estamos às portas de uma Revolução. (AZEVEDO, apud SODRÉ, 1979, p. 203-208¹⁰⁵)

¹⁰⁵ AZEVEDO, Gwaier de. **Discurso Pronunciado no Clube Militar no dia 25 de junho de 1922**, Recife, 1932, p. 8-11.

O discurso acima é elucidativo a respeito da configuração do Exército Brasileiro na década de 1920 e do clima sociopolítico vivido à época¹⁰⁶. Fica clara a oposição existente entre os oficiais de patentes mais baixas em face dos oficiais superiores. Além das dificuldades encontradas dentro da carreira militar no que diz respeito às promoções e às atuações de cada jovem tenente e capitão, a corrupção existente nos escalões superiores das Forças Armadas vinculava as figuras dos oficiais graduados à imagem dos políticos e oligarcas que colocavam seus interesses particulares acima dos nacionais. Conclui-se, então, que, para os tenentes rebeldes, a luta pela moralização da vida política do Brasil começava dentro dos quartéis¹⁰⁷.

Nesse sentido, percebe-se ser simplista considerar o descontentamento militar com a República Velha algo inerente a todos os escalões das Forças Armadas. Também há pouco sentido em considerar que os levantes rebeldes ocorridos durante a década de 1920 foram reflexos dos anseios advindos das camadas médias urbanas uma vez que a maior parte dos jovens oficiais viera desse estrato social.

Como já demonstrado, as instituições militares são exemplos de organizações capazes de ressocializar seus membros, transmitindo-lhes valores e princípios típicos da vida na caserna. As divisões existentes nas Forças Armadas consistiam em divergências sobre a política nacional e sobre qual o papel reservado aos militares na sociedade brasileira. Não havia questionamento a respeito dos valores que caracterizavam os militares, mas, sim, qual deveria ser o escopo de atuação política deles. Além disso, caso a oficialidade das Forças Armadas apenas refletisse a visão de mundo das camadas médias urbanas, dificilmente poderia ocorrer cisão no que diz respeito à ação política e no que se reivindicava para a sociedade brasileira, já que os oficiais seriam dotados de visão semelhante a respeito desses temas.

A discordância existente no interior das Forças Armadas gerou crescente descontentamento entre os oficiais mais jovens, impulsionando-os às rebeliões armadas, que refletiam o desejo de mudança social e política do país, assim como alterações nas estruturas institucionais das Forças Armadas. A década de 1920 foi caracterizada por várias revoltas nesse sentido denominadas em seu conjunto “tenentismo”. Esse será o objeto do próximo capítulo, uma vez que a Coluna Prestes teve sua origem nesses movimentos rebeldes.

¹⁰⁶ MCCANN, op.cit., p. 312.

¹⁰⁷ MCCANN, op.cit., p. 336.

CAPÍTULO 02 – AS REBELIÕES DA DÉCADA DE 1920 – AS ORIGENS DA COLUNA PRESTES

Levando em conta os contextos doméstico e externo presentes durante o período de governo de Artur Bernardes, passa-se a explicar os movimentos rebeldes em sua formação, desenvolvimento e término, assim como seus efeitos sobre a política doméstica entre os anos de 1922 a 1927. Após a mencionada exposição, será possível evidenciar a maneira pela qual a Coluna Prestes surgiu e influenciou a Política Externa Brasileira.

O movimento rebelde liderado por Isidoro Dias Lopes, com a participação de Miguel Costa, Cordeiro de Farias, Siqueira Campos, Djalma Dutra, João Alberto, João Cabanas, dos irmãos Joaquim e Juarez Távora e, posteriormente, de Luis Carlos Prestes, foi gestado durante o período de um ano. Nesse tempo, não havia intenção de criar o que ficou conhecido como Coluna Prestes. A ideia dos rebeldes era sublevar-se para derrubar Artur Bernardes, que, segundo suas convicções, governava ao arrepio da lei. O Presidente representava a política corrupta, fisiologista e elitista das oligarquias regionais, e a insatisfação militar contra essa situação estava presente em todas as regiões do país¹⁰⁸.

A coordenação logística entre os rebeldes era precária. Durante todo o movimento da Coluna, os vários levantes estimulados pela marcha rebelde sofreram essa mesma característica. Apesar de os revoltosos encetarem contatos e trocarem informações entre si,¹⁰⁹ cada movimento teve de eclodir com recursos próprios, tanto no que se refere a material bélico quanto em termos financeiros. A partir do exterior, o movimento iniciado pelo general Isidoro Dias Lopes tentou captar e centralizar recursos para os diversos levantes em todo o país. Entretanto, a atividade diplomática brasileira combateu tais articulações de maneira relativamente eficaz e conseguiu desmontar quaisquer tentativas de coordenação entre os rebeldes e os recursos obtidos. O resultado foi o isolamento da maior parte das revoltas surgidas entre 1922 e 1927, propiciando melhores condições ao governo federal para combatê-las.¹¹⁰

Assim sendo, este capítulo é destinado à exposição dos movimentos rebeldes que eclodiram na década de 1920, no Brasil, sendo a Coluna Prestes originária da união

¹⁰⁸ FAUSTO, 2008, p. 313-315; JANOTTI, 1999, p. 95-105; PRESTES, 1997, p. 91-98; CARVALHO, 2005, p. 59-50 e 59-61; MEIRELLES, 1997, p. 107.

¹⁰⁹ CURVO, 2005, p. 44-48.

¹¹⁰ GARCIA, 2006, p. 539-547.

de dois desses eventos. O contexto de agitação política e social do início do século foi agravado com a eclosão dos movimentos militares de contestação. Entre 1922 e 1927, as rebeliões militares do tipo “intervenção reformista”¹¹¹ ou contestatória foram responsáveis por enfraquecer as bases sociais sobre as quais a República Velha estava fundada. Tal fato possibilitou o surgimento da bem-sucedida “intervenção moderadora”¹¹² do Exército em 1930. Como será exposto, as consequências geradas pelos movimentos rebeldes dos jovens tenentes possibilitaram a vitória dos setores ligados a Getúlio Vargas e puseram fim à República Oligárquica.

2.1. O PRIMEIRO 5 DE JULHO – A REVOLTA NO RIO DE JANEIRO

No meio do ano de 1922, ocorreram eleições locais nos estados. Em Pernambuco, a data foi marcada para o dia 27 de maio, e as votações transcorreram de modo calmo. Apesar disso, no dia seguinte, tropas federais ocuparam Recife, desencadeando conflitos armados entre partidários de Manoel Borba e de Joaquim Pimenta, candidatos que se declararam vencedores do pleito. Diante desses acontecimentos, o Presidente Epitácio Pessoa liberou nota pública, afirmando seu compromisso com a neutralidade em questões eleitorais e a não intervenção no estado.¹¹³

Nesse contexto de agitação política em Pernambuco, o Marechal Hermes da Fonseca, recém-reeleito para a Presidência do Clube Militar, recebeu telegrama de oficiais desse estado, alertando para o fato do uso das forças federais contra a população local do Recife. Seguiu-se repressão a vários militares do Rio de Janeiro e de Pernambuco que foram transferidos ou presos. Enquanto isso, o governo federal continuou a enviar forças de terra e mar para o Recife¹¹⁴.

Motivado pelos efeitos desse telegrama, Hermes da Fonseca enviou a Epitácio Pessoa mensagem, lembrando as funções constitucionais das Forças Armadas e concitando-o a eximir o Exército de qualquer atuação em questões políticas, como as em curso em Pernambuco.

¹¹¹ CARVALHO, 2005, p. 38-40.

¹¹² CARVALHO, op. cit., p. 41-43.

¹¹³ CARONE, 1974b, p. 350-351.

¹¹⁴ CARONE, 1974b, p. 351.

À prisão de Hermes da Fonseca (2.7.1922) segue-se o fechamento do Clube Militar (3.7), baseado na lei de 1921, contra associações nocivas ou contrárias à sociedade. Em Pernambuco, as duas facções resolvem entrar em acordo, a eleição é anulada e as partes escolhem o juiz Sérgio Loreto para candidato único (3.7). Aparentemente a situação está controlada pelo governo, mas a conspiração militar está em marcha. (CARONE, 1974b, p. 352).

Várias conspirações ocorreram em São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro, no entanto, somente nos dois últimos estados, houve ação rebelde, ainda que pouco eficiente¹¹⁵. No Rio de Janeiro, a revolta começou pela Vila Militar. Como o comando legalista soube de antemão que oficiais estranhos à guarnição estavam a caminho para ajudá-la no levante, providências necessárias para desarticular o movimento puderam ser tomadas de modo mais fácil.¹¹⁶

Na Escola Militar do Realengo, houve repercussões mais sérias. Alunos e oficiais tomaram a fábrica de cartuchos, municiam-se e formaram uma coluna composta pelas três armas (infantaria, cavalaria e artilharia), marchando em direção à Vila Militar. Ao chegar ao quartel da Engenharia, os rebeldes enfrentaram forças legais por mais de quatro horas. Após esse período, os rebelados abandonaram suas posições, e o coronel Xavier de Brito, que comandava o destacamento revolucionário, voltou à Escola do Realengo e entregou-se.¹¹⁷

Na manhã de 5 de julho de 1922, o Forte de Copacabana também se rebelou contra o governo federal. Epitácio Pessoa, presidente à época, usou todos os recursos disponíveis para debelar o movimento, sendo bem-sucedido. Segundo McCann, a maior parte dos envolvidos no levante do Forte de Copacabana:

(...) era produto dos esforços pela reforma das décadas anteriores e usou seu dispendioso treinamento contra o próprio sistema que o possibilitara. Foi irônico o forte de Copacabana ter disparado o canhão sinalizando a revolta, pois aquela era a mais moderna fortificação do governo e a-menina-dos-olhos do ministro Calógeras. Ele tratara os oficiais do forte com especial consideração, especialmente Delso Mendes da Fonseca e Antônio de Siqueira Campos. (MCCANN, 2007, p. 340.)

Todo esforço empreendido pelo governo federal para modernizar o Exército Brasileiro ainda era considerado insuficiente para a grande maioria dos militares, que sabiam da defasagem do país frente a seus vizinhos e às maiores potências do mundo.¹¹⁸

¹¹⁵ CARONE, 1974b, p. 353-354.

¹¹⁶ CARONE, 1974b, p. 354.

¹¹⁷ CARONE, 1974b, p. 354-355.

¹¹⁸ MCCANN, 2007, p. 328-329.

Como visto no capítulo anterior, os tenentes rebeldes diferenciavam-se dos “jovens turcos” pelo fato de suas reivindicações irem além da esfera militar. A reforma da política brasileira e o fim das administrações corruptas encetadas pelos políticos oligarcas da República Velha eram fundamentos para as demais demandas desse conjunto de oficiais rebeldes. Somente tendo esse fato em consideração, é possível compreender por que o forte mais moderno e mais bem equipado se rebelou em 1922. Não se tratava apenas de insatisfações com aspectos técnicos das Forças Armadas, mas também de descontentamento com a estrutura social que perpassava todo o contexto brasileiro à época.

Os primeiros tiros do Forte de Copacabana foram de aviso, seguidos de fogos bem-sucedidos contra a ilha das Cobras, o depósito naval e o túnel novo, sendo todas essas posições redutos de tropas legalistas. O ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, passou a negociar diretamente com os revoltosos sem aval prévio de Epitácio Pessoa. O ministro tentou convencer os rebeldes a entregar-se, participando-os do fracasso dos levantes ocorridos nos outros pontos da cidade. O comandante da guarnição, capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal preso, decidiu, então, dar liberdade a quem quisesse para deixar o forte. Dos 300 militares que estavam rebelados em Copacabana, 272 decidiram entregar-se, sendo, entre eles, 19 oficiais. Todos aqueles que permaneceram estavam dispostos a resistir até a morte, segundo o capitão Euclides.¹¹⁹

Tendo em vista o objetivo de evitar enfrentamento entre rebelados e legalistas, a negociação entre as duas partes fracassou. A partir de então, o governo empregou todos os recursos de que tinha à disposição para acabar com a revolta. O Forte de Santa Cruz passou a bombardear o Forte de Copacabana, tropas legais foram enviadas para sitiá-lo local da revolta, e o encouraçado São Paulo, com ajuda de aviões, passou a atacar também os rebelados.¹²⁰

Ao perceberem que a situação se tornara insustentável, os 27 militares que ainda estavam no Forte de Copacabana decidiram deixar o local; 10 deles fugiram pelas adjacências enquanto os demais marcharam de encontro às tropas legais, pela orla da praia. Um civil, Otávio Correa, juntou-se a eles, completando os 18 do Forte. O

¹¹⁹ CARONE, 1974b, p. 355; FAUSTO, op. cit. p. 307-308.

¹²⁰ CARONE, 1974b, p. 355-356.

massacre ocorreu poucos metros depois, sobrevivendo apenas os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos dentre os rebeldes e tendo falecido 35 militares legalistas.¹²¹

O Mato Grosso foi outro estado em que a revolta dos militares ocorreu. Os rebeldes chegaram a tomar grande parte das unidades militares, mas, ao deslocar-se para a fronteira com São Paulo, depararam com grande contingente da Força Pública paulista e descobriram que os levantes no Rio de Janeiro haviam fracassado. Para evitar derramamento desnecessário de sangue, o líder da revolta, general Clodoaldo da Fonseca entregou-se e a rebelião terminou.¹²²

O levante de 5 de julho de 1922 gerou consequências negativas à Escola do Realengo em razão dos debates suscitados em torno da readmissão dos estudantes expulsos e da anistia a todos os envolvidos no conflito. Entre os vários fatores que desencadearam a revolta ocorrida dois anos depois, em São Paulo, a questão da anistia negada aos rebeldes de 1922 foi aspecto importante.¹²³

É importante destacar como, apesar de toda conspiração anterior à eclosão do movimento, os jovens rebeldes encontraram-se sozinhos quando da revolta de 1922:

Mas, o movimento vencido, que aparentemente tem características somente de levante militar, também vira afastar-se de si, antes de 5 de julho, o apoio de segmentos da pequena burguesia civil e dos operários (...) Isolado, o tenentismo vai sofrer as consequências de uma repressão generalizada, que engloba todas as formas legais de oposição. O que se dá é o reforço das oligarquias dominantes e o apoio total às medidas julgadas necessárias para o momento (...). (CARONE, 1974b, p. 359)

Esse fato comprova quão importante era estar de acordo com o governo federal, no contexto da República Velha. Como poderá ser percebido, a posição de isolamento em que os jovens tenentes se encontravam em 1922 foi substancialmente alterada no decorrer da década de 1920, tendo-se as camadas médias urbanas e as oligarquias dissidentes aproximado desses elementos rebeldes, para conseguir efetivar a Revolução de 1930.

A importância desse levante para o período entre 1922 a 1930 é essencial. Grande parte da historiografia considera essa data como início do período marcado. Essa revolta foi crucial para compreender como e por que as demais rebeliões da década de 1920 ocorreram.¹²⁴ Segundo Curvo:

¹²¹FAUSTO, op. cit., p. 308; CARONE, 1974b, p. 356; CURVO, 2005, p. 41.

¹²²CARONE, 1974b, p. 357; CURVO, 2005, p. 41.

¹²³CURVO, op. cit. p. 42-44; MCCANN, 2007, p. 316.

¹²⁴CURVO, op. cit., p. 32.

Às vésperas da eclosão do levante, os ex-cadetes de Realengo e futuros dirigentes da Coluna Miguel Costa-Prestes estavam assim distribuídos: Siqueira Campos no forte de Copacabana; Prestes na Cia. Ferroviária de Deodoro; Juarez Távora na Escola de Realengo; João Alberto no 1º Regimento de Artilharia Montada e Cordeiro de Farias na Escola do Campo dos Afonsos, todos no Rio de Janeiro. Djalma Dutra se encontrava no Regimento de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul. Todos participaram do movimento de 22, seja na articulação, seja na luta armada. (CURVO, 2005, p. 38)

O fato de grande parte dos tenentes rebeldes que, posteriormente, lideraram a Coluna Prestes terem participado dos levantes de 1922 não é casual. Tal como descrito no capítulo anterior, esses militares eram de grupo específico dentro do Exército e tinham como característica a luta pela moralização política e social não só da instituição à qual pertenciam, mas também do país. O 5 de julho de 1922 foi importante, porque inaugurou ciclo de levantes rebeldes estimulados por esse grupo contestador. De 1922 até 1927, a sociedade brasileira enfrentou período dos mais conturbados de sua história republicana.

2.2. O SEGUNDO 5 DE JULHO – A REVOLTA EM SÃO PAULO

O plano dos oficiais rebeldes era relativamente simples. Na madrugada do dia 5 de julho de 1924 – exatamente dois anos após o levante dos Dezoito do Forte de Copacabana –, os quartéis do Exército e da Força Pública do estado de São Paulo seriam sublevados pelo movimento de modo sincronizado, sem derramamento de sangue¹²⁵. Após ganhar o controle da capital do estado, os revoltosos marchariam até o Rio de Janeiro, para depor o presidente Artur Bernardes, alijando do poder não somente a pessoa que consideravam inimiga do Exército, mas também todo o estamento político que era representado por ele: as corruptas oligarquias regionais que colocavam seus interesses particulares acima dos nacionais e utilizavam os instrumentos burocráticos do Estado para auferir benefícios privados¹²⁶.

A maneira como a sublevação dos referidos quartéis foi conduzida indicou, no entanto, o quão politicamente despreparados eram os rebeldes e como fundamentos

¹²⁵ MEIRELLES, op. cit. p. 42-43.

¹²⁶Cf. entre outros, FAUSTO, 2008, p. 313-315; CARVALHO, 2006, p. 83; CARVALHO, 2005, p. 48-50; MCCANN, op. cit. p. 346-350.

militares básicos foram negligenciados durante a operação.¹²⁷ Como exemplo do primeiro aspecto, pode-se ressaltar a falta de articulação entre militares e líderes civis da sociedade paulista e brasileira, com vistas à consecução de meta de grande envergadura como era derrubar o Executivo Federal. Os líderes do movimento pensaram que poderiam resolver a situação política do país por meio de um movimento militar com pouco contato com os demais setores sociais alijados do poder¹²⁸:

Para os “tenentes”, cabia aos militares desempenhar esse papel: salvar o país e as instituições dos maus políticos, recorrendo, se preciso fosse, à força das armas para estabelecer o “legítimo poder civil”, que cumpriria a missão de regenerar a Nação através da efetiva obediência às leis e à Constituição. Era uma postura elitista e excludente em relação às massas populares, inclusive das camadas médias urbanas, na medida em que a revolução seria feita pelos militares, imbuídos do seu papel salvador, sendo que por revolução entendia-se o recurso às armas (...). Em outras palavras, era a luta pela garantia da representatividade do voto universal e secreto e de uma justiça unificada e livre de quaisquer compromissos com os interesses oligárquicos dominantes, o que deveria assegurar na prática a liquidação do sistema eleitoral em vigor (PRESTES, 1997, p. 95).

Como exemplo do despreparo estratégico dos rebeldes, destaca-se a não ocupação imediata do telégrafo de São Paulo, deixando as comunicações da cidade com o Rio de Janeiro sob controle de forças legalistas durante boa parte do dia do levante. Sabendo do movimento revolucionário, o governo federal pôde organizar-se para resistir ao avanço da rebelião, enviando tropas para sufocar o levante em seu início.

O elemento surpresa, tão caro aos rebeldes, foi perdido, e o plano de marchar sobre o Rio de Janeiro não pôde ser levado adiante, em função da dificuldade dos revoltosos em obter controle de todas as unidades militares da cidade de São Paulo. Tanto o 4º quanto o 5º Batalhão da Força Pública de São Paulo resistiram aos rebeldes por vários dias, impedindo-os de avançar para além da capital paulista, como planejado¹²⁹.

Mesmo enfrentando dificuldades não previstas, após 4 dias de lutas entre as forças rebeldes e as tropas legalistas, o movimento revolucionário fez o Presidente do estado de São Paulo, Carlos de Campos, abandonar o palácio dos Campos Elíseos. A capital paulista, com significativo parque industrial, passou a ser controlada pelas forças rebeldes sob comando do general Isidoro Dias Lopes. Rapidamente, o Governo Revolucionário estabeleceu contatos com as elites da cidade e impôs ordem pública a

¹²⁷ MEIRELLES, op. cit. p. 46 e p. 79.

¹²⁸ MCCANN, op. cit., p. 339.

¹²⁹ MEIRELLES, op. cit. p. 66 e 78.

toda a área urbana, evitando saques e depredações a propriedades particulares por populares¹³⁰.

Apesar de ter existido articulações entre civis e militares no planejamento e na execução da revolta iniciada em 5 de julho de 1924, tais vínculos nunca contaram com autoridades capazes de alterar o modo pelo qual se fazia política no país. Alguns representantes das camadas médias urbanas, como empresários, funcionários públicos, jornalistas e comerciantes, participaram da organização de vários complôs e atentados contra o governo federal, conforme os anos de presidência de Artur Bernardes testemunharam. No entanto, no contexto brasileiro da época, a força política desses atores e dos jovens tenentes não era suficiente para fazer o Executivo e o Legislativo atenderem às reivindicações dos rebeldes.¹³¹ Mesmo parlamentares, como o deputado Batista Luzardo¹³², que tinha fortes ligações com os revolucionários e servia-lhes de porta-voz no Congresso Nacional, não puderam influenciar o sistema político no sentido desejado pelos tenentes. Como se viu em 1930, somente com o apoio das oligarquias dissidentes, foi possível alterar, de modo significativo, o curso político do país.¹³³

Se, no âmbito doméstico, o movimento rebelde foi inapto no sentido de se articular-se politicamente com setores sociais relevantes e angariar apoio à sua causa, desde o seu surgimento, as ações revolucionárias que deram origem à Coluna Prestes apresentaram ligações com o exterior. Foram estabelecidas redes de contatos que teriam grande importância para o abastecimento logístico dos revolucionários, conforme planejamento inicial dos líderes do movimento:

A interceptação de um telegrama por agentes secretos do governo brasileiro confirmava não só a existência da conspiração como também as suas ligações com o exterior. Esse telegrama, redigido em inglês, havia sido enviado da capital argentina para os Estados Unidos, comunicando que a revolução estava prestes a estourar. (MEIRELLES, 1997, p. 49)

As ligações entre as ações dos rebeldes em solo nacional e na Argentina foram recorrentes ao longo de toda a marcha revolucionária, entre 1924 e 1927, ainda que por diversas vezes, o comando geral rebelde na Argentina tenha enfrentado dificuldades para entrar em contato com os revolucionários da Coluna. Tais aspectos serão melhor apresentados mais adiante.

¹³⁰ MEIRELLES, op. cit. p. 93-100 e 105.

¹³¹ CURVO, op. cit. p. 44-45.

¹³² Toledo a Pacheco, tel. nº 83, Buenos Aires, 12 fev., 1925, AHI, 208/02/04.

¹³³ PRESTES, op. cit. p. 154-155; FAUSTO, 2008, p. 313-315.

Como um dos primeiros impactos da Revolta em São Paulo sobre as relações exteriores do país, podem-se destacar as preocupações do corpo consular estrangeiro com as consequências advindas da Revolta. O impacto mundial causado pela revolução Bolchevique de 1917 ainda alarmava as potências ocidentais, e havia receio de São Paulo transformar-se em movimento similar ao russo nas avaliações do cônsul Inglês, Francis Patron, por exemplo. Na década de vinte, o Brasil ainda tinha a Inglaterra como principal credora financeira e detentora da maior parte dos investimentos estrangeiros feitos no país. Assim sendo, a ameaça ao capital inglês de ter seu patrimônio desapropriado sem indenizações era a principal preocupação dos britânicos.¹³⁴

A partir da retirada do governador da capital paulista, o Governo Federal passou a bombardear incessantemente a cidade. Durante quase 20 dias, Artur Bernardes empregou os melhores recursos do Exército Brasileiro para sufocar a revolta: tanques modernos comprados à França, artilharia pesada com calibres semelhantes aos utilizados na 1ª Guerra Mundial e aviões para bombardeios aéreos sistemáticos foram utilizados contra os rebeldes e não se ativeram a alvos eminentemente militares¹³⁵.

A estratégia do Governo Federal contra a rebelião parece ter sido a do terror, tendo inclusive disposição de reduzir a segunda maior cidade do país a ruínas em nome da ordem nacional, conforme fica evidenciado em nota do Presidente de São Paulo em agradecimento ao apoio recebido pelo Congresso Nacional:

Em nome de São Paulo e no meu próprio, agradeço a esse ramo do poder legislativo as saudações que nos envia e o alento que elas nos trazem. Estou certo de que São Paulo prefere ver destruída sua formosa capital antes que destruída a legalidade no Brasil. (COSTA e GÓES apud MEIRELLES, 1997, p. 122¹³⁶)

A feroz repressão que o governo central usou contra os rebeldes foi responsável por péssimas repercussões no exterior e por inúmeras reclamações de países estrangeiros.¹³⁷ A capital paulista era cidade repleta de imigrantes de origem europeia. Italianos, espanhóis, alemães e outros povos da Europa oriental faziam parte da camada da população que mais crescia em decorrência da industrialização das atividades

¹³⁴ GARCIA, op. cit. p. 145; MEIRELLES, 1997, p. 98-99.

¹³⁵ CURVO, op. cit. p.48-49; MEIRELLES, 1997, p. 109-113. Após o início das rebeliões da década de 1920, Artur Bernardes retirou apoio financeiro e imobilizou a recém-criada unidade de aviação do Exército, temendo possível revolta nessa unidade militar. MCCANN, 2007, p. 319.

¹³⁶ COSTA, Cyro e GOES, Eurico de. **Sob a metralha...** São Paulo, p. 70, Cia. Gráfico-Editora Monteiro Lobato, 1924.

¹³⁷ AHI 215/01/04; AHI 215/01/05; AHI Lata 478, Maço 7453.

econômicas nessa cidade. Era natural, assim, que os países do Velho Continente viessem a protestar contra a violenta repressão que afetou seus nacionais, tendo muitos deles morrido durante os combates entre rebeldes e governistas¹³⁸.

A má repercussão no exterior, causada pelo método escolhido para combater os rebeldes, foi enfrentada pelo Ministério das Relações Exteriores. Segundo a chancelaria brasileira, o país estava sendo vítima de uma campanha de difamação internacional cujo centro era Buenos Aires. As embaixadas foram instruídas a repelir, com vigor, os “boatos alarmantes” que correspondentes estrangeiros recebiam na capital argentina¹³⁹. No período anterior à revolta e ao longo de todo seu transcurso, os rebeldes haviam estabelecido contatos com jornais argentinos para conseguir driblar a censura interna e fazer que os desdobramentos do movimento revolucionário e suas reivindicações fossem conhecidos.

Por meio da intermediação entre os rebeldes e o governo federal, feita pelo general Abílio de Noronha, foi possível saber algumas das aspirações político-sociais dos militares amotinados em São Paulo. As exigências dos comandados de Isidoro Dias Lopes para depor as armas foram escritas em correspondência destinada ao general Abílio de Noronha que, por sua vez, deveria encaminhá-las ao presidente Artur Bernardes:

*São Paulo, 17 de julho de 1924,
Exmo. Senhor General Abílio de Noronha.
Saudações.
Em resposta à carta que dirigistes ao Exmo. Senhor Dr. J. C. de Macedo Soares e cuja cópia me foi entregue, no sentido de dar solução ao caso revolucionário sem ser pelas armas, basta que tenhais conhecimento daquilo que exigimos para depor as armas. Com a maior clareza vos interareis dos nossos desígnios pelo documento que vai por mim assinado. Convém declarar que há nesse documento a cláusula 7ª que escrevi a tinta e em letra corrente. Com os meus aplausos aos vossos nobres intuítos na questão, recebi os protestos da minha mais alta consideração.
Vosso admirador,
(assinado) General Isidoro Dias Lopes
Chefe das forças revolucionárias. (NORONHA, 1925, p. 82)*

Segundo o general Abílio de Noronha, há, em seguida, em duas folhas com rubricas – *Lopes – General*, os requisitos necessários para a deposição das armas:

Entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários.

¹³⁸ MEIRELLES, op. cit. p. 124-125.

¹³⁹ MEIRELLES, op. cit. p. 114 e AHI 208/03/01

Exemplo: - Dr. Wenceslau Braz. O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma Constituinte que manterá obrigatoriamente:

1º. – Forma de Governo Republicana Federativa.

2º. – As atuais fronteiras dos Estados em tudo que disser respeito aos interesses regionais, com a possível diminuição do número das unidades na Federação, a fim de torná-las mais equilibradas.

3º. – A separação da Igreja do Estado, firmando o princípio de liberdade religiosa e a defesa da maioria católica nos seus direitos constitucionais contra as intolerâncias da irreligiosidade.

4º. – Atribuição da Justiça de conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos.

5º. – Proibição dos impostos interestaduais.

6º. – Tudo o que se refere à declaração dos direitos aos brasileiros, não se admitindo modificação alguma, senão ampliativa.

7º. – Proibição da reeleição do Presidente da República e dos Presidentes dos Estados¹⁴⁰. Do mesmo modo a mesma proibição quanto a deputados estaduais, federais e senadores, salvo se alcançarem o sufrágio de dois terços do eleitorado comparecente¹⁴¹.

O governo Provisório se obrigará logo que possível:

1º. – No que diz respeito às relações internacionais, será mantida a política tradicional do Brasil de liquidar pacificamente os conflitos internacionais;

2º. – A manter, rigorosamente, todos os compromissos atuais da União, dos Estados e dos Municípios;

3º. – Decretar o voto secreto;

4º. – A realizar as reformas tributárias e aduaneiras, sendo que será proibida a participação dos agentes fiscais e alfandegários no lucro das multas e apreensões.

Em relação às classes armadas, será exigido um absoluto respeito da administração aos direitos legais dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionais.

São Paulo, 17 de Julho de 1924.

(assinado) General Isidoro Dias Lopes

Chefe das forças revolucionárias. (NORONHA, 1925, p. 82-84)

A princípio, do ponto de vista político, as demandas dos rebeldes podem parecer ingênuas. É necessário relembrar, no entanto, o clima tenso em que os anos vinte estavam imersos. Como visto no capítulo anterior, as eleições de 1º de março de 1922 deram vitória a Artur Bernardes de modo conturbado. O final do governo de Eptácio Pessoa e quase todo o mandato de A. Bernardes foram marcados por grande descontentamento militar com a situação política da época. O fechamento do Clube Militar, o 5 de julho de 1922 e o segundo 5 de julho de 1924 demonstraram o quão insatisfeitos os jovens militares estavam. Assim sendo, a crença em uma revolução militar capaz de derrubar o Governo Federal não surgiu do acaso ou do desejo repentino dos rebeldes paulistas, mas era, antes, desejo de significativa parcela dos oficiais

¹⁴⁰ São os atuais governadores de estado – chefes dos Executivos estaduais.

¹⁴¹ À época, o voto não era obrigatório.

subalternos do Exército e da Marinha que almejaram melhorar a situação política do país.¹⁴²

Dada a negativa do general Abílio de Noronha em solicitar, em nome dos rebeldes de São Paulo, a renúncia do Presidente da República, não foi possível acordo entre o Governo e os comandados de Isidoro Dias Lopes.¹⁴³ Os bombardeios sobre a capital da província mais rica do país foram retomados de maneira ainda mais vigorosa. Das 700 mil pessoas que viviam em São Paulo, 300 mil já haviam abandonado a cidade. Por incrível que possa parecer, de acordo com folhetos lançados pela aviação legalista sobre a capital paulista, o desejo do Governo Federal era fazer que a população, de fato, abandonasse a cidade, para que o combate aos rebeldes pudesse ser melhor conduzido.¹⁴⁴ Os conflitos prosseguiram até os rebeldes resolverem abandonar a cidade em direção ao interior do estado, em decorrência do fato de seus recursos materiais e bélicos estarem exaurindo-se rapidamente e em função do massacre de civis ocasionado pelos bombardeios do governo.¹⁴⁵

Na madrugada do dia 28 de julho de 1924, os rebeldes abandonaram São Paulo. A partir de então, em apoio à rebelião de Isidoro Dias Lopes, diversas revoltas militares eclodiram por todo o país sem que, no entanto, os rebeldes paulistas soubessem. Uma das primeiras providências tomadas por Artur Bernardes como modo de assegurar ordem ao país foi o estado de sítio decretado no mesmo dia da eclosão da revolta em São Paulo¹⁴⁶. Com isso, o governo central obteve controle das notícias que circulavam nos maiores jornais do país e pôde abafar as repercussões de várias rebeliões, liberando informações somente 3 a 15 dias depois de seus inícios e, mesmo assim, com forte viés pró-governo¹⁴⁷.

Essa foi outra razão que levou a chancelaria de Félix Pacheco a entrar em conflito com representações estrangeiras creditadas no Brasil. Muitos correspondentes estrangeiros no país tiveram censurados, pelo governo federal, os telegramas que enviavam a suas agências internacionais com a justificativa de que se tratava de medida necessária para acabar com as calúnias que se espalhavam contra o Brasil no exterior.

¹⁴² CURVO, op. cit. p. 19-25; GARCIA, op. cit. p. 25-27; PRESTES, op. cit. p. 85; CARVALHO, 2005, p. 48-50.

¹⁴³ NORONHA, op. cit. p. 84-87.

¹⁴⁴ MEIRELLES, op. cit. p. 164.

¹⁴⁵ MEIRELLES, op. cit. p. 180-182.

¹⁴⁶ MEIRELLES, op. cit. p. 76-78.

¹⁴⁷ MEIRELLES, op. cit. p. 101.

Tais atos causaram protesto formal da Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro¹⁴⁸, por exemplo.

A retirada dos rebeldes de São Paulo contribuiu para que o serviço de inteligência do Governo Federal encontrasse vasta documentação revolucionária que elucidava muitas das ligações dos revoltosos com outros militares espalhados pelo país. Assim sendo, novamente em função da desorganização dos revoltosos, o Governo pôde desarticular redes subversivas e prender militares e civis envolvidos com os levantes de 1922 e 1924.¹⁴⁹

Marchando em direção ao interior paulista, as tropas de Isidoro Dias Lopes tinham à retaguarda a Coluna da Morte, chefiada pelo tenente João Cabanas. Depois de ocupar São Paulo, as forças legalistas compostas, em maioria, por mineiros e gaúchos, foram ao encalço dos revoltosos. Dois planos dividem o comando revolucionário. O primeiro, defendido por Isidoro D. Lopes, visava à invasão do Mato Grosso até Três Lagoas. O segundo, proposto pelo coronel João Francisco, tinha como objetivo descer o rio Paraná, para unir forças com os militares comprometidos com a revolta no Rio Grande do Sul.¹⁵⁰

Tendo o comando da rebelião, o general Isidoro Dias Lopes ordenou a composição de uma força de 800 homens sob comando de Juarez Távora. Os soldados deveriam deslocar-se até Porto Independência e, de lá, marchar em direção a Três Lagoas, tomando a cidade. O resultado dessa empreitada foi desastroso para os rebeldes: 400 mortos e feridos, 15 prisioneiros e 40 desaparecidos após conflito ocorrido em lugar conhecido como Campo Japonês. As tropas legalistas haviam incendiado o local de batalha e quase conseguiram fechar um círculo de fogo em torno dos rebeldes. As perdas humanas e materiais foram significativas para os revoltosos. O abalo na moral dos combatentes rebeldes foi de tal monta que, quando retornou com suas forças, Juarez Távora ordenou que seus homens desembarcassem do outro lado do rio Paraná, para não contagiar, negativamente, o restante da tropa.¹⁵¹

A despeito de ter recebido o apoio do Estado-Maior revolucionário, o plano de Isidoro Dias Lopes de invadir o Mato Grosso havia sido um desastre do ponto de vista militar. A divergência entre marchar sobre Três Lagoas ou ir ao encontro dos revolucionários gaúchos não foi apenas uma discordância pontual entre o general

¹⁴⁸ GARCIA, 2006, p. 533-534 e MEIRELLES, op. cit. p. 137-138.

¹⁴⁹ MEIRELLES, op. cit. p. 184-186.

¹⁵⁰ MEIRELLES, op. cit. p. 212.

¹⁵¹ MEIRELLES op. cit. p. 213-217.

Isidoro Dias Lopes e o coronel João Francisco. Os dois comandantes tinham estratégias muito distintas de como o combate contra o Governo Federal deveria ocorrer. Enquanto o primeiro tinha a percepção clássica de combate de posição, o segundo tinha a percepção mais próxima da guerra de movimento que Luis Carlos Prestes, posteriormente, defenderia em carta ao general Isidoro Dias Lopes, talvez, porque ambos conheciam o modo como os conflitos entre as oligarquias do sul aconteciam.¹⁵²

Assim, de Porto Tibiriça/SP, onde estava acampado o grosso da tropa rebelde, até Foz do Iguaçu, eram mais 300 km de rio, navegável por quase toda sua extensão. Tal trecho era pouco movimentado, sendo transitado, basicamente, por vapores da Companhia Fluvial São Paulo – Mato Grosso e da Companhia Mate Laranjeira, cuja atividade se concentrava na exploração de erva-mate no estado do Paraná. Os rebeldes iniciaram seu deslocamento no dia 23 de agosto de 1924¹⁵³ e chegaram a Guaíra/PR, no dia 14 de setembro de 1924, onde encontraram pouca resistência legalista. Apenas dez dias depois, em 24 de setembro, Foz do Iguaçu estava sob controle dos revolucionários. Os 500 homens comandados por João Francisco encontraram a cidade desguarnecida e abandonada pelos habitantes. Grande parte da população da cidade, alarmada com as notícias espalhadas pelo Governo Federal, havia fugido para Puerto Aguirre, cidade argentina situada de frente à Foz do Iguaçu e, hoje, denominada Puerto Iguazu.¹⁵⁴ A região ocupada possuía boas condições para reorganizar as forças rebeldes e retomar o combate ao Governo Federal com novo ânimo. De Guaíra a Foz do Iguaçu e desta cidade até a Serra do Medeiros, podia-se traçar um triângulo cujos lados estariam bem guarnecidos. Dois deles, pela fronteira com Argentina e Paraguai, garantiam saída para o exterior se necessário; o terceiro, beneficiado por acidentes do relevo, dava grande vantagem defensiva aos rebeldes. Moreira Lima resume, deste modo, os acontecimentos até a chegada dos revoltosos ao Paraná:

¹⁵² As *potreadas* eram destacamentos de homens que se separavam do grosso das tropas em busca de animais, víveres e armamentos, sendo muito utilizadas pelos combatentes maragatos e chimangos no Rio Grande do Sul. Com a Coluna Prestes, essa técnica deixaria, aos poucos, de ser apenas instrumento de suporte da tropa e seria utilizada como meio de combate. Luis Carlos Prestes e seus comandados gaúchos inserem no país a noção de “guerra de movimento” em contraposição à “guerra de posição” ensinada pelos instrutores da missão francesa aos oficiais do Exército Brasileiro.

¹⁵³ A exatidão das datas dos principais acontecimentos da Coluna Prestes é controversa. Preferiu-se utilizar aquelas coincidentes em mais de um autor, tendo como base os relatos de Lourenço Moreira Lima, os de Luis Carlos Prestes – por meio das entrevistas concedidas a sua filha, Anita Prestes – e a obra de Domingos Meirelles.

¹⁵⁴ MOREIRA LIMA, 1979, p. 99-101; MEIRELLES op. cit. p. 220-225.

De Bauru, onde se concentraram as tropas procedentes daquela cidade (São Paulo), marchou a coluna revolucionária, pela estrada de ferro Sorocabana, até o Porto Joaquim Távora¹⁵⁵, na margem esquerda do Paraná.

Enquanto o grosso dessas forças avançava para aquele porto, sua flanco-guarda, sob comando do major Juarez Távora, combatia vantajosamente o inimigo em Vitória, Araquá e Botucatu, e a retaguarda, constituída pela Brigada Miguel Costa, empenhava-se em várias ações em Salto Grande, Paraguaçu, Água Clara, Indiana, Santo Anastácio, Coatá e Caiuá.

Ao chegar a vanguarda das forças no referido porto, teve de enfrentar, conseguindo desalojá-la, numerosa tropa inimiga comandada pelo coronel Germano Fachnes, que se estabelecera na margem direita do citado rio, na Foz do Pardo, em território mato-grossense.

Com o fim de se apoderar de Mato Grosso, levou a efeito o Exército Revolucionário alguns ataques a Três Lagoas, ponto inicial da estrada de ferro Noroeste do Brasil, no dito estado.

Fracassada essa tentativa, que custou a vida do bravo tenente Berbedo, foi encaminhada a marcha para a região do Iguacú.

O Exército desceu o rio Paraná em quatro pequenos vapores, localizando-se na margem esquerda do mesmo rio, de Guaira à foz do Iguacú, e estendendo a sua ocupação até a serra do Medeiros, a leste. (MOREIRA LIMA, 1979, p. 100)

No oeste do Paraná, os rebeldes vindos de São Paulo iriam esperar os revoltosos gaúchos com quantidade significativa de homens entrincheirados em Catanduvás, por mais de cinco meses. A manobra visava garantir que a Coluna comandada por Prestes conseguisse chegar até a base rebelde em Foz do Iguaçu, e, apesar da rendição dos 400 combatentes revolucionários em 30 de março de 1925, o objetivo de unir as forças gauchas e paulista foi alcançado.¹⁵⁶

2.3. AGITAÇÕES E LEVANTES EM OUTROS PONTOS DO PAÍS

O Segundo 5 de Julho fez que outras revoltas eclodissem pelo país. Solidárias aos ideais e aos propósitos dos rebeldes paulistas, sublevações de unidades militares ocorreram em Sergipe, Mato Grosso, Amazonas e Pará. Como punição pelo envolvimento direto ou indireto no levante do Forte de Copacabana, o Governo Federal transferiu para organizações militares distantes vários oficiais subalternos. Essa ação, no entanto, ao invés de arrefecer os ímpetus dos rebeldes, ajudou a disseminar o espírito revolucionário para outros pontos do país.¹⁵⁷

O primeiro movimento em apoio à revolta em São Paulo ocorreu em 12 de julho de 1924, em Bela Vista, no Mato Grosso. Jovens oficiais tentaram sublevar o Décimo

¹⁵⁵ Os rebeldes renomearam a cidade de Presidente Epitácio como Porto Joaquim Távora em homenagem ao capitão rebelde, irmão de Juarez Távora, morto nos combates em São Paulo.

¹⁵⁶ CURVO, op. cit. p. 52; MEIRELLES, op. cit. p. 353-354.

¹⁵⁷ CURVO, op. cit. p. 47; MEIRELLES, op. cit. p. 218.

Regimento de Cavalaria, mas não obtiveram sucesso. No dia 13 de julho, ocorreu levante em Sergipe. Com sede em Aracaju, o 28º Batalhão de Caçadores do Exército rebelou-se, após recusar enviar parte de seu efetivo para combater os rebeldes paulistas. Os militares prenderam o governador do estado, Graco Cardoso, e criaram uma Junta Governativa Militar, preservando a estrutura político-administrativa de Sergipe e mantendo prefeitos e outras autoridades em seus cargos. A revolta nesse estado durou 19 dias. Assim como os comandados de Isidoro Dias Lopes, os rebeldes liderados pelo tenente Maynard Gomes não estabeleceram contatos com as lideranças políticas locais. O Governo Federal agrupou forças no interior do estado e contou com apoio logístico da 6ª Região Militar, com sede em Salvador, para prender os rebelados e acabar com o movimento em Sergipe.¹⁵⁸

Em 26 de julho de 1924, o 26º Batalhão de Caçadores do Exército, com sede em Belém, também se rebelou. No entanto, o governador do Pará, auxiliado pela Força Pública daquele estado conseguiu sufocar a revolta em seu início. Ao perceberem que a revolta paraense estava perdida, vários soldados e oficiais fugiram para Manaus, a fim de juntar-se aos revolucionários do Amazonas.

Os rebeldes paulistas não souberam das revoltas que eclodiam pelo país. Como Artur Bernardes governava em estado de sítio, a censura à imprensa impediu que a notícia desses levantes chegasse ao restante do território nacional. Durante todo o governo de Artur Bernardes, era comum que a população brasileira tivesse menos conhecimento do que se passava dentro do país do que os governos estrangeiros. O governo norte-americano, por exemplo, recebia relatórios de seus cônsules com detalhes do que ocorria nas principais cidades do Brasil, e muitos desses fatos só chegavam ao conhecimento da população brasileira, depois de semanas ou mesmo meses.¹⁵⁹

Em 23 de julho de 1924, Manaus foi tomada por rebeldes do 27º Batalhão de Caçadores do Exército. Após atacar o quartel da Força Pública do estado e ocupar as estações de telégrafo e o Palácio do Governo, os militares revolucionários tomaram o controle do estado. A rebelião no Amazonas foi diferente das ocorridas até então. Contrariamente ao levante de São Paulo, os jovens oficiais envolvidos no movimento amazonense estabeleceram, desde o início, contatos significativos com alguns setores civis da sociedade. Ressalte-se, no entanto, que tais grupos não tinham grande expressão na política local, mas foram amplamente favoráveis ao movimento rebelde. Uma das

¹⁵⁸ CURVO, op. cit. p. 49; MEIRELLES, op. cit. p. 196-199.

¹⁵⁹ MEIRELLES, op. cit. p. 162.

razões desse apoio foi que, além de ser contra o governo federal, a rebelião foi direcionada também contra a oligarquia regional que dominava, há décadas, o estado amazonense.¹⁶⁰

A família Rego Monteiro controlava a vida política no Amazonas, no início do século. A corrupção e o nepotismo eram comuns no aparelho estatal, e, como exemplo, pode-se citar o controle da polícia, do Judiciário e do Legislativo por parentes do governador César Rego Monteiro: o filho Cláudio era secretário-geral do governo; o filho Mário era juiz de Direito e chefe de Polícia do Estado; Sila, outro filho, era oficial de Gabinete do pai; o superintendente de Manaus era Edgard, mais um filho do governador; o presidente da Assembléia Legislativa era seu genro, Turiano Meira.

Em pouco mais de vinte dias, o governo militar provisório chefiado pelo tenente Ribeiro Junior tornou-se significativamente popular, por ter prendido várias pessoas ligadas à família Rego Monteiro, desapropriado seus bens e colocado atrás das grades os oligarcas que dominavam o Amazonas. O apoio recebido pelo povo, no entanto, não foi suficiente para garantir que os jovens oficiais permanecessem à frente do estado. Após perderem o controle do Forte de Óbidos, os rebeldes sabiam que o fim da revolta estava próximo, pois uma vitória sobre as forças legalistas comandadas pelo general Mena Barreto era improvável.¹⁶¹

O levante comandado pelos tenentes Ribeiro Junior, Joaquim de Magalhães Barata e José Bacher Azamor foi debelado sem que os revoltosos tivessem conhecimento do desfecho do movimento em São Paulo. Também nessa revolta, uma das primeiras ações tomadas por Artur Bernardes foi isolar as comunicações dos revolucionários com o restante do país. O fato de os EUA estarem bem informados a respeito dos desdobramentos do levante em Manaus, novamente, demonstra que a população brasileira tinha menos conhecimento do que se passava em território nacional do que os diplomatas estrangeiros.¹⁶²

O fracasso da estratégia do governo de arrefecer os impulsos revolucionários por meio do envio a quartéis distantes de militares acusados de participarem do levante do Forte de Copacabana em 1922 é demonstrada, ao analisar os envolvidos nos levantes em Sergipe e Manaus. Tanto os tenentes Ribeiro Junior, Joaquim de Magalhães Barata e José Bacher Azamor como o tenente Maynard Gomes foram acusados de envolvimento

¹⁶⁰ MEIRELLES, op. cit. p. 200-201 e 218.

¹⁶¹ MEIRELLES, op. cit. p. 218-219.

¹⁶² MEIRELLES, op. cit. p. 219.

no primeiro 5 de julho, no Rio de Janeiro, e deslocados para Manaus e Sergipe, respectivamente.

Revolta que também merece destaque foi a do Dreadnought São Paulo. Em 1910, o Brasil havia encomendado três navios de combate Dreadnought à Inglaterra. Em função de um acordo com a Argentina, no entanto, um deles foi passado à Turquia, ficando a Marinha Brasileira com os navios Minas Gerais e São Paulo.¹⁶³ Após episódio conhecido como a Revolta da Chibata, os dois navios foram novamente alvos de revolta, mas, ao invés de ter origem nas patentes mais baixas – como no caso da Revolta da Chibata –, em 1924, foram os oficiais os responsáveis por sublevar os navios. Os principais envolvidos na revolta foram Herculino Cascardo, Ademar Siqueira, Arnaldo Pinheiro de Andrade, Paulo Alcanforado da Natividade, Mario de Freitas, Benjamim Xavier e Augusto do Amaral Peixoto.¹⁶⁴

O plano inicial dos rebeldes era sublevar o Minas Gerais e o São Paulo, para, com o poder de fogo de ambos os navios, obrigar o presidente a renunciar. O movimento contaria com apoio dos fortes localizados na Baía de Guanabara e de outras embarcações fundeadas na área. Diante da iminente ameaça de bombardeio, não restaria outra saída a Artur Bernardes a não ser abrir mão da presidência.

Sob o comando do marechal Carneiro da Fontoura, a polícia do Distrito Federal já havia feito várias investigações que deram ensejo a prisões de pessoas vinculadas ao levante nos dois encouraçados. Assim, o movimento foi prejudicado, e o apoio planejado das outras embarcações e dos fortes da Guanabara não pôde ser obtido. Com dificuldades, os rebeldes conseguiram sublevar o Dreadnought São Paulo, mas não foram capazes de fazer o mesmo com o Minas Gerais. Isolados, os rebelados saíram da Baía de Guanabara e partiram para o sul do país. Como os rumores a respeito das revoltas no Rio Grande do Sul já haviam chegado ao conhecimento dos rebeldes, a ideia era tentar juntar-se aos revolucionários gaúchos.¹⁶⁵

Os tripulantes do encouraçado São Paulo decidiram, então, seguir para o Uruguai, pedir asilo político ao governo de Montevideu, para, posteriormente, cruzar a fronteira e juntar-se às forças revolucionárias que atuavam no Rio Grande do Sul¹⁶⁶. Pouco depois de asilar-se na capital uruguaia, os rebeldes passaram a planejar como se

¹⁶³ SODRÉ, 1979, p. 188-189; MEIRELLES, op. cit. p. 257.

¹⁶⁴ MEIRELLES, op. cit. p. 251-252; CURVO, op. cit. p. 50.

¹⁶⁵ MEIRELLES, op. cit. p. 258-265 e 293-295; CURVO, op. cit. p. 50.

¹⁶⁶ GARCIA, op. cit. p. 540-545; Pacheco a legação em Assunção, tel., Rio de Janeiro, 12 nov. 1924, AHI 202/02/01.

uniriam às tropas gaúchas. Um destacamento de marinheiros foi enviado a Rivera, para averiguar o melhor momento e o modo para juntar a tripulação do São Paulo às forças rebeldes localizadas em São Luis Gonzaga.¹⁶⁷

Sem autorização dos tenentes no sul e no Uruguai, alguns chefes maragatos¹⁶⁸ gaúchos resolveram arregimentar os marinheiros em Rivera, para combater forças de Borges de Medeiros localizadas em Santana do Livramento. Tendo o ataque sido um fracasso, as forças comandadas por Julio de Barros cruzaram a fronteira e fugiram para a região uruguaia conhecida como “Los Galpones”, tendo, em seu encalço, os homens de Borges de Medeiros. Por não saberem cavalgar como os gaúchos e por desconhecerem a região, alguns marujos do São Paulo foram degolados pelos chimangos juntamente com outros rebeldes, dando ensejo ao que ficou conhecido como o “massacre de Los Galpones”. Entre as vítimas, encontrava-se um sobrinho de Assis Brasil que havia deixado o Rio de Janeiro, para juntar-se aos revoltosos¹⁶⁹. O fato provocou incidente diplomático entre Brasil e Uruguai, posteriormente contornado pelos esforços do governo brasileiro¹⁷⁰, assim descritos por Eugênio Vargas Garcia:

A violência da chacina, divulgada com riqueza de detalhes nos jornais da capital uruguaia, gerou indignação e protestos no Uruguai, abrindo uma crise diplomática entre os dois países. O governo brasileiro encaminhou um pedido formal de desculpas ao Uruguai pelo ocorrido, tentando justificar a transposição indevida da linha fronteira pelas forças legalistas sob o argumento da não-intencionalidade do ato. Nas circunstâncias em que se produziu o combate, frisava a nota brasileira ‘a surpresa, a veemência e a rapidez da luta degeneraram logo em violentos impulsos em que só o próprio instinto de conservação mandava e criaram uma verdadeira situação de confusão’. Os soldados legais cuidavam de ‘salvar suas vidas e vencer aos que pretendiam oprimi-los’. Em uma emergência ‘assim tão áspera’, não teria sobrado tempo para ‘obrar deliberadamente no sentido de invadir território contíguo’. Se tal chegou a ocorrer, ‘nosso dever é pedir desculpas por isso ao governo do Uruguai, como agora o fazemos, e dar as satisfações que são de estilo, pelas regras de justiça e o dever de leais e bons vizinhos’. (GARCIA, 2006, p. 542).¹⁷¹

¹⁶⁷ MEIRELLES, op. cit. p. 270-278.

¹⁶⁸ Conforme melhor explicado no próximo item, no Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX, dois grupos políticos disputavam o controle da política estadual. Os herdeiros de Julio de Castilho ficaram conhecidos como “chimangos” enquanto seus opositores tinham a alcunha de “maragatos”. Na década de vinte do século passado, os principais representantes de chimangos e maragatos eram Borges de Medeiros e Assis Brasil, respectivamente.

¹⁶⁹ MEIRELLES, op. cit. p. 298-301.

¹⁷⁰ Relatório do MRE, 1924-1925. Anexo A, p. 267-271.

¹⁷¹ Cf. também Relatório do MRE, 1924-1925. Anexo A, p. 270.

2.4. AS REVOLTAS NO RIO GRANDE DO SUL E A FORMAÇÃO DA COLUNA PRESTES

As rebeliões militares que eclodiram em Alagoas e Amazonas não obtiveram sucesso e foram reprimidas pelo governo central sem maiores dificuldades. No Rio Grande do Sul, no entanto, o desfecho foi diferente. Um contingente de oficiais rebeldes, de vários quartéis do estado, planejava ações para sublevar-se com algum grau de coordenação com os militares de São Paulo, em especial Juarez e Joaquim Távora. A figura do capitão Luis Carlos Prestes foi fundamental para a revolta iniciar-se no sul.¹⁷²

A situação no Rio Grande do Sul tinha suas peculiaridades, mas também se inseriu no contexto sociopolítico que dominou o Brasil no início do século XX. A disputa entre chimangos e maragatos, sempre muito violenta, chegou ao seu auge, com a Revolta Federalista de 1893, que pretendia tirar do poder Julio de Castilhos. Em 1895, houve a vitória das forças legalistas, e, em 1898, Borges de Medeiros, seguidor político de Julio de Castilhos, subiu ao poder Executivo desse estado.¹⁷³

Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e, depois, de 1913 a 1928; o interregno compreendido entre 1909 e 1912 ficou sob controle de seu afilhado político, Carlos Barbosa Gonçalves. Assim sendo, esse estado ficou sob controle político do líder do Partido Republicano rio-grandense por trinta anos. A revolta iniciada em 1923 tinha como objetivo derrubar Borges de Medeiros, que se reelegia sucessivamente, graças a um dispositivo constitucional que assim o permitia.

O Pacto de Pedras Altas, de dezembro de 1923, terminou formalmente com a disputa entre chimangos e maragatos e confirmou a eleição de Borges de Medeiros para um último mandato. A insatisfação em grande parcela de líderes maragatos, no entanto, ainda se fez presente durante algum tempo e serviu para os jovens oficiais angariarem apoios à sua causa¹⁷⁴. Luis Carlos Prestes, à frente de grande contingente e em conjunto com Siqueira Campos, Juarez Távora e líderes locais, conseguiu sublevar quantidade significativa de militares e homens que prestavam serviços aos maragatos insatisfeitos¹⁷⁵.

O plano inicial era sublevar as guarnições de Uruguaiana, São Pedro Borja, São Luis e Santo Ângelo por meio das ações de Juarez Távora, Siqueira Campos, João

¹⁷² PRESTES, op. cit. p. 117-119; CURVO op. cit. p. 50.

¹⁷³ FAUSTO, op. cit. p. 255-256.

¹⁷⁴ FAUSTO, op. cit. p. 316-317.

¹⁷⁵ MEIRELLES, op. cit. p. 246-248; PRESTES, op. cit. p. 117-119.

Pedro Gay e Luis Carlos Prestes, respectivamente. Havia a esperança de que unidades militares em Alegrete, Dom Pedrito, Santana, Santiago e Palmeira também aderissem à revolta. A data acertada para o levante foi 29 de outubro de 1924. Para isso, os rebeldes teriam suporte logístico pelo exterior. Antes da eclosão da revolta, a conspiração recebia armas e munição por meio da fronteira com a Argentina. Assis Brasil e outros rebeldes compravam-nas em Buenos Aires e enviavam-nas a Paso de Los Libres. De lá, os armamentos entravam no Rio Grande do Sul disfarçados de alimentos ou outras mercadorias.¹⁷⁶

Apesar do planejamento prévio e de linhas de abastecimento que julgavam confiáveis, os rebeldes não conseguiram manter sob seu controle a maior parte das unidades militares que se haviam rebelado. A atuação repressora do governo foi significativa. Luis Carlos Prestes e o Batalhão Ferroviário abandonaram a cidade de Santo Ângelo – localizada em um terminal de linha férrea – e dominaram a região de São Luiz Gonzaga em função do isolamento geográfico desse local. Essa foi uma das razões que possibilitou a sustentação da revolta nessa área.¹⁷⁷

No início de novembro, São Luiz Gonzaga já se havia tornado o centro de comando das operações rebeldes no sul. De lá partiram as forças comandadas por Aníbal Benévolo e Siqueira Campos com intuito de tomar a cidade de Itaqui. Sendo bem defendida pelo advogado e líder local, Osvaldo Aranha, o ataque rebelde foi frustrado. Em meados de novembro, Luis Carlos Prestes encontrou-se com o general João Francisco, enviado por Isidoro Dias Lopes para articular os próximos movimentos dos rebeldes paulistas e gaúchos. João Francisco prometeu a Prestes o recebimento de armas e munições que deveriam chegar pela fronteira com a Argentina.¹⁷⁸ Nessa ocasião, ficou decidido a junção das duas forças revolucionárias em Foz do Iguaçu, cidade para onde os paulistas se dirigiam naquele momento.¹⁷⁹

Deste modo, as forças reunidas em São Luiz Gonzaga, sob comando de Luis Carlos Prestes, prepararam-se para furar o cerco que o governo armava sobre a região e começaram a estudar a melhor maneira de marchar rumo ao oeste do Paraná. A primeira organização do efetivo sob comando de Prestes foi feita de modo a constituir treze regimentos de cavalaria. Três desses grupos ficaram sob comando direto dos tenentes

¹⁷⁶ MEIRELLES, op. cit. p. 246; PRESTES, op. cit. p. 130; Toledo a Pacheco, tel., Buenos Aires, 1 jul. 1925, AHI 208/03/01.

¹⁷⁷ PRESTES, op. cit. p. 120-124.

¹⁷⁸ MEIRELLES, op. cit. p. 296-297; PRESTES, op. cit. p. 128-131.

¹⁷⁹ CURVO, op. cit. p. 51; MEIRELLES, op. cit. p. 283-284; PRESTES, op. cit. p. 128-131.

João Alberto, Portela e Pedro Gay; os demais regimentos ficaram sob ordens dos líderes maragatos que se uniram aos rebeldes. Durante algum tempo, os revolucionários esperaram a ajuda logística prometida pelo general João Francisco, mas, como esta não chegou, a marcha rumo ao Paraná iniciou-se.¹⁸⁰

Contrariando as manobras militares ensinadas ao Exército Brasileiro pela Missão Francesa de 1919, Prestes defendeu a “Guerra de Movimento” em detrimento à “Guerra de Posição”. A estratégia de Prestes foi tão revolucionária para o meio militar da época que muitos oficiais rebeldes se opuseram a ela no princípio. No entanto, o sucesso obtido pela marcha empreendida de São Luiz Gonzaga até Foz do Iguaçu e as dificuldades sofridas pelos rebeldes em São Paulo e, posteriormente, em Catanduvas, fizeram que a resistência à estratégia de Luis Carlos Prestes perdesse sentido entre os revolucionários¹⁸¹.

Ao retirar-se do Rio Grande do Sul para unir-se aos rebeldes de São Paulo, Prestes iniciou sua estratégia de guerra de movimento, sendo este um dos fatores principais para explicar a invencibilidade da Coluna ao longo de seu trajeto pelo interior brasileiro. Desde a região de Foz do Iguaçu, onde o movimento rebelde sofreu a derrota de Catanduvas, até a retirada para o exílio na Bolívia, em princípio de 1927, a Coluna Prestes não sofreu nenhuma outra derrota militar.

O primeiro sucesso da guerra de movimento foi o rompimento do cerco governista a São Luiz Gonzaga. As tropas rebeldes conseguiram escapar de sete destacamentos governistas que se aproximavam da região por todos os lados. Marchando por entre dois destes destacamentos, Prestes e seus homens seguiram para São Miguel das Missões e, de lá, foram para Ijuí, enquanto os efetivos do governo continuaram a marchar rumo a São Luiz Gonzaga. As tropas legalistas só tomaram conhecimento de que os rebeldes haviam rompido seu cerco quando Prestes e seus homens chegaram a Ijuí e, de lá, partiram para Ramada, local em que uma força legalista, mobilizada às pressas, deu-lhe combate. Abriu-se, assim, distância de 180 quilômetros entre os rebeldes e o grosso das forças legais.¹⁸²

¹⁸⁰ MEIRELLES, op. cit. p. 303-304; PRESTES, op. cit. p. 132. Por alguma razão, as autoridades argentinas que haviam sido subornadas para permitir a passagem dos armamentos negaram-se a cumprir com o acordado. Tanto Meirelles quanto Prestes atribuem tal fato a pressões da chancelaria brasileira junto à Argentina, no sentido de cobrar do país vizinho maior vigilância do tráfego de pessoas e de bens em sua fronteira com o Brasil. Apesar de tal explicação ser verossímil, ela não pode ser estendida ao ponto de afirmar-se que o compromisso argentino com as autoridades brasileiras foi cumprido com o mesmo rigor, durante toda a campanha da Coluna, conforme analisado nos próximos capítulos.

¹⁸¹ PRESTES, op. cit. p. 142-147.

¹⁸² MOREIRA LIMA, op. cit. p. 105; PRESTES, op. cit. p. 144-149.

Segundo depoimentos de Luis Carlos Prestes para Anita Prestes, as principais razões para o fracasso do cerco legalista foram as seguintes:

Pelo relato de Prestes, fica evidente que a obsessão pelo “objetivo geográfico” fizera com que as tropas governistas se deslocassem para São Luis sem manter guardas de flanco e sem observar, portanto, o que acontecia ao seu lado, entre cada uma das sete colunas que avançavam preparadas para sufocar os rebeldes na cidade. Enquanto isso, os soldados de Prestes passavam, durante a noite, entre duas colunas inimigas, sem serem percebidos. O próprio coronel Claudino Nunes Pereira, que se defrontava com os combatentes de João Alberto e Nestor Veríssimo, avançava, diante do recuo rebelde, sem notar que o grosso da Coluna já havia retirado de São Miguel. (PRESTES, 1997, p. 147)

Em carta a Isidoro Dias Lopes, Prestes escreveu o famoso trecho que resume bem sua visão militar a respeito do Exército e do movimento rebelde à época:

A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reserva é a que mais convém ao governo que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastantes analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras. (PRESTES, apud MOREIRA LIMA, 1979, p. 110¹⁸³)

Na mesma carta, Prestes deixa claro a Isidoro Dias Lopes quais eram seus objetivos militares e suas perspectivas com relação ao movimento revolucionário:

Com minha coluna armada e municada, sem exagero, julgo não ser otimismo afirmar a V. Exa. que conseguirei marchar para o Norte e dentro de pouco tempo atravessar o Paraná e São Paulo, dirigindo-me ao Rio de Janeiro, talvez por Minas Gerais. (...)
Espero, porém, de vosso esclarecido espírito e reconhecida prática de comando as necessárias ordens a fim de poder o mais eficazmente auxiliar a Revolução, cuja vitória final parece não mais ser duvidosa. (...). (PRESTES, apud MOREIRA LIMA, 1979, p. 111¹⁸⁴)

Após a vitória em Ramada, as tropas gaúchas começaram a apresentar maior coordenação entre si, e o comando único entre os efetivos rebeldes começou a instaurar-se. Vale lembrar que a composição da coluna gaúcha era feita de militares oriundos de diferentes quartéis e de civis que combatiam pelos líderes caudilhos locais. Assim sendo, foi natural que houvesse a necessidade de tempo para que esse grupo

¹⁸³ Trecho de carta de Luis Carlos Prestes ao marechal Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão, Paraná.

¹⁸⁴ Trecho de carta de Luis Carlos Prestes ao marechal Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão, Paraná.

aumentasse seu grau de disciplina e de organização sob a condução de um comando único liderado por Prestes, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e João Alberto.¹⁸⁵

Depois de Ramada, os rebeldes marcharam em direção ao norte e, no dia 5 de janeiro de 1925, enfrentaram tropas legalistas em Campos Novos, ainda no Rio Grande do Sul. Dois dias depois, pegaram picada¹⁸⁶ em direção à Colônia Militar do Alto Uruguai. Apesar de a distância percorrida ser de, aproximadamente, 60 quilômetros, as tropas gaúchas levaram quase nove dias para fazê-lo. A densidade da mata na região do Rio Uruguai era tão forte que, além do atraso na marcha, outro dano ao movimento revolucionário foi o grande número de debandadas ocorridas. Apesar de o número de combatentes que deixaram São Luiz Gonzaga ter sido em torno de 1500, menos de 700 homens chegaram a Barracão, no Paraná.¹⁸⁷

Segundo Luis Carlos Prestes, muitos gaúchos relutaram em sair de seu estado para levar o movimento revolucionário a outras partes do país. Quando o comando revolucionário decidiu deslocar as tropas rebeldes gaúchas do Rio Grande do Sul para Foz do Iguaçu, o fator que unia os jovens tenentes e os líderes caudilhos locais deixou de existir. Apesar de muitos líderes maragatos terem continuado no movimento revolucionário até o exílio na Bolívia, o objetivo de grande parte desses chefes gaúchos era derrubar Borges de Medeiros, pouco lhes importando o contexto político nacional. Assim sendo, entre Porto Feliz, na fronteira do Rio Grande com Santa Catarina, até Barracão, na fronteira de Santa Catarina com o Paraná, depois de ter marchado por matas densas e ter, por isso, perdido quantidade significativa de suas montarias, muitos chefes locais refugiaram-se na Argentina, retornando, posteriormente, ao Rio Grande do Sul.¹⁸⁸

As dificuldades de campanha não foram sentidas somente pelos contingentes civis da coluna gaúcha. Muitos militares também abandonaram o movimento. Entre eles, a deserção de João Pedro Gay ganha destaque pelo fato deste militar ter sido nomeado como comandante de parte significativa da coluna gaúcha. Após o plano de Gay de desertar com quantidade grande de armas, munições e soldados, em direção à Argentina, ter sido descoberto, este militar foi preso e só não foi fuzilado, porque João Alberto permitiu sua fuga. Após a morte do tenente Portela e a deserção de Pedro Gay,

¹⁸⁵ PRESTES, op. cit. p. 151.

¹⁸⁶ O uso do termo “picada” dá-se de acordo com a acepção 9 do dicionário Houaiss: *atalho aberto na mata a golpes de facão ou de foice para a passagem de pessoas, pequenos veículos, etc.*

¹⁸⁷ MEIRELLES, op. cit. p. 326; MOREIRA LIMA, op. cit. p. 111; PRESTES, op. cit. p. 151-153.

¹⁸⁸ PRESTES, op. cit. p. 151-153.

as forças gaúchas tiveram de ser reorganizadas. Cordeiro de Farias passou a chefiar o Batalhão Ferroviário, Siqueira Campos assumiu o comando do 3º Regimento de Cavalaria, e João Alberto encarregou-se do remanescente do 2º Regimento de Cavalaria.¹⁸⁹

A travessia de Santa Catarina foi lenta em função da mata fechada. Segundo depoimentos de Luis Carlos Prestes, o deslocamento pela região do contestado ocorreu da seguinte maneira:

Os rebeldes moviam-se com dificuldade por Santa Catarina, deslocando-se a pé – pois haviam perdido quase todos os cavalos ainda na região do Rio Uruguai –, a uma velocidade de marcha que não superava os 20-30 quilômetros diários. Finalmente, em 7/2/1925, a coluna atingia a cidadezinha de Barracão (Paraná), na fronteira com Santa Catarina (...). (PRESTES, 1997, p. 161)

Em localidade conhecida como Maria Preta, ao sul de Barracão, novamente, as tropas legalistas dariam prova de sua falta de preparo militar. Após reter um contingente do governo comandado por Claudino Nunes, Cordeiro de Farias retirou-se, à retaguarda do grosso da coluna rebelde, para Barracão. De lá, as forças revolucionárias seguiram para oeste do Paraná. Depois de alguns dias, os rebeldes souberam que as colunas legalistas de Claudino Nunes e de outro comandante governista, chamado Paim, enfrentaram-se por toda uma noite, apenas vindo a saber que combatiam forças amigas na manhã seguinte, quando pesadas baixas de lado a lado já haviam sido infligidas.¹⁹⁰

Durante a marcha dos gaúchos em direção à Foz do Iguaçu, o governo federal elaborou proposta de paz. Segundo os termos estipulados, o Executivo federal encetaria esforços junto ao Congresso Nacional, para aprovar a anistia aos revolucionários, no entanto, enquanto essa lei não fosse aprovada, os rebeldes deveriam entregar-se nas cidades determinadas pelo governo, juntamente com todo armamento e munição sob seu poder. Por ser vaga e sem garantias do que aconteceria aos revolucionários durante o prazo em que a lei de anistia estivesse sendo analisada, o acordo entre as duas partes não foi possível.¹⁹¹

A desconfiança dos membros do movimento revolucionário em relação às intenções do governo tinha fundamento. Como visto, a quantidade de presos políticos no Rio de Janeiro aumentou de modo significativo, desde a instauração do estado de

¹⁸⁹ CURVO, op. cit. p. 51; MEIRELLES, op. cit. p. 315-316 e 326; PRESTES, op. cit. p. 152-154.

¹⁹⁰ MOREIRA LIMA, op. cit. p. 107; PRESTES op. cit. p. 164.

¹⁹¹ MEIRELLES, op. cit. p. 336-338.

sítio no país. As liberdades individuais estavam restringidas, dando ampla discricionariedade à atuação das autoridades policiais, e, além disso, o Presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, era contra qualquer tipo de entendimento com os revolucionários, como, posteriormente, pôde se verificar pela correspondência entre ele e Artur Bernardes.

As razões de Borges de Medeiros podiam ser decorrentes do fato de os rebeldes terem utilizado seu estado como porta de entrada para os recursos bélicos vindos do exterior. Como exemplo, pode-se citar a compra de uniformes militares em Buenos Aires, com destino ao movimento revolucionário e a tentativa de entrada de armas e munições disfarçadas como outros bens. Outro exemplo, não se restringindo mais ao Rio Grande do Sul, foi a troca de erva-mate por munições na fronteira de Foz do Iguaçu com o Paraguai. Grande parte dessas articulações foram descobertas pelo Ministério das Relações Exteriores, que se mostrou sempre atuante no combate à revolução.¹⁹² Tanto no aspecto militar quanto no âmbito político, o contexto inicial de 1925 não foi favorável a um acordo entre as duas partes em combate.

Os contingentes gaúchos uniram-se aos paulistas em Foz do Iguaçu, no dia 11 de abril de 1925.¹⁹³ Nessa região, foram estabelecidas as principais diretrizes do movimento revolucionário para a fase que se iniciava a partir do oeste do Paraná. Assim, a Coluna Prestes nasceu da união dos combatentes paulistas e gaúchos¹⁹⁴.

¹⁹²CURVO, op. cit. p. 89; GARCIA, op. cit. p. 538-540; MOREIRA LIMA, op. cit. p. 115; MEIRELLES, op. cit. p. 336-338.

¹⁹³Moreira Lima registra a data de junção das duas forças como sendo o dia 11; Meirelles já registra a data do dia 12, ambas do mês de abril. Como o relato de Moreira Lima é de um ex-integrante da Coluna, por isso pode ser considerado como uma fonte primária, demos preferência a esse autor. MEIRELLES, op. cit. p. 365; MOREIRA LIMA, op. cit. p. 113.

¹⁹⁴Dois questões são passíveis de controvérsia e merecem atenção maior: o nome da Coluna e em que momento ela surgiu. O movimento rebelde teve como líder formal o marechal Isidoro Dias Lopes. A marcha realizada pelo país ficou sob comando direto de Miguel Costa, mas foi marcada pela ascensão da liderança de Luis Carlos Prestes. Assim sendo, optou-se pelo nome de “Coluna Prestes” em função de esta nomenclatura ter sido escolhida por Moreira Lima, integrante da Coluna e responsável direto pela elaboração do diário de campanha dos rebeldes. Escolheu-se Foz do Iguaçu como o local de surgimento da Coluna Prestes em função do fato de que, até o encontro entre as forças paulistas e gaúchas, nessa cidade paranaense, o movimento revolucionário não tinha seu destino determinado. Mesmo que a intenção de Prestes, desde o início, tenha sido a de empreender uma guerra de movimento contra o governo federal, essa estratégia só foi absorvida pelo Estado-Maior revolucionário em Foz do Iguaçu. Neste local, ficou acordado que os rebeldes deveriam marchar pelo país, esperando engrossar as fileiras rebeldes, para, em seguida, derrubar Artur Bernardes.

2.5. CONCLUSÃO

A série de movimentos rebeldes que eclodiram ao longo da década de 1920 foi sintomática do contexto daquele período no Brasil. Entre os novos atores que ganhavam força na sociedade brasileira, as Forças Armadas foram um dos mais importantes. Tal como demonstrado no primeiro capítulo, o Exército Brasileiro estava dividido em três grupos diferentes, sendo que os tenentes rebeldes representavam os partidários das intervenções militares contestatórias, levadas a cabo pelos “soldados-cidadãos”.

Ao mesmo tempo em que defendia uma reforma da instituição, esse grupo também advogava maior papel do Exército na vida política do país. Ao não ver nenhum de seus pleitos plenamente realizados, os rebeldes decidiram recorrer às armas, para tentar implantar suas demandas à força, contra os políticos oligarcas e contra o Exército se necessário fosse.

Ao efetivar suas revoltas e rebeliões, os tenentes conseguiram chamar atenção de grande parte da população urbana da época às causas pelas quais lutavam: moralização da vida política; voto secreto; maior controle do poder Judiciário em face das medidas tomadas pelo Executivo e pelo Legislativo; manutenção dos direitos e das garantias individuais dos cidadãos, podendo alterá-los somente com a finalidade de ampliá-los; liberdade de imprensa; reforma no ensino público. Se, logo após o primeiro 5 de julho, houve isolamento dos militares rebeldes por parte do operariado, da pequena burguesia e de todos os setores das oligarquias, com o decorrer da década, tal estado foi alterado. Os impactos das revoltas e dos levantes sobre a população brasileira foram percebidos com o passar do tempo, e, no final da década de 1920, a imagem dos jovens militares rebeldes era outra.

O mito criado em torno das figuras dos tenentes foi significativo. Todo o país passou a admirar muitos daqueles oficiais que estavam dispostos a sacrificar suas vidas em prol da nação. Com o advento da Coluna Prestes e sua marcha pelo território nacional, a áurea heroica em torno dos militares rebeldes cresceu, chegando a ganhar forte valor político. Não por acaso, em 1930, tentando personificar o tenentismo, Getúlio Vargas tomou o poder, vestindo uma farda do Exército¹⁹⁵.

Angariando prestígio e poder político, os tenentes conseguiram chamar atenção das classes médias urbanas e das oligarquias dissidentes, criando, assim, as condições

¹⁹⁵ CURVO, op. cit. p. 42.

para o surgimento da coalizão de forças que possibilitou o sucesso da Revolução de 1930. O principal movimento rebelde nesse sentido foi a Coluna Prestes tanto no que diz respeito a seus efeitos domésticos quanto a suas repercussões internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após demonstrar o contexto político, econômico e social do Brasil na década de 1920, expor as principais ideologias subjacentes ao Exército Brasileiro e apresentar as diretrizes da política externa do período, foram analisados a Coluna Prestes e os movimentos revolucionários que ocorreram à época. Tendo esse contexto histórico como base, traçou-se o panorama político, econômico e social da Argentina na década de 1920, relacionando-o aos impactos que as atividades rebeldes no Brasil tiveram sobre o âmbito internacional.

Para melhor compreender a dinâmica que deu coesão a esses fatores, o primeiro aspecto a ser ressaltado refere-se à controvérsia sobre o momento no qual a Coluna Prestes surgiu. Como visto no capítulo dois, essa questão não é pacífica na historiografia. Enquanto alguns autores, como Anita Prestes, consideram que esse movimento surgiu no sul e, posteriormente, incorporou os rebeldes de São Paulo, outros, como Domingos Meirelles, entendem que só se pode falar em Coluna Prestes, a partir da junção das forças revolucionárias gaúchas e paulistas em Foz do Iguaçu. A opção pela segunda corrente foi justificada pelo fato de a marcha pelo interior do país ter sido decidida nessa cidade paranaense.

Questão pouco tratada, mas importante, é a relação entre a Coluna Prestes e os demais movimentos revolucionários que ocorreram na década de 1920. A maior parte dos trabalhos que versa sobre o tema costuma classificar os levantes armados do período como pertencentes ao fenômeno social denominado tenentismo e enfatizar os fatores ideológicos comuns que perpassaram essas rebeliões. Dá-se pouca atenção, no entanto, para o fato de que muitos revolucionários participaram em mais de um desses movimentos, chegando a coordenar dois ou mais levantes ao mesmo tempo. É nesse sentido que se torna difícil dissociar o Segundo 5 de julho em São Paulo das rebeliões no Rio Grande do Sul. Tratar a Coluna Prestes, sem mencionar essas duas revoltas e outras tantas ocorridas no país, durante a década de 1920 é abordar o assunto, sem explicar de maneira devida o contexto sociopolítico da época.

Não restam dúvidas de que a marcha rebelde pelo interior do país derivou de insatisfações existentes em parcela das camadas médias urbanas e em grupos de militares vinculados à ideologia do “soldado-cidadão”, todos compartilhando de grande parte do ideário associado ao tenentismo. No entanto, é necessário ter em mente que a Coluna Prestes, o Segundo 5 de julho e o levante no Rio Grande do Sul guardam

unidade que poucos pesquisadores têm destacado. O comando de Isidoro Dias Lopes foi exercido sobre grupo composto por jovens oficiais e por lideranças civis cuja atuação foi além do levante na capital paulista.

Assim sendo, os três eventos em referência fazem parte de mesmo movimento revolucionário que pode ser explicado por meio de recorte composto por três momentos. Explanar a rebelião em São Paulo, o levante dos quartéis no Rio Grande do Sul e a marcha da Coluna Prestes, simplificando ou omitindo a relação existente entre tais acontecimentos, é fornecer visão enviesada ou incompleta da situação doméstica do país à época. Devem-se compreender e interpretar as várias rebeliões ocorridas em diversas partes do país, nesse período, tendo em consideração a relação existente entre elas. As articulações dos revolucionários foram mais intensas entre o grupo sob liderança de Isidoro Dias Lopes, João Francisco, Luis Carlos Prestes, Miguel Costa, os irmãos Távora e Siqueira Campos. No entanto, as ligações entre esses rebeldes e os líderes dos movimentos no Pará, no Amazonas e em estados do Nordeste também existiram, ainda que menos intensas.

Percebe-se assim que, à época do governo de Artur Bernardes, o contexto interno do Brasil foi configurado por grande agitação social e política, tendo os movimentos revolucionários do período sido coordenados com algum grau de articulação por grupos civis e militares. A coesão entre os rebeldes que lutaram contra Bernardes pode ser aferida caso se atente para o fato de que muitos dos tenentes da década de 1920 participaram, de modo ativo, da Revolução de 1930, com a notável exceção de Luis Carlos Prestes – que se havia tornado comunista –, e tornaram-se generais em 1960. Portanto, expor somente os vínculos ideológicos entre a Coluna Prestes e os demais movimentos subversivos é simplificar a realidade de maneira inadequada, deturpando a visão sobre esse período histórico.

Os impactos internacionais do movimento liderado por Isidoro Dias Lopes também corroboram essa perspectiva. Ao longo de 1924, o Estado-Maior rebelde enviou várias pessoas à Argentina, para cuidar da rede de abastecimento revolucionária. Em suas viagens ao exterior, Isidoro Dias Lopes e João Francisco envidaram esforços para fornecer armas, munições e víveres aos rebeldes gaúchos e paulistas, levando em

conta as necessidades de cada grupo. Esse fato soma-se a outros que demonstram a unidade existente entre os levantes da época.⁴⁰⁷

Como entre julho de 1924 e maio de 1925, as atividades revolucionárias concentraram-se em regiões próximas a fronteiras do Brasil com Argentina e Paraguai, os consulados brasileiros da região do Prata exerceram monitoramento das atividades rebeldes de maneira intensa nesses 10 meses. Reflexo de tal fato é percebido na quantidade de telegramas produzidos nesse período, chegando diariamente, à Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro, três a quatro correspondências das missões do Brasil na Argentina.

O esforço do Itamaraty em vigiar os rebeldes e levantar informações a respeito de suas movimentações foi significativo. Além disso, as gestões junto aos governos vizinhos para angariar apoio no combate à Coluna Prestes também demandaram empenho do corpo diplomático brasileiro. Pôde ser verificado nos documentos e nos telegramas do AHI, no Rio de Janeiro, que houve colaboração por parte dos governos uruguaio e paraguaio em relação às solicitações do governo brasileiro. Com o Uruguai, chegou-se a assinar acordo de cooperação policial com vistas a assegurar a paz e a tranquilidade na fronteira entre os dois países.

É verdade que, desde início da década de 1920, a situação era complexa no Rio Grande do Sul, em função das violentas disputas entre chimangos e maragatos, que só diminuíram em 1924, com o Pacto de Pedras Altas e que tal fato aproximou Brasil e Uruguai no sentido de criar melhor concertação política sobre problemas fronteiriços. No entanto, deve-se destacar que, em relação às demandas da chancelaria brasileira, as posturas assumidas por Montevideú e Assunção foram diferentes da atitude de Buenos Aires, de acordo com a percepção das autoridades brasileiras. O governo do presidente Marcelo T. de Alvear tratou dos pedidos brasileiros referentes às atividades revolucionárias com alto grau de legalismo, chegando a irritar as autoridades brasileiras.

Houve, ao longo da marcha da Coluna Prestes, tráfico de armas, munições e suprimentos de origem argentina para os rebeldes no Brasil. Os principais responsáveis por garantir essas linhas de suprimento para o movimento revolucionário foram Zeca Netto e Isidoro Dias Lopes. Como o comandante supremo da revolta já tinha idade avançada, a guerra de movimento encetada pela Coluna não seria adequada para suas

⁴⁰⁷ Como visto, Juarez Távora e Siqueira Campos, além de tomar parte do Segundo 5 de Julho, também lideraram os levantes no sul do país, comprovando a unidade de comando existente entre os revolucionários do Rio Grande do Sul e os de São Paulo.

condições físicas. Assim, atuando na Argentina, Isidoro Dias Lopes e outros membros insurgentes conseguiram fornecer importante apoio logístico à Coluna, sem o qual, dificilmente, o empreendimento revolucionário duraria o tempo que o caracterizou.

Segundo a documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty, a entrada de armas e munições vindas da Argentina foi constante entre 1924 e 1926, embora a intensidade do tráfico tenha variado durante esses anos. É interessante perceber que, apesar de a rede de abastecimento revolucionária ter funcionado durante esse período, Luis Carlos Prestes e outros rebeldes participantes da marcha afirmaram que os recursos obtidos na Argentina nunca chegaram até a Coluna, na fase em que ela se encontrava no Nordeste do país. A dissonância entre a documentação no AHI e os relatos dos ex-revolucionários pode ser explicada por possíveis desvios de mercadorias compradas no exterior ou por apreensões realizadas pelas forças legalistas. A razão exata, no entanto, não pôde ser auferida nem pela literatura, nem pelas fontes primárias.

A hipótese da apreensão ganha força quando se considera que os cônsules brasileiros e o embaixador Pedro de Toledo conseguiram levantar dados sobre as movimentações rebeldes na Argentina. O pagamento a particulares, os subornos fornecidos a autoridades estrangeiras e a cooptação de funcionários da rede de telégrafos argentina produziram informações de qualidade a respeito dos revolucionários. Assim, apesar de o governo de Artur Bernardes não ter conseguido derrotar a Coluna Prestes no aspecto militar, há indícios de que obteve bons resultados no combate à rede logística rebelde.

Outro ponto que reforça a possibilidade de o tráfico de material bélico não ter chegado às mãos revolucionárias no Nordeste, em virtude de apreensões legalistas é o fato de a cooperação argentina ter ajudado no combate à Coluna Prestes. Apesar de as autoridades brasileiras considerarem as ações das autoridades portenhas insuficientes, os esforços de cooperação de Buenos Aires tiveram importância na luta contra o movimento revolucionário comandado por Isidoro Dias Lopes. Como visto, esse militar afirmou em entrevista a jornal portenho que a revolução no Brasil só havia falhado porque os países vizinhos não permitiram que o fluxo de armas, munições e outros recursos chegassem às mãos dos combatentes rebeldes. Verdadeira ou não, a declaração do comandante do movimento demonstrou que o governo de Buenos Aires tinha alguma preocupação em reafirmar o compromisso assumido junto ao Brasil, por isso, mantinha postura de colaboração ainda que limitada a preceitos legais e formais exigidos pela situação.

As razões pelas quais o movimento revolucionário da década de 1920 não obteve vitória sobre o regime oligárquico são complexas e diversas, não podendo ser causas exclusivas os fatos de as autoridades argentinas terem aumentado a fiscalização na fronteira com o Brasil ou haverem apreendido mais carregamentos de armas direcionados aos rebeldes. A realidade de pobreza e miséria à qual grande parte da população brasileira estava exposta, aos poucos, acabou com as esperanças dos jovens tenentes em sublevar a sociedade contra os desmandos das oligarquias estaduais.

É provável ser esse um dos fatores que tenha contribuído para reforçar, nas ideias dos jovens tenentes, a percepção de que o povo brasileiro seria massa amorfa, incapaz de expressar, adequadamente, seus desejos e necessidades, por isso inapta para conduzir a política nacional de acordo com os interesses da nação. A constatação de que a dinâmica política era algo distante das camadas mais humildes da sociedade brasileira pode ter reforçado o pensamento autoritário de vários jovens tenentes, como Cordeiro de Farias, por exemplo, tendo consequências históricas para o país, em algumas décadas depois.

A política externa da década de 1920 sofreu variações decorrentes de problemas contextuais e de interesses dos presidentes Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luis. No entanto, mais importante do que ressaltar as diferenças de cada um dos três mandatos é perceber as semelhanças que perduraram ao longo desses dez anos. A análise dos telegramas trocados entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, no período de 1924 e 1928, comprovou aspecto importante de continuidade entre a chancelaria de Pacheco e a de Mangabeira. A repressão a movimentos que contestavam a ordem estabelecida pela República Velha perdurou de Campos Sales ao final do regime oligárquico brasileiro, e a utilização da política externa desse período como instrumento para esse fim foi comprovada pela documentação no AHI.

Se o objetivo declarado dos revoltosos da Coluna Prestes foi a derrubada do Presidente Artur Bernardes, com o fim de seu mandato, não havia, teoricamente, razões para continuar com a rebelião, e o governo central tampouco teria motivos para continuar a reprimir os jovens oficiais. Apesar das tentativas de acordo entre revolucionários e autoridades brasileiras, Washington Luis deu continuidade à “diplomacia antirrevolução das oligarquias”, não concedendo anistia aos rebeldes e exercendo constante vigilância sobre os insurgentes, mesmo depois de asilados na Bolívia. Após 1927, houve forte monitoramento do paradeiro dos líderes da Coluna

Prestes, e isso pode indicar que a Revolução de 1930 já era prevista pelo governo federal. Esse fato poderia justificar o esforço exercido pelos consulados brasileiros na região platina, para continuar a informar o Rio de Janeiro sobre as movimentações encetadas pelos rebeldes na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia, entre 1927 e 1930.

Seja como for, não se pode alijar a dinâmica social e militar da década de 1920 da vida política desse período. Assim, para compreender, adequadamente, a política externa desses anos, é necessário entender os movimentos sociais e militares ocorridos então. Nesse sentido, a Coluna Prestes colaborou para delinear traços mais gerais às chancelarias que aparentavam ser diferentes. Não há dúvidas de que a política externa da época flutuou ao sabor de desejos pessoais e problemas domésticos de curta duração. Porém, a maneira pela qual as oligarquias se apoderaram do aparato burocrático do restante do Estado também pôde ser observada na pasta de relações exteriores. O traço em comum entre as diferentes gestões do MRE na década de vinte foi o uso da rede diplomática internacional do Brasil para a consecução de interesses particulares de pequenos grupos que dominavam o Estado brasileiro. A década de 1930 veio interromper essa tendência, na medida em que fez da política externa instrumento para o desenvolvimento nacional e assegurou as bases para que isso se tornasse uma tendência de longo prazo, transformando as políticas de governo do MRE em ações de Estado e agregando nova e importante variável à atuação de nossa diplomacia.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

MENSAGENS PRESIDENCIAIS

BRASIL. Mensagem Presidencial: 1917 a 1931. Disponível em < <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/presidential> >. Acesso em 15 de novembro de 2010.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório apresentado ao Presidente da República pelo ministro de Estado das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917-1931. Disponível em < http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/relacoes_exteriores >. Acesso em 15 de novembro de 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY

Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro

Correspondências:

- Missão diplomática brasileira em Buenos Aires
Telegramas Recebidos: 1924 (208/2/3), 1925-1926 (208/2/4), 1927 (208/2/5), 1928-1929 (208/2/6).
Telegramas Expedidos: 1921-1926 (208/3/1), 1927-1929 (208/2/6).
- Missão diplomática brasileira em Montevidéu
Ofícios: 1922 (223/3/1)
- Missão diplomática brasileira em Assunção
Telegramas Recebidos: 1917-1926 (202/2/1)
- Outros documentos relacionados, separados por organização temática:
Lata 46, maço 377
Lata 183, maço 3039
Lata 471, maço 7203
Lata 478, maço 7453
Lata 518, maço 8427

DOCUMENTÁRIOS

O Velho: A História de Luiz Carlos Prestes. Direção: Toni VENTURA, 105 minutos. Rio de Janeiro. 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMORA, Paulo. **Bernardes: o estadista de Minas na República**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964.
- BREDA DOS SANTOS, Norma. **Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação**. Rev. bras. polít. int. [online], vol.46, n.2, pp. 87-112, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a04.pdf>>. Acesso em 07 de Nov. de 2010.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2009.
- BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CARONE, Edgard. **A República Velha – instituições e classes sociais**. 2ª ed. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1972.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República: 1889-1930**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1974a.
- CARONE, Edgard. **A República Velha – evolução política**. 2ª ed. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1974b.
- CARONE, Edgard. **O Tenentismo – Acontecimentos, Personagens, Programas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, José Murilo. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, Maria Cecília M. de (org). **Construindo o saber: técnicas de metodologia científica**. Campinas: Papirus, 1988.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte II – Las relaciones exteriores de la Argentina consolidada, 1881-1943. **Tomo VII – La Argentina frente a la América del sur, 1881-1930**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999.

CURVO, Luiz Márcio Ambrósio. **Jovens, tenentes e rebeldes: a liderança da Coluna Miguel Costa – Prestes**. 2005. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília.

CUNHA, Ioneida Cavalcanti da. **Ideologia e propaganda na cooperação Brasil-Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial: o caso das empresas aéreas**. 2008. 161f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília.

DEAN, Warren. **A industrialização durante a República Velha**. IN: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006, v. 8, tomo III, p. 277-313.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

DI TELLA, Torcuato S. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2010.

DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens, 1922-1935**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. **Progress in international relations theory; appraising the field**. Cambridge: MIT Press, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FAUSTO, Boris. **A Crise dos Anos 20 e a Revolução de 1930**. IN: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006, v. 9, tomo III, p. 432-455.

FRITSCH, Winston. **Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930**. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder**. Porto Alegre/Brasília: Editora da Universidade (UFRGS) / FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. **A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Interamericana de 1923**. Revista Brasileira de História. vol. 46, n. 23, p. 173-200, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre a América e a Europa: A política externa brasileira na década de 20**. Brasília: Editora Universidade de Brasília / FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), 2006.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GOFFMAN, Erwing. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

IGLESIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JALABE, Silvia Ruth (org.). **La política exterior argentina y sus protagonistas. 1880-1995**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Sociedade e política na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1999.

LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e episódios da revolução de 1924 e da coluna Prestes**. 2ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1952.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MACAULAY, Neill. **A coluna Prestes**. 2ª Ed. São Paulo: Difel, 1977.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria. A história do Exército Brasileiro – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MOREIRA LIMA, Lourenço. **A Coluna Prestes. Marchas e combates.** São Paulo. Editora Alfa Ômega. 1979.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

NORONHA, General Abílio de, **Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em São Paulo.** São Paulo, Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, 1925.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889 – 1943): A Bahia na Primeira República brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política.** IN: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira.** O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006, v. 9, tomo III, p. 13-45.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização:** normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: < <http://www.pucminas.br/biblioteca> >. Acesso em: 20/10/2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo numa interpretação sociológica** IN: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira.** O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006, v. 8, tomo III, p. 172-212.

RAPOPORT, Mario (org.). **Historia econômica, política y social de la Argentina. (1880-2000).** 2ª Ed. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003.

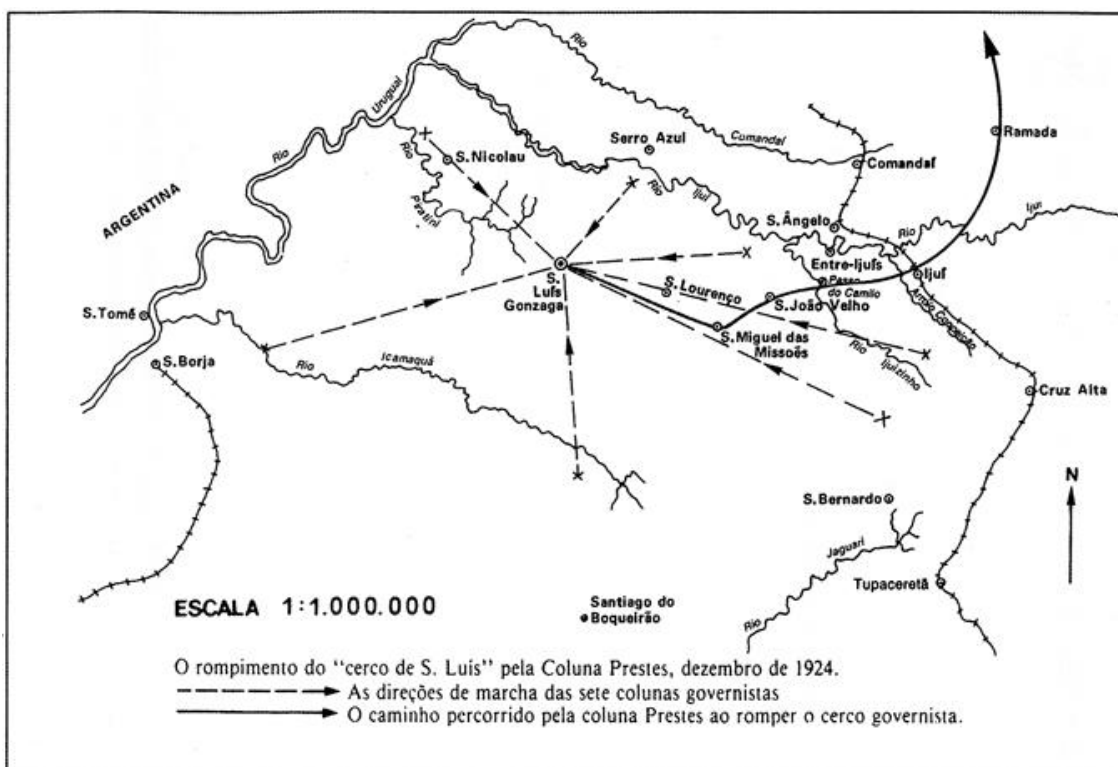
SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.** Rev. bras. polít. int. [online], vol.48, n.2, pp. 185-204, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a10v48n2.pdf>>. Acesso em 15 de Nov. de 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** São Paulo: Saraiva, 2007.

- SILVA, Alexandra de Mello e. **Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU.** Rev. bras. polít. int. [online], vol.41, n.2, pp. 139-158, 1998. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n2/v41n2a08.pdf>>. Acesso em 02 de Dez. de 2010.
- SILVA, Helio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1926. A grande marcha: a Coluna Prestes.** Porto Alegre: L&PM, 2005.
- SILVA, Helio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os presidentes - Artur Bernardes 1922/1926.** São Paulo: Editora Três, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes; análise e depoimentos.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- SOUTO MAIOR, Laércio. **Luiz Carlos Prestes na poesia.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.
- TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.** v. 3. São Paulo: O Combate, 1928.
- TREVISAN, Leonardo. **A República Velha.** São Paulo: Editora Global, 1982.
- TUCHMAN, Barbara W. **A prática da história.** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo / Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX.** Rio de Janeiro, Difel, 1978.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Os liberais e a crise da República Velha.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

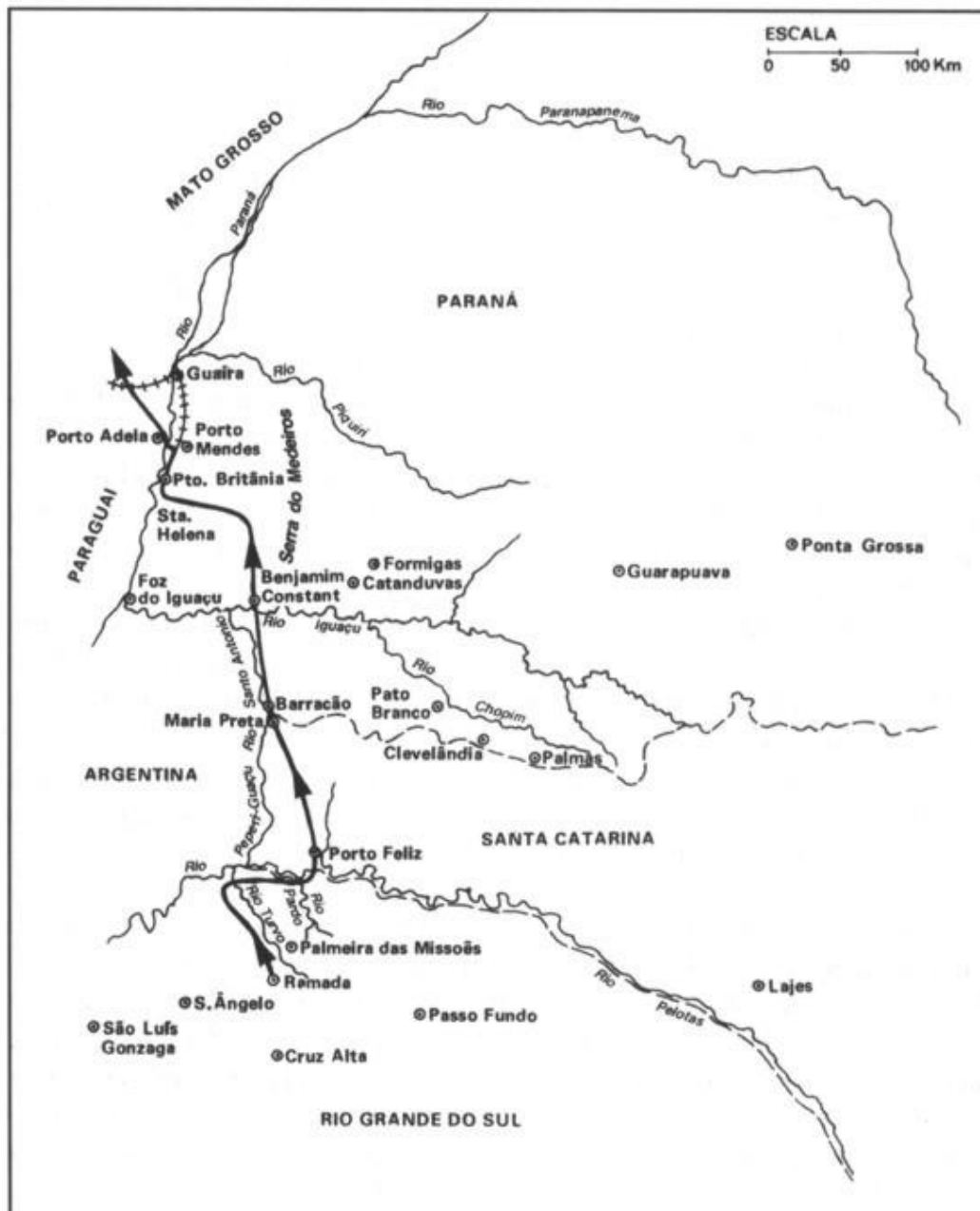
ANEXOS – MAPAS SOBRE A MARCHA DA COLUNA PRESTES

MAPA 01 – CERCO A SÃO LUIS GONZAGA/RS



Fonte: PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAPA 02 – MARCHA ENTRE RIO GRANDE DO SUL E OESTE DO PARANÁ



Fonte: PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAPA 03 – MARCHA ENTRE PARAGUAI E SERTÃO DE GOIÁS



Fonte: TAVORA, Juarez. À guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924. v 3. São Paulo: O Combate, 1928.

MAPA 04 – MARCHA ENTRE GOIÁS E MARANHÃO



Fonte: TAVORA, Juarez. À guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924. v 3. São Paulo: O Combate, 1928.

MAPA 05 – MARCHA EM MARNHÃO E PIAUÍ



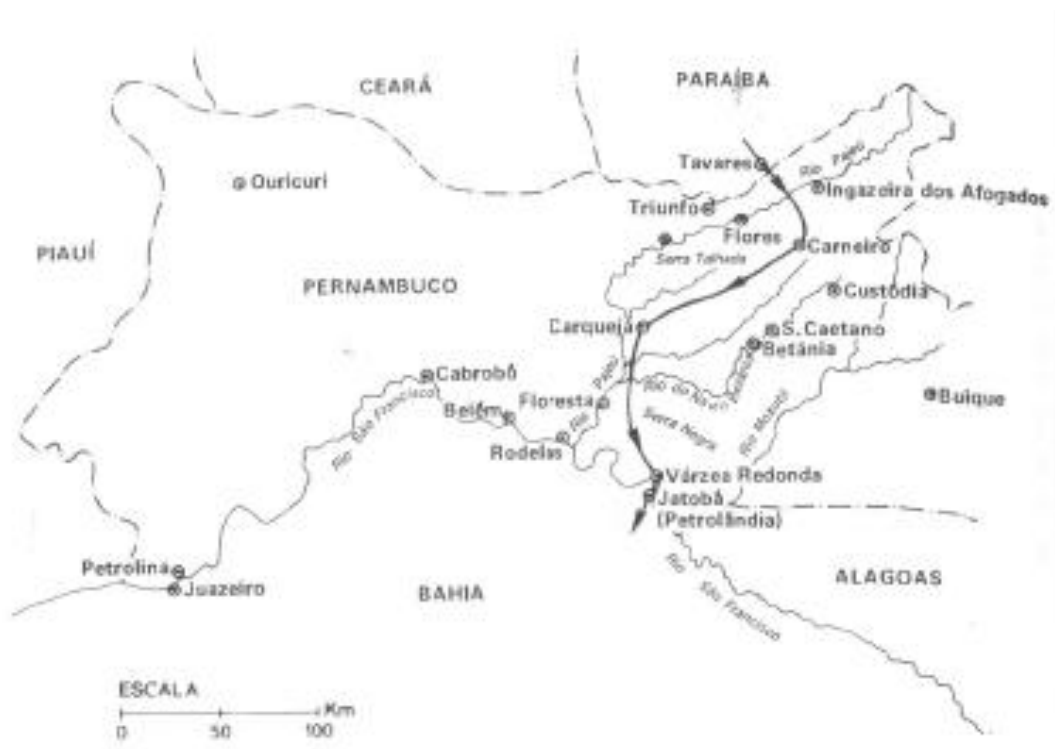
Fonte: TAVORA, Juarez. À guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924. v 3. São Paulo: O Combate, 1928.

MAPA 06 – MARCHA ENTRE CEARÁ E PERNAMBUCO



Fonte: PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAPA 07 – MARCHA DE TRAVESSIA DE PERNAMBUCO.



Fonte: PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAPA 09 – TRAJETÓRIA DA COLUNA PRESTES PELO BRASIL – MARCHA DE IDA E VOLTA.

